



Poder e Domínio

Uma visão anarquista

Fábio López López



Poder e Domínio

Uma visão anarquista

Fábio López López



2013

Projeto de capa: *Luiz Carioca*

Diagramação: *Farrer*

(C) Copyleft - É livre, e inclusive incentivada, a reprodução deste livro, para fins estritamente não comerciais, desde que a fonte seja citada e esta nota incluída.

Fáisca Publicações Libertárias

www.editorafaisca.net

faisca@riseup.net

vendasfaisca@riseup.net

“Subordinação. - A subordinação, que é tão valorizada no Estado militar e burocrático, logo se tomará tão desacreditada como já se tornou a tática serrada dos jesuítas; e quando esta subordinação não for mais possível, já não haverá como obter muitos dos efeitos mais assombrosos e o mundo se tomará mais pobre. Ela tem que desaparecer, pois desaparece o seu fundamento: a crença na autoridade absoluta, na verdade definitiva; mesmo nos Estados militares não basta a coerção física para produzi-la, mas se requer a hereditária adoração do principesco como algo sobre-humano. - Em circunstâncias mais livres, as pessoas se subordinam apenas sob condições, em consequência de acordo recíproco, isto é, com todas as reservas do interesse pessoal.”

Friedrich Nietzsche (22, aforismo 441)

Sumário

Introdução e contextualização	4
Parte 1	7
Capítulo 1: Linguagem e verdade	8
Capítulo 2: Questões filosóficas preliminares	14
Capítulo 3: Base filosófica	23
Capítulo 4: Agenda de Foucault	34
Parte 2	39
Capítulo 5: Poder	40
Capítulo 6: Domínio	57
Capítulo 7: Aspectos psicológicos relacionados	75
Capítulo 8: Os modelos de poder	86
Parte 3	94
Capítulo 9: Um exemplo hipotético	95
Capítulo 10: Considerações históricas e poder	99
Capítulo 11: Poder e marxismo	104
Parte 4	114
Capítulo 12: Modelo de Resistência	115
Capítulo 13: O anarquismo e sua luta	124
Anexos - Aspectos Psicológicos Relacionados	131
Irracionalismo Fascista (Wilhelm Reich)	132
Eros e civilização (fragmentos) (Herbert Marcuse)	138
Citações Bibliográficas	141
Notas	143

Introdução e contextualização

Este ensaio objetiva definir e discutir a lógica e a dinâmica das relações sociais contemporâneas de poder e dominação. Focamos estas questões, pois elas são cruciais na compreensão desta sociedade, o que é indispensável para lutarmos pela construção de uma sociedade mais humana e não repetirmos os erros desta após a revolução.

Na Primeira parte do livro trabalharemos com aspectos gerais, os quais servem de base para nossa construção teórica posterior. O capítulo 1 se ocupará da linguagem e verdade. Como a linguagem é uma forma de expressão do poder, através da qual o poder gera uma verdade, não poderíamos começar a tratar do poder sem ao menos dar um alerta ao leitor. O capítulo 2 tratará de questões filosóficas preliminares como: “homem é bom ou mau?”. Todo o desenvolvimento desta obra depende das respostas que dermos a tais questionamentos. O capítulo subsequente trabalhará a base filosófica sobre a qual erguemos nossa teoria. Fechando esta primeira parte, retiramos da Microfísica do Poder uma agenda desenvolvida por Foucault para o estudo do poder. Nesta, existe uma série de observações e um esboço metodológico que nos foram bastante úteis e achamos interessante repassá-los ao leitor.

Na segunda parte do livro construímos e descrevemos os modelos de poder. O capítulo 5 será dedicado ao poder e o subsequente tratará do domínio. Estes capítulos são centrais no trabalho, pois definem toda a parte conceitual e discutem a lógica e a dinâmica inerentes às relações de poder e domínio. No capítulo 7 tratamos dos aspectos psicológicos relacionados ao tema, tentando desvendar o que conduz o homem a querer poder e, fundamentalmente, a se submeter ao domínio. Este capítulo deu origem a um anexo com o mesmo título, o qual reproduz fragmentos de textos de Reich e Marcuse que complementam e dão um melhor embasamento à questão. Daí partimos para a construção de dois modelos de poder (capítulo 8), os quais se diferenciam por sua composição interna.

Na terceira parte do trabalho, tentaremos aplicar os modelos e mostrar a validade da teoria em um exemplo hipotético (capítulo 9), na história (capítulo 10) e no movimento do capital percebido por Marx (capítulo 11), donde concluiremos que o capital é uma forma específica de poder.

Fechando o livro, usaremos nossa teoria para apontar caminhos na luta pela libertação. Para isso, esboçamos um modelo teórico de resistência aos grandes poderes instituídos no capítulo 12, e finalizaremos nossos trabalhos tratando de alguns princípios e propostas do anarquismo sob a luz do que estudamos.

Antes de tudo, porém, precisamos contextualizar e traçar os limites de nossa discussão para que possamos atingir os objetivos propostos.

Poder é uma relação social, que exige pelo menos dois seres racionais, que tenham consciência e possam agir. Isto exclui qualquer especulação metafísica de nosso ensaio. Em outras palavras, não existe aqui abordagem ou questionamento sobre um suposto poder divino. Também estão excluídos fenômenos naturais como terremotos e as relações entre os animais domésticos e seus donos. Pois nada disso cabe dentro de nosso entendimento de poder.

Nosso estudo é das relações de poder no mundo contemporâneo, portanto não iremos nos perder em discussões sobre as relações de poder medievais ou clássicas. Para nós basta ter em mente o seguinte: as relações de poder contemporâneas substituíram as relações mercantilistas, as quais substituíram as relações medievais etc... Em suma, sempre houve relações de poder nas diversas sociedades, as quais foram se metamorfoseando ou sendo substituídas por outras no transcorrer da história. Isto é importante, pois este tipo de discussão poderia dar um caráter descritivo ao nosso estudo, o que nos dispersaria do objetivo proposto.

Por fim, e mais importante, nesta obra não existe qualquer discussão sobre a origem das relações de poder. Até porque isto não nos parece importante, na medida em que temos como foco as relações contemporâneas. Hoje um bebê já nasce enredado em uma série de relações de poder, e nada nos acrescentaria ficar especulando sobre a origem antropológica desta relação. Somando-se a isto, sempre nos pareceu inócuo o esforço de alguns autores para mostrar como surgiu o poder. Isto para nós parte de um erro. Esses autores partem do princípio de que a sociedade mais elementar não teria relação de poder e apenas com o aumento de sua complexidade o poder surgiria. O que é um erro; pois a sociedade mais elementar tem poder. Até porque, essa é uma relação obrigatória em qualquer sociedade - o que não significa que esta relação seja obrigatória entre duas pessoas. De duas uma, ou tais autores não sabem muito bem do que estão tratando, ou querem nos fazer crer que poder é uma relação mais complexa do que realmente é. Um exemplo de erro deste tipo de especulação é O Contrato Social de Rousseau. Para o filósofo francês, o homem aliena sua liberdade em proveito da própria utilidade. Em outras palavras, ele opta por abrir mão de sua liberdade, para viver em sociedade, pois seria melhor para si. Esta concepção explicaria o surgimento de uma relação de poder, mas ela é simplista e parte de um equívoco claro: acreditar que o homem pode optar entre viver socialmente ou não. É possível um homem viver isolado. Assim como podemos imaginar uma criança que tenha se perdido em uma floresta e mesmo assim sobrevivido. Isto não lhes tiraria a condição de homem, mas se constituiriam em exceções. De forma geral e antropológicamente fundamentada, uma sociedade não surge da decisão particular de cada indivíduo de participar ou não. Bakunin tem uma

resposta plausível para “o contrato” de Rousseau:

“Bem sabem que nenhum Estado histórico teve como origem qualquer tipo de contrato, e que todos os Estados se fundaram mediante a violência e a conquista”¹.

Na verdade, o ser humano devido a uma contingência biológica, já nasce enredado em relações sociais. A fragilidade feminina durante a gravidez e do fihote humano até uns sete anos, já enreda a mulher e sua cria em relações claras de dependência, onde invariavelmente surge domínio e poder. Portanto, as relações de poder não surgiram em um dado momento histórico, mas elas renascem a cada dia desde que o homem se entende como tal.

Antes de entrarmos em nosso texto cabe um alerta. Não devemos ficar fazendo julgamentos se a ação de determinado agente é justa ou injusta, moral ou imoral. Quando tratamos de relações de poder estes parâmetros subjetivos desaparecem, pois tais parâmetros são elementos das próprias relações de poder. Válido é: duas forças sociais têm objetivos antagônicos e elas usam todos os instrumentos necessários para sua força sobrepujar a força opositora. Por mais que isto fira nossa formação humanista, é assim que devem agir, pois estão submetidos à lógica do poder. Temos que trabalhar além do bem e do mal.

Parte 1

Aspectos Gerais

Capítulo 1

Linguagem e verdade

Vários autores, ao abordar temas relacionados ao poder e domínio, acabam negligenciando a questão da linguagem. Tratar a linguagem como instrumento neutro é fruto de ideologia ou, no mínimo, sinal de descuido. A linguagem (e a verdade associada a ela) é o Primeiro grande problema que têm de enfrentar aqueles que quiserem escrever algo sério sobre poder. Mas um tratamento sistemático sobre a linguagem seria material suficiente para outro livro, por isso nos limitaremos a levantar as questões fundamentais para que possamos atingir nossos objetivos.

Em *A Gaia Ciência*, Nietzsche faz especulações sobre a origem da consciência e a liga diretamente ao surgimento da comunicação entre os homens. Para o filósofo, a gênese da consciência é consequência de uma sensação de fragilização e necessidade de auxílio. A necessidade de comunicação seria a geradora da consciência e esta é consequência de uma longa coação da indigência humana. Em suma, o ser humano começou a se comunicar porque precisava (ou queria) algo. Em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche completa seu pensamento e coloca a linguagem como “exteriorização da potência dos dominantes”.

Seguindo o pensamento nietzschiano, podemos deduzir que graças à necessidade de comunicação adquirimos consciência. Comunicamos nossa vontade e tornamos os outros agentes conscientes do que queremos. Desta consciência gerada, teremos alguma reação dos agentes comunicados (favorável ou contrária), esta reação gera a necessidade do comunicado responder - ou seja, se comunicar. Portanto, a linguagem gera consciências e necessidades. Se for fato que a linguagem é uma expressão dos dominantes, temos consciência e necessidades que reproduzem e reafirmam aquela dominação - e que são, portanto, forjadas por uma relação de poder.

Nietzsche fundamenta a idéia da linguagem ser a “exteriorização da potência dos dominantes” através da genealogia das palavras. Por exemplo, na Genea-

logia da Moral o filósofo defende que os próprios conceitos de bem, bom etc... surgem dos poderosos, dos dominadores que julgam boas suas ações. Os povos que dominavam, arrogavam-se o direito de criar valores.

“A consciência da superioridade e da distância, o sentimento geral, fundamental e constante de uma raça superior e dominadora, em oposição a uma raça inferior e baixa, determinaram a origem da antítese ‘bom’ e ‘mau’.”²

Esta idéia é reforçada por Foucault em *Microfísica do poder*:

“Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores...”³

Esta hipótese ganha mais força depois que Nietzsche expõe alguns exemplos do étimo de “mau” e “bom”, Do latim *malus* (que o autor relaciona com melas, negro) pode designar o homem plebeu de cor morena e de cabelos pretos, do solo itálico que se distingue muito, pela sua cor, da raça dominadora e conquistadora dos loiros arianos. Em gaélico a palavra *fin* (por exemplo, *fin gal*) que em última análise significa “o bom”, “o nobre”, antigamente significava “o de cabelos louros” (os celtas eram louros em extremo).

Disto podemos deduzir a lógica das ideologias e das morais. Em toda relação social onde encontramos poder, os poderosos impõem como positivo aquilo que eles têm de distintivo em relação aos demais. A raça dominante ressalta sua cor e força; o padre, sua conduta ascética e o burguês sua capacidade de ter. É claro que podemos encontrar em qualquer destas morais (racista, religiosa ou econômica) valores comuns. Afinal, apesar do objeto pelo qual se justifica a dominação ser diferente, a lógica de manutenção do poder é a mesma. Isso porque, quando a classe dominante estabelece um conjunto de valores em uma ordem social, é para que esta ordem se perpetue. Logo, a classe dominante propõe valores, os quais são muito mais para seus dominados do que para ela mesma. Portanto, a moral é constituída da classe dominante para a dominada.

Mas voltemos ao nosso objeto: a linguagem. Para Nietzsche, a linguagem seria fruto de uma necessidade e geraria a consciência. A linguagem seria um meio de tentar superar aquela necessidade, surgiria como a afirmação da vontade de alguém para outro. A linguagem nasce para comunicar aquilo que se quer. Um ato de imposição. A própria linguagem seria, portanto, a forma de quem domina reafirmar seu domínio. Talvez um dos mais primitivos instrumentos de poder. Logo, a linguagem é o meio natural para os dominadores imporem como positivo aquilo que eles têm de distintivo em relação aos demais. Os dominadores

de todos os tempos criaram expressões e através da linguagem impuseram seus valores, transmitiram sua ideologia e reafirmaram sua posição. Quando usamos normalmente a linguagem, temos de saber que estamos usando um instrumento cheio de vícios, que foi carregado durante milênios dos conceitos e valores dos que dominam. Questão: como fazer um estudo sobre o poder e transmiti-lo, se aquilo que nos é básico para tal, é instrumento viciado pelo poder?

Contudo há algo pior. Como a linguagem forja as consciências, temos um problema mais profundo. Não teríamos apenas dificuldades em nos expressar sobre o poder, mas de fazer uma análise crítica consistente sobre o poder, uma vez que nossa consciência é fruto de sua linguagem. O que estamos abordando tem conseqüências psicológicas profundas, pois o que temos como marca cultural mais disseminada, é algo que foi forjado durante toda a história para transmitir a mensagem de quem domina. Existe um outro problema, mesmo que consigamos analisar e expressar, será óbvia a dificuldade da maior parte das pessoas em captar o que se está querendo dizer.

Não existem muitas saídas para tentarmos contornar as armadilhas da linguagem. Uma coisa a ser feita é alertarmos o leitor desses perigos - foi o que acabamos de fazer. Outra, é criarmos alguns conceitos próprios para nossa análise e reformar outros. Por fim, podemos fazer um questionamento sobre o conteúdo (típico) de tudo que a linguagem forjada pelo poder diz transmitir: a verdade.

Em *Vontade de Potência* Nietzsche trata do seguinte modo a verdade:

“A ‘verdade’ não é, conseqüentemente, algo que exista e que devemos encontrar e descobrir - mas algo que é preciso criar, que dá seu nome a uma operação, melhor ainda, a vontade de alcançar uma vitória, vontade que, por si mesma, é sem finalidade: introduzir a verdade é um *processus in infinitum*, uma determinação ativa, - e não a manifestação na consciência de algo que seja em si fixo e determinado. É uma palavra para a ‘vontade de potência’.”⁴

Outros autores como Pirro de Élide (um Cético), não acham que a verdade tenha de ser criada, mas não acreditam que ela seja alcançável.

“... as próprias coisas são indiferenciadas, incomensuráveis e indiscriminadas e que ‘em conseqüência disto’, os sentidos e opiniões não podem dizer nem verdadeiro, nem falso.”⁵

A colocação dos Céticos nos reconduz ao problema. Se a verdade não é alcançável, e nos afirmam que algo é verdadeiro, é porque alguém determinou isto. Mário D. Ferreira Santos, no prólogo de *Vontade de Potência* nos ajuda a entender a questão:

“Nunca o homem aceitou como base (lógica) senão aquilo que lhe fosse intrinsecamente útil.

Aos conceitos mais úteis, e que formam as bases lógicas do homem, não se exigem sejam verdadeiros. Podem até ser falsos. Isso não importa. Importa sua utilidade. E toda a lógica formal, depois, vai basear-se num princípio utilitário: a existência de casos idênticos, a aceitação da segunda vez.

O conhecimento é, assim, apreensão humana falsificada do heterogêneo, do incontável e do imensurável, para uma fórmula de homogeneidade e de medida. Esse aparelhamento de falsificação torna possível ao homem a vida.”⁶

Ao que usamos Nietzsche para complementar

“... o erro como a própria condição do pensamento. Antes de haver ‘pensado’, precisamos ter imaginado; a acomodação a casos idênticos, à aparência de identidade, é mais primitiva que o conhecimento do igual.”⁷

Naturalmente não temos coisas *iguais* no mundo, somente a concepção metafísica de conceito nos permite esta falsificação.

Mas como Mário D. Ferreira Santos defende: “o intelecto crê na ‘verdade’ de suas criações.” E claro, se a verdade tem de ser criada, quem o faz é a classe dominante. Como aponta o autor se referindo exclusivamente aos filósofos:

“Toda filosofia, no fundo, reflete uma perspectiva de classe...”⁸

Como se dá isto historicamente? É claro que nem todos os pensadores escreveram suas obras para beneficiar o poder. Até existiram tais crápulas, contudo, após a concepção da idéia, se ela fosse apropriável pelo poder, ela teria divulgação, repercussão, recursos para fazer história. Caso contrário esta idéia seria desprezada, abafada e condenada a sumir. Outra coisa que acontece é: os pensadores, influenciados pelo poder de seu tempo, acabaram contaminando suas obras com idéias que favoreceram aquele poder.

Qual o propósito do poder em criar a verdade? Foucault em *Microfísica do Poder* especula:

“... em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma

produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. Isto vale para qualquer sociedade..."⁹.

"Para caracterizar não o seu mecanismo, mas sua intensidade e constância, poderia dizer que somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la. O poder não pára de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionalizando-a e a recompensa."¹⁰

Então o discurso da verdade é útil, pois possibilita ao poder o controle de quem está submetido a ele - para saber a "verdade" da ação do submetido. E a verdade produzida pelo poder, justifica "cientificamente" o próprio poder.

"O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro."¹¹

"O problema não é mudar a consciência das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade.

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder - o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder - mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento.

Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade."¹²

Esta perspectiva de Foucault nos parece animadora, pois nos dá a liberdade de forjar uma nova “verdade”, útil para a instituição de uma alternativa de poder social. A construção desta nova verdade passa, necessariamente, pelo estudo e crítica do comportamento normal (ou padrão), que é fruto de uma sociedade (e de um homem) forjada pelo poder e domínio. A grande pergunta que nos fazemos é: quais são os mecanismos (e como funcionam) que fazem com que as pessoas hajam uniformemente? - uma vez que o natural seria termos uma gama infinita de respostas para cada estímulo. À medida que formos descobrindo e expondo estes mecanismos de uniformização, estaremos construindo esta “nova verdade”.

Capítulo 2

Questões filosóficas preliminares

Antes de expormos a base filosófica do trabalho, trataremos de algumas questões específicas que mereceram atenção especial. Paralelamente, mostraremos autores que serviram ao poder de seu tempo, e outros que foram apropriados ou, simplesmente, acabaram transferindo a influência de sua cultura (e do poder associado à ela) para suas obras. Em contrapartida, veremos escolas ou pensadores que mantiveram sua autonomia em relação ao poder e, mesmo assim, alcançaram notoriedade. Através desse quadro, notaremos que estas escolas “autônomas” acabaram sendo propositalmente esquecidas, uma vez que não puderam ser apropriadas pelo poder de nenhum tempo.

Quando falamos de poder, uma pergunta primária nos vem à cabeça: afinal o homem é bom ou mau? A pergunta tem fundamento, pois se o homem fosse naturalmente mau, nocivo, seria imprescindível um poder para controlar seus impulsos destrutivos contra os demais seres humanos. Sendo desta forma, o poder seria aquilo que viabilizaria a sociedade, logo, a vida humana.

Quem retratou muito bem isso foi Aristóteles em seu livro *A Política*:

“Aquele que, por sua natureza e não por obra do acaso, existisse sem nenhuma pátria seria um indivíduo detestável, muito acima ou muito abaixo do homem, segundo Homero: ‘Um ser sem lar, sem família e sem leis.’”¹³

“Aquele que fosse assim por natureza só respiraria a guerra, não sendo detido por nenhum freio e, como uma ave de rapina, estaria sempre pronto para cair sobre os outros.”¹⁴

“Mas, assim como o homem civilizado é o melhor de todos os animais, aquele que não conhece nem a justiça nem as leis é o pior de todos.”¹⁵

Percebam como para Aristóteles o homem é perigoso sem o poder que o

controla. O poder disciplinador dos impulsos anti-sociais de cada indivíduo é representado, em seu pensamento, pela família e leis do Estado grego. Nada mais útil ao poder constituído de todos os tempos que pensemos assim, afinal, o poder estaria nos protegendo a todo o momento de nossa própria perversidade, a qual estaria espalhada em todos nós. A vida sem este poder disciplinador seria impossível, ou um eterno estado de guerra.

Pulemos alguns séculos e cheguemos a Maquiavel, em *O Príncipe*:

“... o homem que pretender em todas as partes fazer profissão de bondade, encontrará sua desgraça num mundo repleto de homens perversos. Daí, um príncipe que queira conservar o mando necessita saber ser mau e valer-se disto, quando as circunstâncias o exigirem.”

16

Maquiavel é um dos maiores nomes do pensamento ocidental, porém, ele não é apenas influenciado ou apropriado pelo poder de seu tempo, como nos parece ser o caso de Aristóteles. Maquiavel, deliberadamente, pensou em prol de quem dominava e em detrimento dos subjugados, dominados ou desvalidos. Aqui temos a racionalidade acima da compaixão cristã e de qualquer ética humanista, que para um pedaço do planeta extremante influenciado pela moral da Igreja, mesmo estando no período renascentista, não deixa de ser um feito admirável. Mas a grande marca de Maquiavel foi sua obra ter vindo a público sem qualquer censura ou máscara, mostrando a forma abjeta pela qual deveria agir aquele que almejasse o poder. Talvez seja isto que o diferencie de outros autores, os quais provavelmente escreveram coisas com o conteúdo similar, mas suas obras nunca chegaram a público.

O fragmento que transcrevemos é emblemático, pois além de ilustrar a dureza do pensamento maquiavélico, aprofunda a idéia de Aristóteles, pois para Maquiavel não basta trazer o homem à civilidade através da lei e em benefício do coletivo. O negativo do homem não se resumiria a uma suposta “animalidade”, para o autor, o homem é perverso, traiçoeiro, desleal... Maquiavel também não está preocupado com um benefício coletivo, como parecia almejar Aristóteles. Seu problema é a expansão ou a manutenção do poder do Príncipe. Diante de uma tal concepção de homem, o Príncipe não deve ter qualquer pudor em tomar as medidas mais duras para manter a ordem que lhe interessa.

Em contraposição a isso, vemos o pensamento de Bakunin:

“Uma vez suposto que os defeitos e os vícios, o mesmo que as boas qualidades, são inatos, teríamos de precisar se podem ou não

ser modificados pela educação. No primeiro caso, as responsabilidades de todos os crimes cometidos por todos os homens cairiam sobre a sociedade, que não lhes deu uma formação adequada, e não sobre os próprios indivíduos”¹⁷

“... o socialismo rechaça absolutamente a doutrina do livre arbítrio. Afirma que tudo quanto se denomina vício e virtude humanos é absolutamente um produto da ação combinada da natureza e da sociedade.”¹⁸

Reparem como o pensamento de Bakunin se completa com Reich:

“Todas as discussões sobre a questão de saber se o homem é bom ou mau, se é um ser social ou anti-social, são passatempos filosóficos. Se o homem é um ser anti-social ou uma massa de protoplasma reagindo de um modo peculiar e irracional depende de que as suas necessidades biológicas básicas estejam em harmonia ou desacordo com as instituições que ele criou para si.”¹⁹

Em nenhum momento esses dois autores afirmaram que o ser humano é “bonzinho”, mas fica clara a diferença de tratamento que dão ao tema. Ambos *não* determinam que nossos vícios e defeitos são oriundos de nossas naturezas e ponto final. Bakunin admite que possam existir defeitos inatos, contudo acredita que o meio pode “educar” tais condutas. Desta forma, quando a sociedade sofre a ação “anti-social” de alguém é porque ela própria foi negligente com um de seus filhos. Já Reich desqualifica completamente a discussão. Para ele o ser humano é resultado da interação entre as necessidades biológicas humanas e as instituições que possibilitam ou reprimem sua satisfação. No caso da repressão de necessidades básicas, as instituições forjadas pelo próprio homem (o que tiraria o caráter de inocência deste), acabariam por gerar até um homem anti-social.

O tratamento dado por Reich e Bakunin ao tema nos parece ser o mais apropriado à questão. Contudo, não poderíamos deixar de falar de uma escola do pensamento filosófico, que tem uma postura otimista com relação à natureza humana, a saber: a escola filosófica Cínica.

O cinismo nos desperta especial interesse, pois sendo oriundo da Grécia Clássica, podemos perceber o contraste de seu pensamento com o de Aristóteles. Os cínicos se colocaram contra os interesses do poder e desprezaram completamente a cultura da época, tomando-se a mais anticultural, “anarquista” e extremista das filosofias que a Grécia e o ocidente conheceram. Falavam dos absurdos das construções metafísicas, contestavam o matrimônio e pregavam

que quanto mais eliminamos as necessidades supérfluas, mais nos tomamos livres. Os cínicos tinham a convicção de que o poder era inútil, uma vez que a felicidade vem de dentro e não de fora do homem. Naturalmente, a Cidade era contestada: o cínico proclamava-se “cidadão do mundo” e a autarquia (o bastar-se a si mesmo), a apatia e a indiferença diante de tudo, eram os pontos de chegada da vida cínica. Da pouca literatura que dispomos desta filosofia, fica clara a visão positiva com relação à natureza humana²⁰ e a contestação às coisas que a reprimem, como as instituições (o matrimônio, por exemplo) e o poder - o discurso pela liberdade só é feito por quem não tem uma visão pessimista do ser humano.

Contudo, se tivéssemos de eleger o maior abismo entre os Cínicos e Aristóteles, de certo esta escolha recaria sobre “homem-cidadão”. Para Aristóteles, assim como para a cultura grega clássica, os homens só existem em função da sociedade.

“As sociedades domésticas e os indivíduos não são senão as partes integrantes da Cidade, todas subordinadas ao corpo inteiro, todas distintas por seus poderes e suas funções, e todas inúteis quando desarticuladas...”²¹

Quem talvez retrate melhor esta oposição à cultura grega sejam os “epicuristas”. Vejam esta passagem retirada de *História da Filosofia* de Giovanni Reale e Dario Antiseri:

“O desmoronamento do mundo ideal platônico não poderia ser mais radical e a ruptura com o sentimento de vida classicamente grego não poderia ser mais decisiva: o homem deixou de ser homem-cidadão para tornar-se puro homem-indivíduo. O único liame admitido como verdadeiramente factível entre os indivíduos é a amizade, que é um laço livre, que reúne aqueles que sentem, pensam e vivem de modo idêntico.”²²

Mas a concepção do “homem-cidadão” renasce com Hegel em pleno século 19:

“Eis o famoso trecho de Hegel, que fez história em todos os sentidos, porque (com ou sem razão) foi invocado como justificação para as mais recentes ditaduras: ‘Em si e para si, o Estado é a totalidade ética, a realização da liberdade, e que a liberdade seja real é a finalidade absoluta da razão. O Estado é o Espírito que está no mundo e

se realiza nele com consciência, ao passo que, na natureza, ele só se realiza enquanto é diferente de si, em que é espírito adormecido. Já o Estado existe somente enquanto existente na consciência, enquanto consciente de si mesmo, como objeto que existe. Na liberdade, não se deve proceder da individualidade, da autoconsciência individual, mas somente da essência da autoconsciência, já que, seja o homem consciente ou não, essa essência se realiza como poder autônomo, no qual os indivíduos em particular são apenas momentos. O ingresso de Deus no mundo é o Estado; o seu fundamento é a potência da razão que se realiza como vontade. Na idéia do Estado, não se deve ter presente Estados particulares, instituições particulares; ao contrário, deve-se considerar a idéia em si mesma, esse Deus real. Todo Estado, ainda que declaremos mau segundo os princípios que professamos e se reconheça nele este ou aquele defeito, tem sempre em si, especialmente se pertence à nossa época civil, os momentos essenciais da sua existência. Mas, como é muito mais fácil descobrir o defeito do que entender o afirmativo, cai-se facilmente no erro de esquecer, acima de seus aspectos particulares, o organismo interior do próprio Estado. O Estado não é obra de arte: ele está no mundo e, portanto, na esfera do arbítrio, da acidentalidade e do erro. Mau comportamento pode desfigurá-lo de muitos lados. Mas o homem mais odioso, o réu, o doente ou aleijado continuam sendo homens vivos, pois o afirmativo e a vida existem, apesar do defeito; e esse afirmativo, aqui, é importante.

Nessa concepção, o Estado não existe para o cidadão, mas o cidadão é que existe para o Estado. Em suma, o cidadão só existe enquanto membro do Estado. Essa era uma concepção grega, retomada por Hegel e levada às suas extremas conseqüências, no contexto do seu idealismo e panlogismo.”²³

A reação contra Hegel não tardou a surgir. Max Stirner (pseudônimo de Johann Caspar Schmidt, 1806-1856) ainda como aluno de Hegel em Berlim, rebelou-se contra ele em nome do individualismo anárquico, tendo como obra fundamental *O Único e Sua Propriedade* (1845).

Contudo, são Hegel e Aristóteles que se tornam paradigmas do pensamento ocidental. Será mera coincidência, que exatamente os autores que defendem a idéia da subordinação do indivíduo ao Estado se perpetuassem, enquanto aqueles que se opunham aos mesmos desaparecessem? Não. O que ocorreu é óbvio. Os pensadores que são apropriáveis pelo poder - em sua época ou em outra -

ganharam financiamento, divulgação, foram criadas instituições para propagar e perpetuar suas idéias - venha este apoio do Estado ou de iniciativas privadas. Autores como Hegel, colocaram suas idéias como se fossem definitivas, nada mais que espírito político de seu tempo. No entanto, é legítimo o questionamento: eles sofreram mera influência cultural ou foram corrompidos pelo poder?

Estudar as relações de poder só faz sentido se consideramos os seres humanos como indivíduos autônomos, capazes de tornar decisões. Logo, nos alinhamos a Stirner e Epicuro. Conceber o homem em função do poder (como faz Aristóteles) é inverter a lógica da qual pretendemos partir, além de só ser possível no terreno da metafísica. O mesmo se dá com relação à seguinte questão: existem homens que nasceram para serem dominados?

“Não é apenas necessário, mas também vantajoso que haja mando por um lado e obediência por outro; e todos os seres, desde o primeiro instante do nascimento, são, por assim dizer, marcados pela natureza, uns para comandar, outros para obedecer.”²⁴

“Para eles, é melhor servirem do que serem entregues a si mesmos. Numa palavra, é naturalmente escravo aquele que tem tão pouca alma e poucos meios que resolve depender de outrem.”²⁵

“... não hesitamos em acreditar que os indivíduos inferiores devem ser submissos.”²⁶

Estas palavras de Aristóteles, em nada se contradizem com o que pensa Hitler em *Minha Luta*:

“Com a sua autoridade de conquistador, submeteu ele (ariano) os homens inferiores, regulando, em seguida, sob o seu comando, a atividade prática dessas criaturas, conforme a sua vontade e visando seus próprios fins. Enquanto assim conduzia os vencidos para um trabalho útil, embora duro, o ariano poupava, não só as suas vidas, como lhes proporcionava talvez uma sorte melhor do que dantes, quando gozavam a chamada ‘liberdade’.”²⁷

Com certeza, a teoria racista de Hitler teria menos penetração, se ao invés do poder ter propagandeado as idéias de Aristóteles tivesse propagado o “estoicismo”:

“Com base em seu conceito de *physis* e de *logos*, os estóicos, mais do que os outros filósofos, também souberam colocar em crise antigos mitos da nobreza de sangue e da superioridade da raça, bem

como a instituição da escravidão: a nobreza é chamada cinicamente de “escória e raspa da igualdade”; todos os povos são declarados capazes de alcançar a virtude; o homem é proclamado estruturalmente livre: com efeito, ‘nenhum homem é, por natureza, escravo’. Os novos conceitos de nobreza, de liberdade e de escravidão ligam-se à sabedoria e à ignorância: o verdadeiro homem livre é o sábio, o verdadeiro escravo é o tolo.”²⁸

Porém, o poder não está preocupado com o bem-estar humano, mas apenas em propagar as idéias que são interessantes para sua perpetuação. Assim como os “estóicos”, Etienne de La Boétie se opõe à idéia de homens nascerem para serem escravos:

“Mas por certo se há algo claro e notório na natureza, e ao qual não se pode ser cego é que a natureza, ministra de deus e governante dos homens, fez-nos todos da mesma forma e, ao que parece, na mesma fôrma, para que nos entre conhecêssemos todos como companheiros, ou melhor, como irmãos. E se, fazendo as partilhas dos presentes que ela nos dava, cedeu alguma vantagem de seu bem ao corpo ou espírito, a uns mais que aos outros, no entanto não entendeu colocar-nos neste mundo como em um campo cerrado e não enviou para cá os mais fortes nem os mais espertos como bandidos armados numa floresta, para aí dominar os mais fracos; mas, antes, é de se crer que, atribuindo assim as partes maiores a uns, aos outros as menores, queria fazer lugar ao afeto fraternal para que ele tivesse onde ser empregado, tendo uns o poderio de dar ajuda, os outros a necessidade de recebê-la.

... não se deve duvidar de que sejamos todos naturalmente livres, pois somos todos companheiros; e não pode cair no entendimento de ninguém que a natureza tenha posto algum em servidão, tendo-nos posto todos em companhia.”²⁹

Se pensássemos como Aristóteles, achando que uns nasceram para comandar e outros obedecer, não teríamos por que estudar o poder, a resposta já estaria dada. O poder seria natural e ponto final. Indissociável a esta questão está a da superioridade racial. Seria ridículo acharmos que as raças são iguais. O correto seria considerarmos que algumas raças levam vantagem em aspectos e acabam sendo suplantadas em outros. Isto, no entanto, não dá um direito natural de uma raça escravizar a outra. A escravização será sempre uma usurpação.

Para finalizar este capítulo, vamos dar um pouco mais de atenção às razões de alguns bons autores terem sido “esquecidos” enquanto outros, muitas vezes nem tão bons, se perpetuam como paradigmas em nossas academias. Para isto, reservamos um fragmento do *Discurso da Servidão Voluntária*, de la Boétie, que obviamente nunca seria reproduzido pelo poder de qualquer tempo:

“... são os próprios povos que se deixam, ou melhor, se fazem dominar, pois cessando de servir estariam quites; é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo...”³⁰

Seria embaraçoso para o poder ficar divulgando a desobediência. Por isto, não é mero acaso que o poder aproveita do período renascentista Maquiavel e deixa la Boétie no ostracismo. Dos clássicos faz uso de Platão e Aristóteles e esquece os “Cínicos”, “epicuristas” e “estóicos”. Estuda Hegel e considera Stirner um autor menor. Dá respaldo às idéias imbecis de Hitler e adjetiva Bakunin de lunático. O poder em toda a história foi exercido de formas diferentes, contudo não deixa de ser poder, tendo a mesma lógica e dinâmica. Por isto, as idéias de la Boétie não seriam apoiadas nem na Grécia antiga, nem nos Estados nacionais modernos, menos ainda, em uma empresa capitalista do “3º milênio”. Apesar de toda a descontinuidade, não podemos negligenciar os efeitos causados por esta política milenar, que todos os regimes de poder assumem, ou seja, fazer a propaganda apenas do que interessa que pensemos. Resumindo: existem pensamentos preconceituosos, autoritários, reacionários, que nem sabemos de onde vêm, mas basta procurar nesses grandes autores apropriados pelo poder, que encontramos as respostas. Por exemplo, sabem de onde vem o preconceito contra um homem simples e de pequenas posses no governo?

“... os ricos são menos expostos à tentação de agir mal, possuindo o que seduz aos outros.”³¹

Não é surpreendente que, depois de séculos, as pessoas continuem a reproduzir estes preconceitos do Estagirita? Claro que não. Em vários períodos da história, desde a época helênica, foi interessante às classes dominantes que acreditássemos que o “pobre” será naturalmente corrupto no poder. Da mesma forma, interessa que simplesmente aceitemos as leis existentes em nome da ordem, sem questionarmos se existiria uma ordem alternativa, ou mesmo, uma ordem que prescindisse de leis.

“A submissão às leis existentes é a primeira parte de uma boa ordem...”³²

Encerramos este capítulo com um fragmento da História da Filosofia, o qual nos põe a refletir sobre Hegel e outros autores apropriados pelo poder:

“... é sabido que, em larga medida, foi em Hegel que o totalitarismo político foi buscar as armas conceituais para a sua própria autolegitimação. E, embora seja verdade que isso foi abuso, também é verdade que Hegel efetivamente fornece amplo material que se presta a tal abuso.”³³

Capítulo 3

Base filosófica

Neste capítulo definiremos a base filosófica de nosso trabalho. Esta base é a filosofia nietzschiana. Existem motivos notórios para esta opção. Nietzsche é um filósofo que não se submete ao poder e despreza a cultura de seu povo em seu tempo - portanto, sofre menor influência do poder que lhe é contemporâneo. Nietzsche é inimigo feroz da metafísica e tem uma abordagem muito propícia à construção de uma teoria do poder. *Além* disso, a leitura de Nietzsche já nos desvenda uma questão básica: por que os seres humanos querem poder? Não achamos forma melhor de transmitir o pensamento nietzschiano que transcrevendo várias passagens do próprio autor. Acreditamos que, a mera leitura desta trabalhosa compilação, seja suficiente para dar ao leitor a noção do que nos é útil no pensamento do autor alemão.

Começemos por este trecho onde Nietzsche descreve como percebe o mundo:

“Este mundo é um monstro de força sem começo nem fim, uma quantidade de força brônzea que não se torna nem maior nem menor, que não se consome, mas só se transforma, imutável no seu conjunto, uma casa sem despesas nem perdas, mas também sem rendas e sem progresso, rodeada do ‘nada’ como de uma fronteira. Este mundo não é algo de vago e que se gaste, nada que seja de uma extensão infinita, mas, sendo uma *força determinada*, está incluído num espaço determinado e não num espaço vazio em alguma parte. Força em toda parte, é jogo de forças e ondas de forças uno e múltiplo simultaneamente *acumulando-se aqui*, enquanto se *reduz ali*, um mar de forças agitadas que provocam sua própria tempestade, *transformando-se eternamente* num eterno vaivém, com imensos anos de retomo, com um fluxo perpétuo de suas formas, do mais simples ao mais complexo, indo do mais calmo, do mais rígido e do mais frio ao mais

ardente, ao selvagem, ao mais contraditório, para consigo próprio, para retomar, depois, da abundância à simplicidade, do jogo das contradições ao prazer da harmonia, afirmando-se a si mesmo, ainda nessa uniformidade das órbitas e dos anos, bendizendo-se a si próprio como aquilo que eternamente deve retomar, como um devir que jamais conhece a saciedade, jamais o tédio, jamais a fadiga este meu mundo dionisíaco da eterna criação de si mesmo, da eterna destruição de si mesmo, este mundo misterioso das voluptuosidades duplas, meu 'além do bem e do mal', sem fim, senão o fim que reside na felicidade do círculo, sem vontade, senão um anel que possua a boa vontade de seguir seu velho caminho, sempre ao redor de si mesmo e nada mais senão ao redor de si mesmo..."³⁴

É desta percepção do *mundo como força* que ergueremos nossa tese sobre o poder. Por isso, nos aprofundemos no pensamento do autor alemão para termos maior entendimento de tal força e as relações em seu bojo. Mas não sem antes mostrar as conseqüências desta concepção sobre as especulações de criação do mundo:

"A hipótese do mundo criado não nos deve preocupar um só instante. A noção de criar é hoje absolutamente indefinível e irrealizável; não é mais que uma palavra, uma palavra rudimentar, datando de uma época de superstição; uma palavra que nada explica."³⁵

Voltemos às questões concernentes à força. A seguir Nietzsche expõe três características fundamentais desta força: a *finitude*, a *mutabilidade* (e a inevitabilidade desta mutação) e a *temporalidade*:

"... o mundo, como força, não pode ser imaginado infinito, pois é impossível ser concebido assim, - interditamo-nos a idéia de uma força infinita, como incompatível com a idéia de força. Logo - o mundo carece da faculdade de renovar indefinidamente."³⁶

"... A medida de força (como quantidade) é fixa, sua essência é fluida

A força não pode se deter. A 'mutação' é integrante de sua essência, portanto também o caráter temporal: pelo qual, entretanto, a necessidade da mutação é mais uma vez fixada de maneira abstrata."

Nietzsche não considera, portanto, a necessidade como geradora de nada, uma vez que a força em seu todo, não tem necessidade. A isto o autor acrescenta:

“... é absolutamente escusado justificar o presente pelo futuro, ou o passado pelo presente. A ‘necessidade’ não existe sob a forma de uma força universal que intervenha e domine, ou sob forma de uma força motriz inicial; menos ainda para condicionar uma coisa de grande valor. Dadas essas premissas impõe-se negar uma consciência universal do devir, um ‘Deus’, a fim de não considerar tudo o que acontece sob o olhar de um ser que se compadece e conhece, mas que não manifesta vontade...”³⁸

Para Nietzsche a vida não passa de uma espécie especial de morte, porque a vida não passa de uma formação particular de força. No trecho abaixo, o autor deixa de tratar a força como um todo, mostra que este todo é constituído de diversas partes, as quais entram em conflito, estabelecem uma relação de predominância entre si e isto é determinante na formação do todo.

“O indivíduo é um campo de batalha de suas diferentes partes (para a alimentação, espaço etc.): sua evolução está ligada à vitória, à predominância de determinadas partes, ao perecimento, à transformação em órgãos de outras determinadas partes.

A influência das ‘circunstâncias exteriores’ foi absurdamente exagerada por Darwin: o que é essencial no processo vital é precisamente a imensa potência formadora, que cria formas de dentro para fora, que utiliza e explora as “circunstancias exteriores” - As novas formas criadas de dentro para fora, não são formadas em vista de uma finalidade; mas na luta das partes.”³⁹

Entendendo o indivíduo como um *centro de força*, Nietzsche descreve a atuação lógica do indivíduo vivo no mundo exterior:

“A vontade de acumular forças é específica para o fenômeno da vida, nutrição, procriação, hereditariedade - para a sociedade, Estado, costumes, autoridade. Não nos seria permitido também considerar essa vontade como causa agente na química? - e na ordem cósmica?

Não somente constância da energia: mas ‘maximu’ de economia no gasto: de maneira que o desejo de tomar-se mais forte, em cada centro de força, é única realidade - de forma alguma conservação de

si, mas desejo de se apropriar, de se tomar senhor, de aumentar, de se converter em mais forte.”⁴⁰

Ao que Nietzsche reforça:

“Vida, a forma do ser que nos é mais conhecida, é especificamente vontade de acumular força - todos os processos da vida têm aí sua alavanca: nenhuma coisa quer conservar-se, tudo deve ser adicionado e acumulado.”⁴¹

Para o filósofo, a *motivação da vida é o acúmulo de força*. E para acumular força, a vida só pode ser descrita desta forma:

“A vida é essencialmente uma apropriação, uma violação, uma sujeição de tudo aquilo que é estranho e fraco, significa opressão, rigor, imposição das próprias formas, assimilação, ou pelo menos, na sua forma mais suave, um aproveitamento.

Também uma corporação, na qual, como indicamos mais acima, os indivíduos se tratam como iguais (isto acontece na aristocracia sábia) deve, embora represente um corpo vivo e não um corpo moribundo, fazer nas próprias relações com os outros corpos tudo aquilo que são obrigados a abster-se os seus componentes nas suas relações recíprocas; essa deverá ser vontade de dominação, desejará crescer, aumentar, atrair, adquirir domínio - não já pela moralidade ou imoralidade, mas unicamente porque ‘vive’ e porque a vida é a vontade de potência.”⁴²

Logo, para o autor a realidade é o *conflito* entre as forças:

“A vida é uma consequência da guerra, a própria sociedade é um meio para a guerra...”⁴³

“Tudo o que sucede, todo movimento, todo devir, considerados como fixação de graus e de forças, - como uma luta...”⁴⁴

Toda *transformação* só se dá através da interação de duas forças:

“Não saberemos deduzir nenhuma transformação se não houver a penetração de uma potência em outra potência.”⁴⁵

E esta *penetração* de potências tem como resultado:

“... preponderância sobre uma potência mais fraca, de sorte que esta trabalhe como função da potência mais forte, estabelece-se uma hierarquia, uma organização que desperta forçosamente a aparência de uma ordem de fins e meios.”⁴⁶

Para Nietzsche, todos os fenômenos naturais (estando a vida incluída) são conseqüências nesta mesma lógica: onde há um conflito, a força mais potente se impõe sempre sobre a mais fraca:

“Quando algo acontece de tal ou qual maneira e não de outra forma, não é conseqüência de um ‘princípio’, de uma ‘lei’, de uma ‘ordem’, mas demonstra que a ‘quanta’ de forças estão em ação, cuja própria essência é a de exercer a potência sobre as outras ‘quanta’ de forças.

O mecanismo é somente uma linguagem de sinais para um conjunto de fenômenos internos, de ‘quanta’ de vontade que luta e vence.

Não há lei: cada potência extrai em cada instante sua última conseqüência. É precisamente no fato de ‘não poder diferente’ que repousa a calculabilidade.”⁴⁷

A esta altura, temos de ressaltar ao leitor três coisas: primeiro, já enumeramos os principais elementos para nosso trabalho sobre o poder: força suas características, os centros (unidades autônomas) de força, o impulso de cada centro acumular mais força, o conflito e a preponderância do forte. Segundo, para o autor a realidade da vida não pode ser diferente. Terceiro, para Nietzsche não faz qualquer sentido o instinto de conservação.

“Antes de afirmar que o instinto de conservação é o instinto motor do ser orgânico, dever-se-ia refletir. O ser vivo necessita e deseja antes de mais nada e *acima de todas as coisas dar liberdade de ação à sua força, ao seu potencial*. A própria vida é *vontade de potência*. O instinto de conservação vem a ser uma conseqüência indireta, e em todo caso, das mais freqüentes.”⁴⁸

Chegamos a um dos conceitos fundamentais da filosofia nietzschiana: a ‘vontade de potência’ - a qual está definida acima. Mas como se dá a interação entre duas forças, dentro da dinâmica de auto-expansão das forças:

“Trata-se de uma luta entre dois elementos de potência desigual: atinge-se a um novo acordo de forças, segundo a medida de potência

de cada um. O segundo estado é radicalmente diferente do primeiro (não há aí efeito): o essencial é que os fatores que se encontram em luta alcancem outros 'quanta' de potência.

Imagino que todo corpo específico aspira a tomar-se totalmente senhor do espaço e a estender sua força (sua vontade de potência), a repelir tudo o que resiste à sua expansão. Mas incessantemente choca-se com as aspirações semelhantes de outros corpos e termina por arranjar-se ('combinar-se') com os que lhe são suficientemente homogêneos: então conspiram juntamente para conquistar a potência⁴⁹. E o processo continua..."⁵⁰

Portanto, para Nietzsche, todos os valores se resumem:

"O ponto de vista do 'valor' é o ponto de vista das condições de conservação e aumento..."⁵¹

É obvio que o movimento de auto-expansão da força não é contínuo:

"Há 'formações dominadoras'; a esfera do que domina cresce sem cessar, ou então aumenta e diminui periodicamente; está assim submetida às circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (da nutrição)." ⁵²

Assim como a necessidade, o prazer e desprazer não são determinantes para a ação das forças:

"... toda tendência a estender-se, toda incorporação, todo crescimento é um esforço contra algo que resiste; o movimento é algo essencialmente ligado ao estado de desprazer; o que é aqui motivo agente deve certamente querer outra coisa, ao querer assim o desprazer e ao procurá-lo sem cessar. - Por que as árvores de uma floresta virgem lutam entre si? Pela felicidade?... - Não, pela potência!..."⁵³

Contudo, o Filósofo percebe fontes de prazer associadas à sua lógica:

"Se a essência íntima do ser é a vontade de potência; se o prazer é o aumento de potência, o desprazer o sentimento de não poder resistir e não poder se tomar senhor: não nos será permitido considerar o prazer e o desprazer como fatos cardeais?"⁵⁴

Não existe finalidade na filosofia de Nietzsche, muito menos evolução - que é um conceito metafísico - contudo a ação dos elementos tem uma lógica que determina seu desenvolvimento:

“O que faz o crescimento da vida é a economia sempre mais restrita e mais previdente, que realiza o máximo com uma força sempre menor. Como ideal é o princípio de menor esforço...”⁵⁵

Os leitores mais atentos devem ter deduzido que este pequeno compêndio contém não apenas os principais elementos para nosso trabalho sobre o poder, mas também toda a base para construirmos uma teoria sobre a lógica e a dinâmica desse poder. Também temos algumas indicações dos impulsos que conduzem os homens ao poder, mas acrescentemos o seguinte:

“A vontade de potência se manifesta:

a) entre os oprimidos, em toda espécie de escravos, sob a forma de desejo de ‘liberdade’... ;

b) numa espécie mais forte que começa a elevar-se à potência; é a vontade de preponderância; se esta inicia sem êxito, restringe-se incontinentemente à vontade de ‘justiça’, isto é, igualdade dos direitos para todos como os da classe dominante;

c) nos mais fortes, nos mais ricos, nos mais independentes, nos mais corajosos, sob a forma de ‘amor da humanidade’, do ‘povo’, do evangelho, da verdade, de Deus; sob a forma de compaixão, do sacrifício de si etc. - e ainda sob a forma de sobrepujar, arrastar consigo, tomar a seu serviço, incluir-se instintivamente na grande quantidade de força, para poder dar-lhe uma direção: o herói, o profeta, o César, o salvador, o pastor...

Por toda a parte se expressa a necessidade de exercer um poder qualquer, ou de se criar momentaneamente, a si mesmo, a aparência de poder - sob a forma de embriaguez.”⁵⁶

Para Nietzsche, os homens querem explorar todas suas potencialidades, levar suas capacidades à máxima realização, contra qualquer resistência e para isto, precisam ter força (esta é a vontade de potência). Se sujeitar outros elementos é condição necessária para este acúmulo de forças - para sua plena realização - este agente tenderá a fazê-lo. A sujeição da resistência não é a motivação primeira do agente. A motivação primeira é sua realização individual, portanto, o agente a princípio não luta pelo poder, este seria um meio. Como todo elemento encontrará necessariamente resistência em suas ações, o poder passa a ser elemento diário em nossas vidas. Chegamos a confundir nossas realizações com poder, pois quase sempre precisamos subjugar resistências para conseguirmos realizar algo.

Por outro lado, o autor afirma que existe no poder uma embriaguez. Se lembrarmos uma das passagens acima, veremos que o prazer estaria associado ao aumento de potência. Pois bem, nada mais prazeroso e saudável ao homem que ter a sensação de poder fazer, realizar e realizar-se. Este movimento é auto-reflexivo, pois, à medida que o ser humano realiza, ele vai se forjando. E se aquela realização está de acordo com seus anseios, este ser vai se realizando. Uma vez que esta sensação de potência (que é poder realizar) está intrinsecamente ligada à sujeição de resistências, nada mais lógico que atribuir ao poder uma sensação prazerosa.

Nietzsche sabe que nem todos agem desta forma, no entanto afirma:

“... quando o indivíduo busca para si um valor somente na serventia que presta aos outros, pode concluir-se, com certeza, que é fadiga e degenerescência.”⁵⁷

A exposição de como se deu a transformação dos seres humanos em criaturas submissas, subalternas, conformadas, acovardadas, usando as palavras de Nietzsche, com “instinto de rebanho” - por isto, degenerados de sua natureza - talvez seja uma das passagens mais ricas de sua filosofia.

“Uma doutrina e uma religião do ‘amor’, da opressão à afirmação de si, uma religião da paciência, da resignação, da ajuda mútua, em ação e palavras, podem ser de valor superior em semelhantes camadas, até aos olhos dos dominadores: porque elas reprimem os sentimentos de rivalidade, de ressentimento, de inveja, próprio dos deserdados - divinizam-lhes sob o nome de ideal da humanidade e da obediência, o estado de escravidão, de inferioridade, de pobreza, de doença, de sujeição. Isso explica por que as classes (ou raças) dominantes, assim como os indivíduos, têm mantido sem cessar o culto do altruísmo, o evangelho dos humildes, o ‘Deus na cruz’.”⁵⁸

“A exigência da ‘humanização’ (...) é uma hipocrisia usada por uma espécie determinada de homens para chegar ao domínio: mais exatamente um instinto determinado, instinto de rebanho.”⁵⁹

A moral tem para Nietzsche grande importância nesta degeneração da natureza da força, da vontade de potência e da imposição humana:

“A moral religiosa - A emoção, o grande desejo, as paixões do poder, do amor, da vingança, da posse os moralistas querem extingui-los, arrancá-los, para ‘purificar’ a alma.

A lógica diz: esses desejos ocasionam continuamente grandes devastações - portanto são maus, condenáveis...

O mesmo se dá na loucura do moralista, que em vez de pedir que as paixões sejam dominadas, pede a sua extirpação. Sua conclusão é sempre: somente o homem castrado pode tomar-se um homem bom."⁶⁰

Como pudemos perceber no fragmento acima, a moral corrói os desejos e emoções, isto transforma o ser humano em ser castrado, dócil e degenerado em seu impulso para a potência. A moral que degenera o ser humano surge, exatamente, de uma classe dominante que quer manter seu *status*:

"Como? Estará a humanidade em decadência? Sempre esteve assim? O que é certo é que somente se ensinou como valores superiores os valores da decadência. A moral do esquecimento de si é a moral de regressão por excelência. - Uma possibilidade fica ainda aberta, é que não é a humanidade que está em decadência, mas os donos dela!... E, com efeito, eis a minha proposição: os senhores, os condutores da humanidade foram decadentes: daí a transmutação de todos os valores no sentido niilista..."⁶¹

Na interpretação nietzschiana, a humanidade só poderia estar em decadência, uma vez que a moral destruiu o espírito humano natural, para criar este homem que se esquece de si. A moral, portanto, é vista como uma farsa usada pela classe dominante, e age conforme abaixo:

"Fazem então triunfar aqui a moral comum, porque, por meio dela, realizam um avanço; e para lhe assegurar a vitória guerreiam e empregam a violência contra a imoralidade - de acordo com que 'direito'? Sem nenhum direito, mas de conformidade com o instinto de conservação. As mesmas classes servem-se da imoralidade quando lhes é útil.

A vontade de uma só moral consiste, portanto, em ser tirania de uma espécie, a qual serviu de medida para a moral única, em detrimento das outras espécies: é a destruição ou uniformização em favor da moral reinante (ou para não mais lhe ser perigosa, ou para ser explorada por ela)."⁶²

São várias as vantagens que as classes dominantes tiram da moral: a subserviência, dedicação, altruísmo, crença, o esquecimento de si, a docilidade, mas o fundamental, nos parece ser, a uniformização para facilitar o controle:

“A educação é essencialmente o meio de arruinar a exceção em favor da regra. A cultura é essencialmente o meio de dirigir o gosto contra a exceção, em favor da mediana.”⁶³

O que pode ser confirmado pela sugestão de Aristóteles:

“Em toda parte a educação deve tomar como modelo a forma do governo.”⁶⁴

Continua Nietzsche:

“O poder da mediana é ainda mantido pelo comércio, antes de tudo pelo comércio do dinheiro: o instinto dos grandes banqueiros dirige-se contra tudo o que é extremo...”⁶⁵

“Em que todas as espécies de mercadores, gente ávida de lucro, todos os que precisam conceder crédito e pretendem obtê-lo, têm necessidade de incitar à uniformização de caráter e às avaliações semelhantes: o comércio e a troca mundiais sob todas as suas formas constroem a virtude e compram-na de qualquer forma...”⁶⁶

Fica evidente o desdém do filósofo pela burguesia que ascendera ao poder. Nietzsche tem um tratamento muito peculiar com relação ao poder. Para o autor, o poder é um elemento da vida, por isso, teremos indivíduos que subjagam outros, e seria papel dos fortes subjagar os fracos. Mas acontece algo interessante, os fracos se unem contra as exceções - que são os mais vigorosos, os mais aptos. Neste momento, existe toda a inversão de valores naturais de vontade de potência, força e vigor. O instinto de rebanho nasce. A atitude aristocrática de altivez, força e vontade vão para o ralo, pois a moral dos escravos com seus ressentimentos e debilidades tomam conta da sociedade. Essa é uma violenta crítica aos valores universalistas da moral cristã e, para bom entendedor, a burguesia é a classe dos fracos que tomam o poder e reformam as instituições em seu benefício:

“A aparência hipócrita com que caíram todas as instituições civis como se fossem criações da moralidade... por exemplo, o casamento, o trabalho, a profissão, a pátria, a família, a ordem, o direito. Mas como todas elas foram fundadas em proveito da mais medíocre espécie de homens, para protegê-la contra as exceções e as necessidades das exceções, devemos considerar natural que estejam impregnadas de mentiras.”⁶⁷

Como já dissemos, para Nietzsche o poder é algo inerente à vida, é a ação de imposição natural do forte contra o fraco, o qual luta, mas acaba derrotado. O que é bem diferente do poder dos “fracos”, o qual é calcado sobre uma moral que inibe o aparecimento da exceção. O poder dos fracos é artificial, necessita da mentira que enfraquece aqueles que podem ameaçar. Na verdade, o fraco quando ascende ao poder, necessita usar a própria força dos subjugados em seu favor, ou seja, o subjugado usa sua força contra si, do contrário seria impossível um “fraco” ter poder. No desenvolvimento de nossos trabalhos, veremos que isto corresponde à diferenciação entre poder e domínio, ou seja, o forte para ter poder precisaria contar apenas com sua força natural. Já o fraco (tudo isto com base em Nietzsche), precisaria dominar, ou seja, se valer da obediência do subjugado para manter-se no poder, e consegue tal domínio através da moral/ideologia - e as mentiras associadas a ela.

Diante do que expomos, temos que frisar a pureza do desejo humano pelo poder, pelo aumento de sua força... Para Nietzsche, almejar o aumento de sua potência é próprio de uma natureza saudável. E muitas vezes, ter poder é condição necessária para a realização do ser. Notar isto é importante, pois acrescentaremos mais alguns aspectos que conduzem o ser humano a desejar poder, contudo, serão fatores secundários. O fundamental, porém, é que não tenhamos uma visão maniqueísta de todos que desejam poder. Tendo isto, poderemos tratar com mais atenção - em outro capítulo os aspectos psicológicos que conduzem o ser humano a aceitar o domínio, a se deter em sua frustração e pequenez - o que é algo anti-humano na visão de Nietzsche. No mais, os leitores perceberão que aqui esta fundamenta base de todo nosso trabalho.

Capítulo 4

Agenda de Foucault

Na coletânea que resultou no livro *Microfísica do Poder*, Foucault faz uma exposição das teorias do poder existentes, analisa os instrumentos mais adequados para o desenvolvimento de uma nova teoria e acaba esboçando uma “agenda” para esta construção. Apesar de ter estabelecido um conjunto consistente de proposições, o filósofo francês nunca cogitou construir uma teoria geral sobre o poder. Quem conhece este pensador compreende sua opção por estudar as relações de poder mais capilares, cotidianas e concretas. Neste sentido, as pesquisas de Foucault deram nova luz à problemática do poder, ao deixar de focar o Estado (diferente do que fizeram os pensadores anarquistas clássicos), que era visto como o grande centro irradiador do poder, e focalizando a história da sexualidade, as políticas de saúde, os manicômios, as prisões e a genealogia das torturas e dos mecanismos de controle em *Vigiar e Punir*. No entanto, o que nos intriga é que o autor acaba sendo evasivo na resposta de questões centrais. Por exemplo, Foucault nunca definiu o que entendia por poder. Apesar desta falta com o pensamento ocidental, não podemos deixar de aproveitar suas análises e propostas.

Neste primeiro trecho que destacamos, Foucault fala sobre a história e os instrumentos que devemos utilizar para fazer uma análise conseqüente com as relações de poder:

“A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.”⁶⁸

Apesar de não definir o que vem a ser poder, Foucault tece comentários que mostram seu conceito de poder como algo amplo e complexo:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-la como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.”⁶⁹

“Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder - desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos.”⁷⁰

Tendo como parâmetros a amplitude e a complexidade do poder, Foucault faz uma descrição das concepções existentes:

“... no caso da teoria jurídica clássica o poder é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador do direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. Neste conjunto teórico a que me refiro a constituição do poder político se faz segundo o modelo de uma operação jurídica que seria da ordem de troca contratual. Por conseguinte, analogia manifesta, que percorre toda a teoria, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza. No outro caso - concepção marxista geral do poder - nada disto é evidente; a concepção marxista trata de outra coisa, da funcionalidade econômica do poder. Funcionalidade econômica no sentido em que o poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e de seu fundamento atual.

Para fazer uma análise não econômica do poder, de que instrumentos dispomos hoje? Creio que bem poucos. Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder

não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. Questão: se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é sua mecânica?"⁷¹

Na verdade, os marxistas não parecem ter muita compreensão do poder. Falam do tema, mas ele acaba assumindo posição acessória, mesmo onde seria fundamental, como em discussões da alienação e reificação. A razão disso pode ser política, uma vez que pouco interessaria ao Partido Comunista da extinta URSS criar uma massa crítica sobre aspectos relacionados ao poder - o qual era exercido de forma totalitária naquele país. Isto não seria surpreendente, uma vez que a própria discussão da alienação - talvez o conceito mais rico da sociologia marxista - foi posta em segundo plano nos meios marxistas quando o PC estava no poder.

Revisando o materialismo histórico, defendemos que as relações de produção são uma forma específica das relações sociais de poder. Ou seja, o poder engloba uma série de relações sociais específicas onde quase sempre vemos domínio e alienação - entre elas a de produção. Neste sentido, podemos até questionar, se de fato, são as relações de produção que determinariam a chamada infra-estrutura da sociedade. Parece que no caso do capitalismo a base econômica é inquestionável, contudo, para outros períodos isto é bastante duvidoso. Por isto, achamos importante estudar as relações de poder, porque elas nos dão a possibilidade de ampliar o próprio arcabouço teórico marxista, que pode ser usado com muita consistência para o entendimento da lógica e dinâmica de uma relação social de poder fundamental (o capital), assim como suas conseqüências sobre o indivíduo ao abordarmos a reificação e alienação. Podemos assim, rever as proposições marxistas (do materialismo histórico) e entender o desenvolvimento histórico como a luta pelo poder e domínio.

Após esta breve apresentação das concepções existentes e de ter levantado algumas questões sobre o poder, Foucault faz propostas para uma construção teórica consistente:

"... se o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, ou em termos funcionais de reprodução das relações de produção, não deveríamos analisá-lo acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra? Teríamos, portanto, frente à primeira hipótese, que afirma que o mecanismo do poder é fundamentalmente de tipo repressivo, uma segunda hipótese que afirma que o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios.

Inverteríamos assim a posição de Clausewitz, afirmando que a política é a guerra prolongada por outros meios. O que significa três coisas: em primeiro lugar, que as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba a guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestam na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. A política é a sanção e a reprodução do desequilíbrio das forças manifestas na guerra. Em segundo lugar, quer dizer que, no interior desta 'paz civil', as lutas políticas, os confrontos a respeito do poder, com o poder e pelo poder, as modificações das relações de força em sistema político, tudo isto deve ser interpretado apenas como continuações da guerra, como episódios, fragmentos, deslocamentos da própria guerra. Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições. Em terceiro lugar, que a decisão final só pode vir da guerra, de uma prova de força em que as armas deverão ser os juízes. O final da política seria a última batalha, isto é, só a última batalha suspenderia finalmente o exercício do poder como guerra prolongada.

A partir do momento em que tentamos escapar do esquema economicista para analisar o poder, nos encontramos imediatamente em presença de duas hipóteses: por um lado, os mecanismos do poder seriam do tipo *repressivo*, idéia que chamarei por comodidade de hipótese de *Reich*; por outro lado, a base *das relações de poder seria o confronto belicoso das forças*, idéia que chamarei, também por comodidade, de hipótese de *Nietzsche*.

Estas duas hipóteses não são incompatíveis, elas parecem se articular. Não seria a repressão a consequência política da guerra, assim como a opressão, na teoria clássica do direito político, era na ordem jurídica o abuso da soberania?

Poderíamos assim opor dois grandes sistemas de análise do poder: um seria o antigo sistema dos filósofos do século XVIII, que se articularia em torno do poder como direito originário que se cede, constitutivo da soberania, tendo o contrato como matriz do poder político. Poder que corre o risco, quando se excede, quando rompe

os termos do contrato, de se tomar opressivo. Poder-contrato, para o qual a opressão seria a ultrapassagem de um limite. O outro sistema, ao contrário, tentaria analisar o poder político não mais segundo o esquema contrato-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão; neste sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão com respeito ao contrato, isto é, um abuso, mas ao contrário, o simples efeito e a simples continuação de uma relação de dominação. A repressão seria a prática, no interior desta pseudopaz, de uma relação perpétua de força.

Portanto, estes são dois esquemas de análise do poder. O esquema contrato-opressão, que é jurídico, e o esquema dominação-repressão ou guerra-repressão, em que a oposição pertinente não é entre legítimo-ilegítimo como no precedente, mas entre luta e submissão.⁷²

É exatamente o “esquema guerra-repressão” que tentamos desenvolver em nosso trabalho. Para isso, já trabalhamos Nietzsche, que é a fonte inspiradora de Foucault para montar sua “agenda” (sobre o poder) baseada na relação de forças. Quando formos tratar de psicologia/dominação, exploraremos Reich e os leitores perceberão como, de fato, as conclusões científicas deste complementam a filosofia Nietzscheana. Pois Reich estuda as emoções que conduzem o ser humano a se deixar dominar ou a seguir um déspota - que para Nietzsche não seria um impulso “natural”.

Como consequência da proposta de Foucault temos esta última observação:

“O sistema do direito, o campo judiciário são canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida.”⁷³

Parte 2

Construindo e Descrevendo os Modelos

Capítulo 5

Poder

A maior dificuldade que sentimos no desenvolvimento deste trabalho foi definir os conceitos para a construção de nossos modelos de poder. Infelizmente, apesar de termos um bom número de autores tratando do tema, encontramos poucos conceitos aproveitáveis. A verdade é que a palavra poder, por exemplo, acabou sendo utilizada abusivamente para definir diversos fenômenos sociais diferentes. Cotidianamente usamos a palavra poder para apontar uma influência, domínio, capacidade de realização, força social, instituição etc... Todos fenômenos são socialmente distintos e por isso, têm de ser chamados de formas diferentes. Esta necessidade nos obrigou a rever vários dos conceitos costumeiramente utilizados, redefinir outros, aproveitar alguns esquecidos e até a criar novos. Sem isso, não só a construção teórica ficaria difícil, como a transmissão para o leitor seria ininteligível.

A conseqüência desta ampla revisão será a facilidade de questionar nossa conceituação comparando-a com outros autores. Por exemplo, todos sentirão de cara um suposto “esvaziamento” do conceito de poder, contudo não poderíamos operar com uma definição tão genérica como de Max Weber:

“Poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.”⁷⁴

As definições excessivamente genéricas acabam englobando tudo e conseqüentemente perdem qualquer sentido ou significado. Neste capítulo e no próximo, faremos toda esta revisão conceitual e concomitantemente discutiremos os fenômenos a eles relacionados. Estaremos, assim, tornando os conceitos mais consistentes para introduzirmos nossos modelos de poder - “*modelo de poder popular*” (ou autogestionário) e “*modelo de poder alienado*” (ou hierárquico).

Nosso trabalho se restringe à área social, por isso nos interessamos em desenvolver um modelo que partisse do agente social. Entendemos como *agente social* qualquer ser humano que viva em sociedade, tenha capacidade de desejar, escolher e agir. Este agente social está necessariamente inserido em uma realidade social conflituosa. Qualquer sociedade, mesmo a comunal, tem conflitos, logo tem relação de poder, pois um grupo terá de impor sua vontade contra os interesses de outros quando um objeto escasso estiver em disputa.

Todo agente social é dotado naturalmente de uma determinada *força social*, que é a energia racionalmente aplicada pelos agentes na consecução de seus objetivos na sociedade. Cada agente tem determinada força social, mesmo que esta se restrinja à mera “força bruta” - a qual não serve muito mais do que para uma primária agressão física. É óbvio que a força social dos agentes é variável, de agente para agente, de um agente no transcorrer de sua vida e até com relação ao projeto que o agente está engajado. Todos os agentes, para alcançar seus objetivos se valem (quando possível) dos instrumentos para ampliação da força social. Qualquer coisa pode ser *instrumento para ampliação de força social*: um armamento simples (como uma faca ou revolver), informação, aumento de força física, aprimoramento de técnica de luta, saber e experiência para melhor atuar (otimização na aplicação das forças que dispõe), erudição (para ter maior capacidade de persuadir), ou uma máquina que aumente a produção do trabalho⁷⁵

Uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém. É muito importante esta definição, uma vez que a “capacidade de realização” é constantemente utilizada como sinônimo de poder. Ou seja, quando um agente tem a capacidade de realizar ou produzir determinado efeito, se diz que ele tem poder. Não é nada disto, o agente pode ter a capacidade de realizar até uma relação de poder, contudo, nem tudo que o agente realiza é poder. Por exemplo, se resolvêssemos construir um banco de madeira, para nosso uso, através do nosso trabalho, com árvore, pregos e cola que ninguém reclame, não caracterizamos uma relação de poder, apesar de termos produzido socialmente.

Observação: nossa argumentação de forma alguma entra em conflito com Nietzsche. Para o filósofo a própria vida é um ato de imposição. O que é lógico, já que a análise nietzschiana não se restringe às relações sociais. Logo, para o filósofo, tudo é poder. Em nosso exemplo anterior, ele diria que teríamos imposto nossa vontade à árvore, ao nos apropriarmos de sua madeira. Então reforçemos a idéia. Nosso trabalho se restringe ao poder como relação social. Então só entendemos por poder aquilo que atinge os agentes sociais. Se analisássemos sob uma ótica mais ampla, como a de Nietzsche, aí sim poderíamos dizer que qualquer

produção é uma relação de poder.

Na exposição da capacidade de realização, nos precipitamos e demos pistas do que entendemos por relação de poder. Então, entremos logo na discussão sobre o poder, pois ela nos elucidará o entendimento da capacidade de realização. Façamos algumas considerações para irmos definindo o que é poder.

O poder é uma relação social que está localizada no espaço, tempo e na sociedade. Ou seja, uma determinada relação se estabelece em determinado lugar, em determinada época e envolve determinado grupo de agentes.

O poder, também, não pode ser entendido apenas como sinônimo de repressão: o poder constrói, o poder cria, o poder articula e estrutura toda a sociedade. Sempre em favor de quem o detém. Contudo, isto não é necessariamente anti-popular. Por exemplo, quando uma comunidade impede que se construa uma Usina Nuclear em sua localidade, frustrando empresários e o Estado, temos uma relação de poder onde a vontade popular foi vitoriosa.

Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito - ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito. Vamos mais além, ter força social e consolidar algo onde não encontramos oposição, onde todos são indiferentes ou unânimes em nos apoiar, também não pode ser entendido como uma relação de poder. Lembremo-nos que nosso modelo é de conflito social, no qual todo agente tem um determinado *quantum* de força. Estes agentes têm vontades, intenções diferentes e por isto entram em conflito. O conflito entre agentes significa o enfrentamento entre as forças sociais mobilizáveis por estes agentes. A maior força social será a vitoriosa, conquistando para o agente que a mobilizou o objeto pelo qual se digladiava. É este ato de imposição de uma força sobre sua oposição que chamamos de poder. Para ser mais exato: poder é a imposição da vontade de um agente através da força social que consegue mobilizar para sobrepujar a força mobilizada por aqueles que se opõem.

Voltando à questão da capacidade de realização. Podemos considerar que um agente tem a capacidade de realizar uma relação de poder, uma vez que no embate com outro agente, ele consegue produzir uma nova relação social (de poder) até então inexistente entre ambos. Contudo, como já havíamos apontado, nem toda capacidade de realização de uma força social será poder, uma vez que nem toda disposição para produzir algo gerará conflito e necessitará de um ato de imposição para se consolidar. Portanto, não é necessário ter poder para produzir, e podemos afirmar que poder tem menos a ver com produção do que com imposição. A produção é consequência da capacidade de realização das forças sociais em ação, que inclusive podem produzir o próprio poder.

Nossa concepção de poder tem alguns conflitos relevantes com a definição de Weber. Para o sociólogo alemão, a relação de poder se dá mesmo contra as resistências. Para nós, só existe relação de poder se houver conflito, portanto, em algum momento à oposição, logo a resistência é condição indispensável para a caracterização sociológica do que definimos como poder.

Outro ponto, e sem dúvida mais importante, diz respeito à probabilidade de impor a vontade. Nosso entendimento é que aquele que tem a probabilidade de impor sua vontade em uma relação social conflituosa e não o faz, não tem poder algum. Este agente tem, sim, a capacidade de realizar uma relação de poder - por ter mais força social que seus oponentes - mas esta capacidade não é poder ainda. Somente quando o agente mobiliza sua força superior e se impõe no conflito, é que ele percebe uma relação de poder em seu favor. Isto porque o poder só existe quando o exercemos e não quando temos apenas a probabilidade de impor nossa vontade. Aliás, a definição de Weber de poder traz uma contradição com nossa concepção. Se o agente está em uma relação conflituosa e mesmo tendo mais força que seu oponente não se impõe, significa, necessariamente, que seu opositor está se impondo a ele, logo o agente mais forte estaria subjugado ao poder da força social mais débil. Daqui tiramos a primeira lei do poder: *quando existe um conflito onde duas forças disputam o controle de um único objeto, a guerra só cessará quando se estabelecer uma relação de poder*. Da primeira lei derivamos a segunda lei: quando existe conflito, mas não vemos guerra - ou seja, em tempos de "paz" - *se o agente não estabeleceu poder: seu opositor terá estabelecido*. Obviamente não existe esta possibilidade do agente débil subjugar o agente forte. Chegamos à terceira lei do poder: *Sempre, o agente que empenhar maior força social em determinado conflito até aquele momento histórico, será o detentor do poder*.

A terceira lei suscita o questionamento sobre o modo da aplicação das forças no embate. É óbvio que partimos do pressuposto que os agentes sabem otimizar a aplicação das forças que empenham no conflito. Acreditamos que podemos partir desta pressuposição simplificadora, porque todos os agentes, quando se envolvem em uma disputa, planejam a aplicação de suas forças, exatamente para evitarem desperdícios comprometedores ao alcance das metas. Isto, inclusive, é coerente com nossa definição de força social, onde ressaltamos o aspecto racional de sua aplicação. Contudo vale lembrar que saber como "melhor aplicar suas forças" é um instrumento de ampliação da força social. Logo, aquele que sabe aplicar melhor sua força, terá uma maior ampliação desta, o que significa ter mais força aplicada no conflito.

A confusão gerada pela terceira lei do poder é fruto da ação de agentes, que não mobilizam todas as forças que têm em determinado embate. Levando em consideração apenas os casos de embate efetivo (guerra) - onde os agentes me-

dem suas forças e capacidades - a força potencial - aquela que não foi mobilizada - não serve de nada. No combate só se considera a força que foi efetivamente empenhada. Portanto, em um conflito específico, o detentor do poder será sempre o agente que tiver mais força aplicada ao conflito. No entanto, nem toda relação de poder nasce depois do embate das forças mobilizadas. Caso determinado agente tenha grande superioridade de força com relação à oposição, talvez nem precise fazer qualquer mobilização para garantir o que quer. Para se estabelecer uma relação de poder, muitas vezes basta a possibilidade do uso da força - neste caso, apesar de não ter havido embate, o conflito é latente e perceptível.

Afirmamos que vemos agentes com potencial para mobilizar mais forças em determinado embate, mas não o fazem. Isto dá a impressão de que o agente optou por não mobilizar as forças de que dispunha. Tal omissão teria como consequência a consolidação de coisas que o agente é contra, ou a frustração de seus planos. Contra isso, os agentes usam todas as forças disponíveis para defender aquilo que realmente consideram importante. Se assim não fizer, é porque suas forças já estão debilitadas - talvez pela fadiga da batalha - ou não dispõem mais das forças que supunha, ou ainda, o custo de mobilização destas forças passou a ser proibitivo isto significa, não dispor de recursos para mobilizar a força que se desejava, o que é quase o mesmo que não dispor mais destas forças. Chegamos assim à primeira conclusão sobre a lógica do poder: *quem tem mais força social se impõe sempre, logo é o detentor do poder*. A lógica do poder não parece facultar ao agente com força social superior a escolha de querer se impor ou não⁷⁶. Este é outro ponto de contradição com Weber. Pois a lógica do poder nos leva a concluir: todo aquele que tem a probabilidade de impor sua vontade, se imporá sempre. Sendo assim, ninguém considera a probabilidade de se Impor, ou se tem condições para fazê-lo ou não, se tiver força para tal, o fará.

Um exemplo talvez ajude elucidar este ponto. A revolução cubana contrariou uma série de interesses do imperialismo norte-americano e, em determinado momento histórico, os EUA pensaram na hipótese de invadir Cuba⁷⁷. Os planos de invasão deveriam seguir a lógica do poder, ou seja, o Estado norte-americano mobilizaria toda força à sua disposição para concretizar seus objetivos. O motivo dos EUA nunca terem concretizado este plano durante a “Guerra Fria” é evidente, uma vez que a força social que Cuba poderia mobilizar (junto a seus aliados) para se defender, dificilmente seria suplantada pela força mobilizável dos EUA. Mesmo que tivesse sucesso na invasão, a manutenção da conquista seria muito difícil a longo prazo. Logo, a história não registrou a tomada do território cubano pelos EUA durante a “Guerra Fria”, exatamente pela história não poder ser diferente, pois os EUA não dispunham de forças mobilizáveis para suplantarem as forças de defesa de Cuba e seus aliados⁷⁸.

Agora, com o fim da “Guerra Fria”, por que os EUA não invadem Cuba? A resposta só pode ser uma: para os EUA não é mais tão importante subjugar Cuba, havendo um certo grau de indiferença com relação ao assunto. Havendo indiferença, como já frisamos, não há conflito, logo não se poderia dizer que Cuba estabeleceu uma relação de poder sobre os EUA como ocorreu em sua revolução até o fim da “Guerra Fria”. Contudo, podemos especular que se o Estado norte-americano, mesmo após a “Guerra Fria”, ainda tem interesse concreto em invadir Cuba, mas avaliou que diversas forças sociais combinadas (opinião pública, oposição política interna, reprovação da comunidade internacional, resistência de Cuba etc...) acabariam suplantando a força social que os EUA poderiam aplicar no conflito, e por isto, acabou desistindo da invasão (mesmo mantendo interesse em sua realização) podemos dizer que se estabeleceu novamente uma relação de poder sobre os EUA. Como isto ocorreu? Se os EUA querem invadir Cuba e não conseguem, é porque existe conflito. Contudo, o Estado norte-americano, prevendo que seria cerceado pela oposição interna, pelo descontentamento dos aliados internacionais, entre outros, sabe que na verdade só poderá dispor de uma força social limitada para tomar e manter o país caribenho. Em determinado momento, esta força limitada passada a ser insuficiente para suplantar a força da resistência, o que conduziria os EUA a perderem o controle da ilha. Desta forma se explica como um agente com grande capacidade de realizar relações de poder, por ter grande força potencial, acaba sofrendo uma relação de poder. Exatamente por poder aplicar no conflito somente uma fração de sua força, fração esta insuficiente para sobrepujar a força da oposição.

É claro que os EUA têm a capacidade de invadir Cuba, para isto, bastaria seu presidente assumir o desgaste político, por exemplo. Contudo, ter essa capacidade não significa que os EUA já estabeleceram uma relação de poder. Pois poder não é uma possibilidade, um vir a ser. O poder se exerce, e só assim ele existe. Mas se o poder existe e caso o agente não o esteja exercendo, estará sofrendo seus efeitos, pois seu opositor estará no exercício.

Estando entendido isso, podemos definir outro conceito importante: *subjugado* é todo agente social que sofre contra si uma relação de poder, pois sua força social é débil no embate com a outra. Os subjugados se dividem em dois grupos: os que se tomaram *dominados*, pois acabam trabalhando em prol dos interesses do poder e dos *resistentes* que não trabalham naquilo que se opõem. Todo subjugado obviamente sofre uma *opressão*, que significa a imposição unilateral de uma das partes de um determinado relacionamento - é consequência necessária da relação de poder.

O conceito de domínio é complexo, por isto, trataremos exclusivamente do grupo dos dominados no próximo capítulo. Já o tratamento dos resistentes, nos

abre o caminho para aprofundarmos o entendimento sobre a lógica do poder.

Quando um agente entra em uma disputa, ele vai se articular de todas as formas para garantir seus interesses. Isto significa que o agente tenta em todo lugar procurar aliados e instrumentos suficientes para, quando o embate ocorrer, suplantar a oposição. Ao contrário do que se pode imaginar, o embate não cessa quando uma das forças consegue seu objetivo, ou seja, ao se estabelecer uma relação de poder. Não nos esqueçamos que a força subjugada foi derrotada na disputa de um objeto em determinado momento histórico, contudo não deixa de existir. Ao contrário, continua trabalhando em prol de seus objetivos na condição de resistência ao poder que a subjugou. Esta força subjugada pode tentar a qualquer momento e enquanto existir o objeto de disputa, reverter a situação. Portanto, o poder não é uma relação instantânea, a qual cessa após a conquista. O poder é uma relação que tem de ser permanente. A única coisa que garante a um agente a manutenção de seu interesse é permanecer sempre com mais força social que sua oposição.

Se temos um conflito social, a força subjugada não ficará parada com uma derrota. Aquela derrota é sempre delimitada no tempo. A força subjugada tentará acumular mais força para ter poder, o que significaria impor ao outro agente sua vontade. Neste caso teríamos uma evidente inversão de papéis: a força subjugada passou a ser a detentora do poder e o agente que era detentor do poder sobre aquele objeto em disputa, passou a ser subjugado. Exemplos claros são as disputas eleitorais pelo aparelho do Estado.

Então temos a seguinte situação: um agente, através da força social que conseguiu articular, consegue o *status* social de poderoso, que está ligado a determinado *status quo* - a condição de ser mais forte socialmente do que sua oposição. Para perpetuar isto, este agente tem que se manter continuamente mais forte que sua oposição, senão, com a mudança no *status quo*, nosso agente perde o *status* de poderoso. Portanto, outro ponto da lógica do poder é: *a contínua e sistemática tentativa, por parte do poderoso (ou daquele que almeja o poder), de maximizar a apropriação de força social ao seu comando*⁷⁹, *para obter a expansão do quantum de força social original*. Concluindo, o fenômeno social poder é uma relação social que necessita se auto-expandir para se perpetuar. Se isto não for obedecido, logo o poderoso perderá seu poder e passará à condição de subjugado.

E não existe qualquer possibilidade de o poder se perpetuar sem se auto-expandir. A estagnação da força social significa perda de poder. Por que? Primeiro, o poder só está saudável quando se está expandindo. Estar estagnado significa que a resistência ao poder está aumentando. O aumento da resistência pode ter como conseqüência a perda da disciplina interna e a desorganização da estrutura que garante o poder do agente. Com o aumento da resistência, a

oposição ao poder pode se encorajar a partir para ações desestabilizadoras do poder.

Outro aspecto importante: o poder é relativo ao que lhe faz oposição. Se determinada força social se mantém, mas a oposição se esvazia, teremos um ganho de força relativa, logo estamos dentro da lógica do poder. Por isto as *estratégias do poder são: a expansão da própria força* computando mais aliados ou aumentando o condicionamento e disciplina interna da estrutura que garante seu poder social e *as ações desarticuladoras contra a força da oposição*.

A *lógica expansionista do poder*, diferente do que demos a entender, *não se dá apenas por um receio do agente perder seu poder*. Na medida em que se estrutura uma instituição poderosa, a tendência de seus mecanismos internos é ir aumentando o controle sobre tudo que puder. Vários dos mecanismos internos de uma instituição são de vigília e controle e nada mais natural que tais mecanismos tomarem gradualmente conta de tudo que estiver ao seu alcance. Desta forma, não apenas aumentam a eficiência dos processos, como evitam surpresas que possam alterar o *status quo*. Portanto, o impulso para a expansão do poder de uma instituição nasce internamente, ou seja, na própria lógica de atuação da organização poderosa. Isto não diminui a importância da preocupação com a oposição e nem de outros fatores externos, que definirão a possibilidade da expansão e a rapidez com que ela se dará.

Todo agente que lute por uma causa, irá sempre tentar se *organizar* de forma a articular e conseguir aproveitamento máximo de suas forças, para suplantar as dificuldades e sobrepajar as resistências. Em suma, quase toda a organização luta pelo poder, mas nem todas o detém. Se uma organização consegue o poder, ela tenta virar uma instituição. O que é uma *instituição*? É uma organização que começa a produzir regras, normas, dita o que é certo e, portanto, tem um caráter ideológico claro. A instituição se propõe a ser: permanente, formal e se faz reconhecer como detentora legítima de determinados direitos. Toda instituição tem muitas finalidades discursadas, contudo, sua real intenção é a manutenção, com um mínimo de esforço, do poder conquistado. Um exemplo claro da diferença entre organização e instituição é: a organização de parte de uma população que entra em conflito com outra parte. Isso é uma coisa bem diferente do Estado, que é a forma como se institucionaliza a vitória (ou o poder) de uma das partes. Por isso, convencionou-se chamar as instituições de poder. A tomada do poder tão discursada pelos políticos, é na verdade tomar a instituição, que perpetua e guarda determinadas relações de poder. Quando um partido político ascende ao poder, ele na verdade não ascende ao poder, ele ascendeu à instituição que detém o poder. Esta distinção é importante, pois vimos diversos exemplos históricos, onde o presidente formal de Estado fica sem poder - como foi o caso de

Salvador Allende, no Chile.

As instituições são diferenciadas conforme o tipo de poder que se quer perpetuar. Por isso o Estado é diferente de uma empresa capitalista. Vários agentes argumentam que necessitam “tomar” o comando de uma instituição para ter poder, e assim atingir seus objetivos. Muito bem, é importante ter claro que nenhuma instituição nos permite atingir qualquer objetivo desejado. Determinada instituição é detentora de algumas possibilidades de imposição, portanto, de certo poder. Podem existir objetivos que sejam absolutamente incompatíveis com o poder que pode exercer uma instituição. Os marxistas não perceberam isso e acharam que podiam utilizar uma instituição criada para a manutenção do poder e privilégio de uma classe minoritária para “libertar” a classe trabalhadora. A manutenção do poder Estatal é contraditória com uma suposta emancipação da classe trabalhadora. Por isso, entre outras razões, o golpe bolchevique resultou na mera substituição de uma classe privilegiada (de antes do golpe) por uma nova classe privilegiada - a burocracia do partido. Uma instituição permite substituir os beneficiários de seu poder, contudo, não possibilita que mudemos o tipo de poder mantido através dela. Voltemos ao ponto inicial; para diferentes tipos de poder, necessitamos de instituições diferentes. Por isso, para a emancipação da classe trabalhadora, precisaremos de instituições, mas elas deverão ser adequadas ao poder popular (como foram os Sovietes no início do processo revolucionário russo), estando descartado o aproveitamento de instituições como o Estado.

O mesmo que dissemos sobre as instituições podemos afirmar para o poder. O poder *não* pode ser encarado como mero instrumental através do qual se pode alcançar qualquer objetivo. Poder é uma relação social com lógica e dinâmica própria, que constitui a sociedade e tem conseqüências sobre os indivíduos. O poder não é neutro. Ter poder significa oprimir, impor, conquistar, criar uma situação de desigualdade, onde a parte que sofre a ação do poder será frustrada em suas pretensões. Não podemos usar, por exemplo, o poder para acabar com a opressão ou para garantir a realização de vontades contraditórias. Podemos sim, usar o poder para libertar uma raça da condição de escrava. Percebam a sutileza da coisa. O senhor dono de escravos quer perpetuar essa relação. Em determinado momento histórico, um poder lhe impõe a perda dos escravos. De acordo com nossa teoria, o ex-dono de escravos está sendo oprimido e foi subjugado pelo poder que “libertou” os escravos. Portanto, nem sempre o oprimido é digno, merece pena ou está certo.

Como já dissemos, através do poder, um agente pode alcançar, apenas, um rool de resultados determinados pela interação entre o manipulador e a lógica do instrumental (neste caso o poder). Em outras palavras, existe um conjunto

de resultados incompatíveis com a conquista do poder. No entanto, o poder é lúdico e os homens de todos os tempos acabam caindo em sua armadilha. Estes homens se convencem que através do poder conseguirão todos os seus objetivos e, pior, acham que estes objetivos só seriam realizáveis através do poder. No entanto, esta lógica *induz o agente a estar constantemente lutando para obter ou manter o poder*, uma vez que julga este poder condição indispensável para o alcance de seu objetivo. Como, em qualquer momento histórico, o poder pode mudar de mãos, as ações imediatas do agente se dão sempre no sentido de conquistar ou de manter este poder, desta forma, *o poder acaba se transformando objetivamente em um fim*. Concluimos que os detentores do poder (ou os que lutam por ele), estão eternamente tomando atitudes (pretensamente de curto prazo) para expandir sua força social, a fim de manter (ou conquistar) poder. Dentro desta lógica, as finalidades discursadas (ou pretendidas), passam a ser mera retórica (muitas vezes pouco exequíveis) e assumem caráter secundário; haja vista que a tomada (ou a manutenção) do poder sempre precederá a realização da finalidade. Então temos mais um item da lógica do poder: *tudo o que é feito pelo poderoso é sempre feito visando a manutenção de seu poder*.

Com o que dissemos, fica fácil concluir que o caminho lógico do poder é a centralização do comando, a hierarquização na organização interna de sua força social e a concentração no objetivo fundamental, a saber: a maximização da força social apropriável ao comando do poderoso. Logo, a lógica do poder é autoritária e conduz obrigatoriamente à tentativa de destruição sistemática da oposição. Assim, no poder temos o germe do *autoritarismo*, ou seja, *aquele poder que não admite oposição*. A lógica do poder é implacável, havendo oportunidade de dizimar a resistência, o poder o fará, mesmo que seu comandante seja o mais fervoroso defensor da “democracia” e ache realmente positiva a existência de oposição. Pior ainda, temos o perigo do *totalitarismo*, ou seja, uma sociedade em que todos são dominados por este poder - mas trataremos de domínio mais tarde.

Mesmo quando o poder destrói completamente a resistência, ele não deixa de ser poder. Continua seguindo sua lógica, pois, como já vimos, ela se dá independente da oposição. Além disso, o poderoso sempre teme a possibilidade de relaxamento da disciplina em seus quadros ou do ressurgimento da resistência. Portanto, a mera possibilidade de articulação da oposição, já é o suficiente para que o poder se caracterize como tal e siga sua lógica⁸⁰.

Quando já não encontra oposição articulada, o poder entra no *estágio autoritário*⁸¹. Não tendo atingido o estágio autoritário, o poder, mesmo com sua lógica autoritária, encontra oposição e resistência, e às vezes se vê obrigado a negociar. No estágio autoritário não, ele apenas impõe sua vontade e acabou. O estágio autoritário é a finalidade de todo o poder. Este estágio multiplica exponencialmente

a capacidade de realização e eficiência do poder, pois este não encontrará resistência articulada que questione sua ordem. Além disso, o estágio autoritário tranqüiliza o detentor do poder. Porém, não nos iludamos, ao alcançar tal estágio, o poder aumenta sua capacidade de realização, mas ele não deixará de seguir sua lógica. Por isso, mesmo alcançando o estágio autoritário, muitas vezes o poder não conseguirá cumprir seu discurso, pois as ações imediatas sempre serão no sentido de manter-se neste estágio.

Não podemos deixar de dar atenção ao conceito de negociação.

Na verdade, para nossa teoria de poder, não existe possibilidade de negociação. Por que? Para existir poder, uma das forças sociais em conflito tem de se impor à força que se opõe. Negociação nos traz à mente a idéia de que ninguém se impôs na relação. Conseguiu-se uma situação onde ambas as partes ficaram satisfeitas. Isto não existe. Se a posse de um objeto é ambição de dois agentes, nenhum dos dois ficaria satisfeito se tivesse a posse de metade do objeto. A *negociação* é uma forma elegante de rendição de uma das partes envolvidas no conflito, onde o subjugado receberá algum tipo de compensação, ou ficará com migalhas daquilo que almejava. O processo de negociação serve, várias vezes, para que os agentes envolvidos em um conflito exponham as forças de que dispõem e que podem mobilizar para conquistar o objeto em disputa, sem arcar com os custos de terem de mobilizar tais forças. Como já colocamos, algumas vezes um agente objetiva algo, mas avalia que o custo de mobilizar toda sua força para garantir o poder seria demasiadamente alto, por isso acaba sendo subjugado, mesmo tendo mais força mobilizável à sua disposição. O *poder sempre persegue sua manutenção através do menor esforço ou custo possível*. A idéia é aplicar o mínimo de força para garantir o poder. Esta é a *economia do poder*, ou seja, o poder prima por eficácia.

Voltando à negociação, muitas vezes temos a ilusão de que a negociação resolveu a questão, sem haver uma imposição de qualquer parte. É melhor exemplificar, duas forças sociais dizem querer ter a posse de um objeto. No fim da negociação as partes dividiram o objeto meio a meio. Podem ter certeza, nesta relação houve um vitorioso, uma parte que saiu satisfeita, pois impôs o que realmente queria, apesar de ter discursado outro objetivo. Queremos dizer, um agente, diante das forças que queria mobilizar, conseguiu exatamente o que queria: a metade do objeto. A outra parte saiu derrotada, pois teria perdido a metade do objeto disputado. É claro que a idéia de sempre haver um derrotado ao se equacionar um conflito⁸² tem um pressuposto fundamental, mas que é bastante razoável: acreditamos que em uma disputa, nunca haverá dois agentes com forças sociais absolutamente iguais⁸³. Caso o interesse de um agente, por determinado objeto, se complementar exatamente com o de outro agente - por

exemplo, se dois agentes envolvidos se interessarem por exatos 50% do objeto - não configura o conflito⁸⁴. Todo processo de negociação tem um perdedor de antemão, onde o perdedor só vai negociar as compensações ou os termos de rendição. Quando apontamos acima que o poder que encontra resistências e é obrigado a negociar, está fora do estágio autoritário, é porque o simples fato de haver resistência já impossibilita ao poderoso fazer tudo como gostada - ou seja, alcançar seus objetivos sem arcar com o custo da compensação.

Não existiria conflito entre dois poderes? A resposta é não. A relação de poder é o “equacionamento” de um conflito. Logo, dois poderes não entram em conflito. O que existe, sim, é o conflito de interesses entre instituições ou organizações que detêm poder sobre algumas coisas. E num complexo social encontramos várias instituições. Estas se articulam e entram em conflito todo o tempo. Algumas vezes alguns saem derrotados. Mas o derrotado, apesar de estar sofrendo uma relação de poder, não deixou de ter poder. Parece confuso, mas não é. Basta voltarmos ao conceito. Poder é a capacidade de uma força social para impor determinada coisa socialmente. Se, por exemplo, a Coca-Cola monopoliza o mercado do país X e evita que a Pepsi-Cola entre, podemos dizer que a Coca-Cola tem o poder neste caso. No entanto, a Pepsi-Cola pode conseguir o mesmo no mercado Y. Neste outro caso, a Pepsi será a detentora do poder. Portanto, não esqueçamos, o poder é a capacidade de imposição sobre *um* objeto em disputa, contra *determinada* oposição. Nem por isto poderíamos dizer que a Pepsi ou a Coca perderam sua força social. Elas têm sua força e poderes. Mas uma conseguirá impor algumas coisas à outra e vice-versa.

Este exemplo é bastante interessante, pois mostra como a resistência pode ser ativa e articulada. No país X a Coca é “dona” do mercado. A Pepsi ao tentar entrar lá é barrada. Logo, a Coca se impôs e por isto é a detentora do poder. A Pepsi, logicamente, é uma organização articulada, que está subjugada ao poder da Coca. Mas a Pepsi não desiste de seu projeto e muito menos se alia ao inimigo. Logo, a Pepsi assume o papel de resistência com relação ao poder da Coca. Mas reparam, quem tem a postura agressiva (ativa) neste caso é exatamente a Pepsi, que representa a resistência. Por isso, ser subjugado não significa ser fraco e ser resistência não significa ser passivo. Resumindo, a *resistência* pode ser *passiva* (quando o agente não tem qualquer ação contra o poder que o oprime) ou *ativa* (quando o poder sofre retaliações por parte dos subjugados), *isolada* (tem um caráter individual) ou *articulada* (força coletiva).

No exemplo acima o detentor do poder apenas se limita a *reagir* à ação da resistência, isto mostra por que consideramos os detentores do poder como *reacionários*. O poder quer preservar seu status, a resistência quer mudar o seu e tal mudança significa alteração da realidade social. O poder pode até reagir pre-

ventivamente, mas isso não passa de reação. A ação e iniciativa para alterações da realidade social são da resistência. O que não significa que o poder não realize coisas, ou inicie projetos, mas as mudanças sociais relevantes na história do nosso ponto de vista são a alteração das relações de poder (ou de seu comando) e domínio.

A discussão sobre o conflito entre as instituições nos leva a outro conceito fundamental. A realidade social se apresenta com diversos grupos de força, os quais se articulam socialmente através do poder, ou seja, de imposições de parte a parte. *O poder é de forma global*, o conjunto de imposições que tem como síntese uma determinada organização da sociedade. Dentro da teoria do poder temos de estudar as relações entre estas forças e seus poderes. O fundamental dentro destas relações é o conceito de hegemonia. Sempre existirá, em qualquer sociedade, uma organização social que, graças à sua força, conseguirá impor em grande medida a sua vontade a todas as outras forças. Se não conseguirá impor, ela influenciará todas as outras. Esta será a *força social hegemônica*. Ou seja, é aquela força social que lidera e influencia as ações de todas as outras forças detentoras de poder na sociedade. A força social hegemônica é a organização com maior poder de uma sociedade. Este é o ponto máximo do poder, ou seja, quando ele é hegemônico. Reparem, ser hegemônico é diferente de estar no estágio autoritário. O “poder autoritário” não tem oposição em determinado ponto. O poder hegemônico não. Ele atua sobre diversas frentes e influencia vários detentores de poder. O poder hegemônico é questionado e encontrará resistências, afinal ele tem hegemonia sobre outras forças sociais poderosas. O poder hegemônico pode dominar outros detentores de poder e domínio - trataremos disto no próximo capítulo. Assim, vamos hierarquizando e organizando a sociedade.

O poder hegemônico pode estar no estágio autoritário em diversos pontos mas, provavelmente, nunca conseguirá ser autoritário em tudo que se meter. Já um poder no estágio autoritário pode ser hegemônico por outro poder. Mas para entendermos melhor isso, precisamos nos ater à idéia de influência. Ter influência não significa ter poder. Aquele que influencia provavelmente não tem qualquer conflito com o influenciado, contudo, por razões diversas, entre elas até psicológicas, a tomada de decisão ou a informação de uma tendência por parte da força hegemônica, acaba sendo mais um ponto a ser apreciado pelos agentes sociais. Existem dois motivos para isso: primeiro, os agentes influenciados querem capitalizar o sucesso das ações do influenciador; segundo, os agentes procuram evitar entrar em conflito com a força hegemônica, uma vez que seria praticamente impossível suplantá-la. É óbvio que o agente que consegue influência, tem força social, mas isto não significa que ele conseguirá impor seus interesses

num conflito com outras forças. Aquele que influencia tem grande força social, pois faz com que todos os tomadores de decisão levem em consideração suas posições. Isso facilita a vida do influente, que encontrará menos resistência aos seus projetos. Aquele que é realmente influente acaba criando na sociedade uma atmosfera que conspira a seu favor. Outra coisa importante: todo agente social está envolvido em um conjunto de situações cujas conseqüências sobre seus interesses são imperceptíveis ou nulas. Muito bem, este é o grande campo de ação da influência. Pois uma postura ou ação, em uma área que determinado agente na verdade não tem qualquer interesse (ou não percebe seu interesse), pode significar um ganho de força social (mesmo que secundária, como a famosa opinião pública) para o agente influenciador⁸⁵.

Algumas das *estratégias* que criam uma atmosfera favorável à perpetuação das relações de poder são: controlar os meios necessários para a sobrevivência humana, isolar o indivíduo de forma a mantê-lo como força relativamente débil (com capacidade de resistência limitada), desgastar o indivíduo fisicamente e tomar o máximo de seu tempo em função dos interesses do poder (no trabalho, por exemplo), promoção de meios de entretenimento individual (como ver esporte, TV, videogame e computador) e a criação de um clima de insegurança, medo e terror⁸⁶.

Estas estratégias deixam claro que o poder luta sempre pela individualização de nossas relações, só admitindo a associação (um dos instrumentos para ampliação da força social) se for sob o seu controle, ou seja, ao poder interessa manter uma sociedade desagregada, para que ele possa ser o pólo aglutinador e organizador desta sociedade. Por que isto? Para o poder, o melhor é que ele encare seus inimigos um a um, em separado. Pois ele teria toda sua organização contra apenas um. A articulação deve ser evitada a todo custo. O individualismo, a falta de comunicação, a segregação, os preconceitos, as "tribos", a falta de solidariedade, a competição, a desconfiança generalizada, o isolamento e até a individualização são interessantes para o poder. Por isso, o poder tenta punir de forma exemplar a todos que planejem se articular - podemos ver isso, repetidas vezes, na repressão que sofreram os trabalhadores pioneiros na criação dos sindicatos.

Vemos um aspecto psicológico produzido pelo poder. Conseguindo submeter cada agente em separado; sua força social é infinitamente superior à força de cada indivíduo. Tal aspecto introduz no agente uma sensação de pequenez e de impotência. Produz a sensação de que o poder é indestrutível e que temos de nos adaptar a suas imposições. Tudo parece imutável e nada que possamos fazer tem força para desafiar o poder.

Disto temos duas conseqüências: o poder é um dos elementos forjadores do

indivíduo - como escreve Foucault:

“Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.”⁸⁷

A segunda consequência é: se o poder forja o indivíduo, somente ele consegue ser o elemento aglutinador e organizador desta sociedade. Se é o poder quem organiza, obviamente organiza em seu benefício. Isto ajuda a entender a concepção de Foucault, que vê o poder como “rede produtiva”, como descrevemos no capítulo anterior.

Esta capacidade de forjar os indivíduos e, conseqüentemente, ser o elemento aglutinador, nos mostra o primeiro meio para se conseguir (ou manter) o poder: a ideologia. Ideologia é o conjunto de idéias e conceitos que os agentes poderosos propagam em interesse próprio como se fossem verdades universais a serem adotadas por todos. Ela engana o subjugado, pois este passa a não identificar mais seus interesses, não crê que sua vontade seja legítima. Em suma, a ideologia mascara o conflito para o subjugado⁸⁸. Convince, por exemplo, que é natural fazer aquilo que o poderoso deseja, porque as coisas são assim mesmo e não há como mudá-las.

Com este caldeirão ideológico, o poder acabou criando mais um *meio* de se perpetuar, a saber: a maior eficiência na tomada de decisão e na execução em *pequenos grupos* - já apontada por Max Weber. Grandes grupamentos demoram muito para tomar decisões e para colocá-las em prática por ser complicado coordenar suas ações, o que acarreta dificuldades para esses grandes grupos imporem sua vontade a uma outra força social. Desta forma, podemos ver grupos infinitamente maiores sendo subjugados por grupos menores, porém melhor organizados, ágeis, disciplinados, logo com menores custos para mobilizar toda sua força social.

O último *meio* para conseguir poder é óbvio: a *força bruta*. Como o poder só se efetiva quando determinada força social, independente dos meios que utilize, impõe sua vontade a outro agente, a força bruta age sobre o corpo do subjugado, de forma que este não pode mover-se para evitar a realização da vontade do poder. É claro que a força bruta nem sempre precisa entrar em ação, basta o subjugado avaliar que não terá como resistir à força, que ele acredita que o poder poderá mobilizar - neste caso voltamos ao aspecto ideológico.

Para encerrar este capítulo cabem alguns comentários.

Primeiro: imposição não é o mesmo que poder. Imposição é qualquer ato individual que tenha conseqüências sobre terceiros, ou ocupe um espaço público - não sendo necessário, portanto, haver oposição e conflito. Tudo que se faz por iniciativa individual, sem o prévio consentimento da sociedade (sendo o consenso a única forma de realizar sem impor) e traz conseqüências para ela, é um ato de imposição. É lógico que estamos mais acostumados a ver imposições no bojo de relações de poder, mas nem toda iniciativa individual encontrará oposição. Exemplo: um homem de uma cidade do interior que, por problemas de abastecimento de água, toma a iniciativa de abrir um poço em espaço público, onde todos poderão ter acesso. Ele fez o poço e pronto. Não consultou ninguém, não encontrou oposição, nem houve conflitos e ainda beneficiou outros moradores das redondezas que também tinham problemas de abastecimento. Apesar de ter havido uma imposição, não podemos considerar que se estabeleceu uma relação de poder. Como vimos no exemplo, nem toda imposição é negativa. Um exemplo histórico interessante é a imposição estética que os automóveis realizaram no meio urbano. Neste caso, em raríssimas ocasiões uma comunidade se mobilizou contra a criação de uma via que possibilitasse a circulação de automóveis, ao contrário, aquilo acabava sendo percebido como um benefício. A imposição é um dos momentos constitutivos do poder, mas poder significa mais que simplesmente impor. O poder tem outros momentos constitutivos além da imposição: agentes, intenção, conflito, forças sociais mobilizadas, ação, imposição (ou conquista), resistência, expansão - a conseqüente manutenção. *Mas a grande distinção entre o poder e a imposição é sua racionalidade, organização e sistematicidade.* Quando no trânsito um motorista se antecipa e coloca o carro em um espaço vazio antes de outro motorista, que também desejava aquela posição, podemos entender que houve imposição, mas não consideraríamos que houve poder. Porque, além de não ter havido confronto de forças sociais, o primeiro motorista conquistou a posição graças à sua maior vivacidade; esta ação teve um caráter instantâneo e intuitivo. *O poder para se constituir; necessita de uma racionalidade e sistematicidade.* Vejam como a relação no trânsito não pode ser encarada como poder: mais à frente, nosso primeiro motorista pode deixar de obter uma posição desejada porque levou uma fechada do segundo motorista. Logo, esta relação é fugaz, não se constitui em nada.

Segundo, associação, saber e informação não são poder, são instrumentos para a ampliação da força social. Por exemplo, aqueles que se associam têm maior capacidade de trabalho do que se produzissem isoladamente, mas isso não contém qualquer conflito. Da mesma forma, aquele que tem a informação pode agir no melhor momento, talvez o instante que sua oposição esteja mais

frágil, mas isto não lhe garante a vitória (ou o poder). E aquele que sabe, tem mais capacidade de trabalho, mas isso também não significa ter poder.

Todos esses instrumentos têm justificativas para serem confundidos com poder, para não nos alongarmos muito, vamos explorar apenas o saber. Vejam: se uma sociedade depende do saber de um homem para produzir algo e se este homem exigir privilégios e der a ordem na execução do que se quer socialmente do seu saber, poderemos dizer que ele constituiu uma relação de poder sobre a sociedade - uma vez que ele impôs sua vontade à sociedade. Mas, o saber como instrumento para ampliação da força social, decisivo para obtenção de uma relação de poder é efêmero. Logo que outros aprendem ou quando se consegue a realização do objetivo social, a posição de poder desmorona. Mas o saber continua como um instrumento de ampliação da força social, porém, dá menos força ao seu detentor, uma vez que outros também detêm o mesmo instrumento. Contudo, um saber que não seja desejado ou necessário a outros agentes, só será instrumento de ampliação da força social se for relativo a técnicas de embate - ou seja, técnicas que dêem ao agente vantagem para aplicar a força bruta. Alternativamente, se o agente detentor do saber não exigir privilégios, não impor condições para ensinar seus conhecimentos, socializando-os, também não podemos identificar qualquer relação de poder, mesmo que toda a sociedade dependa do saber de um único homem.

Capítulo 6

Domínio

Dominação é o conceito mais complexo de nosso trabalho, mas Max Weber conseguiu sintetizá-lo como:

“Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis...”⁸⁹

A definição Weber é correta, porém é meramente descritiva. Tal definição não nos propicia grande material para análise do fenômeno. Por isso, preferimos redefinir o conceito de forma a adequá-lo ao nosso modelo. *Domínio* (ou dominação) é dispor da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) - que não são os objetivos do agente subjugado.

Em nossa definição já começam os problemas. Recordemos o conceito de subjugado: subjugado é todo agente social que sofre contra si uma relação de poder⁹⁰... Muito bem, mas *domínio entra em nosso modelo como o instrumento fundamental para ampliação da força social, do qual nenhuma organização que pretenda ter poder pode prescindir*. Por isso, o domínio não pode ser o mesmo que poder.

Analisemos o caso mais atentamente. Existem três elementos constitutivos de uma relação de poder: o poderoso (agente que impõe), o subjugado (agente que se opõe) e o objeto disputado ou controlado. No domínio encontramos exatamente os mesmos elementos, mas a diferença entre ambos é que, na relação de poder, o objeto controlado pelo poderoso é distinto do subjugado. Já na relação de domínio, o objeto controlado é a própria força social do subjugado. Na relação de domínio, a força social do subjugado não é mais comandada pelo próprio, mas por seu dominador. Sendo assim, o domínio é um fenômeno socialmente distinto do poder, pois contém em seu bojo a alienação do agente dominado - no poder não há alienação, mas subjugação e resistência.

Outra distinção importante. Poder é sobrepujar a força social do agente com quem nos confrontamos; ele se dá externamente à organização do poderoso. O domínio, diferentemente, é um olhar para dentro do poder. Quando falamos de domínio, estamos focando as estruturas internas de uma organização que almeja poder, ou seja, estamos estudando como determinado agente acumula forças sociais para subjugar sua oposição. Por exemplo: dois exércitos inimigos têm o domínio sobre seus soldados, mas apenas o vencedor da guerra terá poder sobre o outro exército.

Como já havíamos alertado no início do capítulo sobre o poder, fenômenos sociais distintos têm de ser chamados de formas diferentes, senão a construção teórica ficaria impossível e a transmissão para o leitor seria ininteligível. É óbvio que se pode argumentar que a distinção é meramente acadêmica, mas temos um argumento decisivo para pôr fim a esta questão: se dominar fosse ter poder, bastaria a todo aquele que dominasse aumentar o número de dominados para seu poder crescer proporcionalmente. Porém, o acréscimo de mais um dominado na organização, não representa um aumento proporcional da força social apropriada por tal organização. Por quê? O dominado tem sua força social comandada pelo dominador. Quanto maior a instituição, mais complicado fica o controle da execução de todos os comandos dados aos dominados. Pior que isso, o agente dominador perde a noção de tudo que deve ser comandado e os próprios canais de comunicação acabam distorcendo o comando. Estes aspectos, acrescidos dos recursos materiais que o dominador tem que dispor para sustentar aqueles que compõem sua organização, constituem o custo que o agente tem para mobilizar determinada força social.

Muitas vezes, o acréscimo de mais um dominado não traz qualquer aumento de força social à instituição. Um exemplo simplório pode ser ilustrativo: quantos homens (de porte médio) desarmados são necessários para matar um único jovem (do mesmo porte) desarmado? Provavelmente três homens sejam mais do que suficiente. Muito bem, imaginemos que se coloquem seis homens para surrar o jovem até a morte. Talvez estes seis homens matem um jovem mais rápido e com menos esforço do que três homens. No entanto, se fosse acrescentado mais um homem aos seis, duvidamos que o esforço diminuísse ou a rapidez aumentasse. Muito provavelmente, este sétimo homem ficaria só observando. Cheguemos ao exagero, se forem colocados 30 homens para arrebentar o pobre jovem. É provável que uns mal conseguissem ver a vítima quanto mais pôr a mão nela. Pior ainda, um poderia começar a atrapalhar o outro. Como o objetivo desta organização era matar determinado jovem, se a força social de um agente dominado não foi necessária, esta força na verdade não foi apropriada pelo dominador. Isto significa que a força social de um agente dominado só é

apropriada pela organização caso ela, de fato, entre em ação “colaborando” para atingir os objetivos do dominador. Ou seja, ter um agente dominado à disposição não significa necessariamente que ele vá acrescentar força à organização; logo, o mero acréscimo de dominados a uma instituição não garante aumento de poder.

Cada organização deve ser compatível com o poder que quer exercer. Uma organização muito pesada - com alto custo de manutenção e operação - dificilmente alcançará o poder, ou perderá a eficácia que o poder exige para se perpetuar. Por isso, vemos muitos exemplos históricos onde se diminuiu o número de dominados para perpetuar o poder. Seja a empresa que demite ou o exército que opta por trabalhar com grupos reduzidos em determinadas ações.

Estando provado que o poder é um fenômeno social distinto do domínio, cabe reservar o conceito de subjugado apenas para as relações de poder. Ao que sofre dominação, é mais apropriado chamar simplesmente de *dominado*.

Mas não foi à-toa que consideramos o dominado um dos tipos de subjugados - o outro é o resistente. Em sua gênese, o domínio sempre tem uma relação de poder. Em um primeiro momento teríamos dois agentes sociais em conflito, depois teríamos estabelecido uma relação de poder, onde um dos agentes é subjugado, mas se perpetua na resistência se opondo ao poderoso. Existe a tendência de todo aquele que estabelece uma relação de poder querer absorver, para seu comando, a força social daquele que submeteu, ou seja, de transformar o poder em domínio. Neste caso, temos uma mudança qualitativa na posição do agente que o poder subjugou: de oposição em conflito (ou resistência) para parte integrante da força poderosa - a qual se opunha. Vejamos o que diz Hegel:

“... Toda autoconsciência tem necessidade estrutural da outra e a luta não deve ter como resultado a morte de uma das duas, mas a subjugação de uma à outra.

Nasce assim a distinção entre ‘senhor’ e ‘servo’, com sua conseqüente ‘dialética’...

O ‘senhor’ arriscou o seu ser físico na luta e, na vitória, tornou-se conseqüentemente o senhor. O ‘servo’ teve medo da morte e, na derrota, para salvar a vida física, aceitou a condição de escravidão e tornou-se como que uma ‘coisa’ dependente do senhor. O senhor usa o servo e o faz trabalhar para si, limitando-se a ‘desfrutar’ das coisas que o servo faz para ele.”⁹¹

Neste caso, o domínio nasce da rendição do subjugado ao poderoso, após avaliar que não tem como se perpetuar na resistência. Mas para estar dominado

não basta a um agente deixar de se opor ao poder; o dominado de alguma forma consente e, na prática, colabora com o dominador - independente do que pense ou de sua vontade. Por que afirmamos isto? Como já expusemos, o poder é uma relação social que necessita se auto-expandir para se perpetuar. Algumas vezes, não se deixar dominar, ou seja, simplesmente não alienar sua força social ao poder, já é um ato de resistência (neste caso passiva). Logo, não podemos considerar que um agente esteja dominado simplesmente por não realizar ações contra o poder - pois isto pode até se configurar como resistência passiva tendo em vista a necessidade de expansão do poder. Para considerarmos que o agente está dominado, este agente terá de usar sua força social para a realização dos objetivos do dominador.

O domínio que o poder estabelece após a guerra é o *domínio de rendição*. Este é atualmente raro, sendo mais comuns relações de domínio que são resultado da tradição e da ideologia. O *domínio tradicional ou ideológico* geralmente tem sua origem em algum conflito que ocorreu a gerações atrás. No entanto, tal conflito foi importante, pois criou a instituição que perpetua as conquistas do vitorioso, ou seja, a ordem do poderoso. Em outras palavras, o domínio ideológico é aceito, pois é institucionalizado e por isso, tradicionalmente, se aceita os comandos de determinada instituição. O agente social já nasce envolvido nesta relação, assim como o filho de escravo, escravo seria. Como colocou Etienne de La Boétie:

“... a primeira razão da servidão voluntária é o costume...”⁹²

Neste tipo de domínio, a relação de poder original não tem mais tanta importância, aliás, o objeto do conflito original pode ter até desaparecido, contudo o domínio se perpetua. Mas se no domínio de rendição temos a maior força social do dominador como instrumento concreto para estabelecer e perpetuar a dominação, no caso do domínio ideológico, este instrumento concreto é dependência. Resumindo, o primeiro domínio nasce da força, o segundo da dependência.

Dependência é a relação onde a ação ou concessão de determinado agente se torna imprescindível para a vida de outro (o dependente). Acompanhem nosso raciocínio, se um segmento social estabeleceu uma relação de poder sobre outro segmento, ele cria uma instituição para perpetuar esta conquista. Se esta instituição objetiva colocar o segmento subjugado sob o comando dos poderosos, ela tem de se apropriar de algumas coisas imprescindíveis para a vida do segmento subjugado, tornando-o dependente de sua concessão ou ação. É assim que a classe capitalista perpetua seu domínio sobre os trabalhadores, uma vez que os capitalistas monopolizam os meios de produção e a distribuição do produto. Isso já esclarece outro ponto, pois afirmamos que todo domínio tem em

sua gênese o poder, pois bem, acabamos de ver que o poder pode gerar dependência.

Diferencemos ordem de comando. A *ordem* é estabelecida do poder para fora, aos seus subjugados e para aqueles que influencia. O *comando* é dado pelo dominador para que o dominado execute determinada tarefa através de sua força social alienada. Sob a luz desses novos conceitos, podemos reafirmar o que colocamos acima: se o poderoso não quer apenas estabelecer a ordem aos subjugados, mas deseja comandá-los, estabelecendo o domínio, precisa se apropriar de coisas que tomem os subjugados dependentes.

Mas o que causa dependência? A resposta é aparentemente simples, como já apontamos: coisas imprescindíveis para a vida. Neste caso, o controle do fornecimento de necessidades básicas é a resposta óbvia: alimentos ou os meios para produzi-los, água, remédios, moradia, roupas e saber. No entanto, o entendimento do que pode ser imprescindível à vida de alguém é altamente subjetivo. Neste caso, fatores psicológicos e afetivos (como amor) podem ser imprescindíveis a vida de um agente - quantos relatos de suicídio por amor já ouvimos... Todo tipo de compulsão e vício aumenta o elenco de "coisas" que podem gerar a dependência do agente: drogas, álcool, sexo, consumo, ambição, prestígio... Existe, ainda, um quarto grupo cuja dependência é gerada no agente por fatores ideológicos ou morais, como patriotismo, honra ou religiosidade.

De todos os fatores apresentados, o saber é o mais rico para ser explorado, pois do saber chegamos a um conceito importante: o de *autoridade*. Vejamos o que Herbert Marcuse entende por autoridade em *Eros e Civilização*:

"A dominação difere do exercício racional de autoridade. Este último, que é inerente a qualquer divisão de trabalho numa sociedade, deriva do conhecimento e limita-se à administração de funções e arranjos necessários ao progresso do todo. Em contraste, a dominação é exercida por um determinado grupo ou indivíduo, a fim de se manter e consolidar numa posição privilegiada. Tal dominação não exclui o progresso técnico, material e intelectual, mas apenas como um produto marginal, enquanto preservam a carência, a escassez e a coação irracionais."⁹³

Todo exercício de autoridade nasce da dependência do saber, mas como Marcuse deixa claro, ter autoridade não significa ter domínio, logo nem toda dependência resultará inevitavelmente em domínio. Não podemos caracterizar uma relação como dominação apenas por existirem pessoas que sigam as instruções de outro. Pode-se estar seguindo as instruções para realizar algo de interesse

coletivo. A autoridade natural pode ser questionada e não atendida, se de fato o trabalho é fruto de uma decisão coletiva de iguais.

O domínio gerado pela dependência do saber é especial, pois podemos entendê-lo como a autoridade com poder. Ou seja, é a imposição unilateral da vontade de um agente que tem autoridade, graças à dependência que outros têm de seu saber. Ele usa tal saber, como instrumento de ampliação de sua força social, para impor sua vontade - administrando a força social alheia em benefício próprio e não de toda sociedade - configurando o domínio. Apesar de podermos entender o domínio como a autoridade com poder, *o domínio continua sendo um instrumento de ampliação da força social, sem dúvida com características especiais, uma vez que é o Único instrumento que pode multiplicar infinitamente a força social de um só homem e o faz da única forma possível, através do uso da força de outros homens.*

Insistimos em ressaltar a distinção entre poder e domínio, pois sabemos de sua sutileza. O que talvez aumente a confusão seja a própria dinâmica do poder, a qual pode ser percebida acima. A dinâmica do poder é círculo “vicioso” engendrado pelo poder, onde este gera seu próprio instrumento de ampliação de força social, que realimenta sua força, dando-lhe possibilidade de ampliação. No caso da autoridade vimos claramente: a força social (F) da autoridade, gerar o domínio (D), o qual foi incorporado à força social original da autoridade, resultando em uma força social ampliada (F'). F-D-F' é o movimento de auto-expansão de uma força social, sendo esta a dinâmica interna da relação que chamamos de poder. Já havíamos exposto a necessidade de auto-expansão do poder, contudo não podíamos descrever esta dinâmica, pois era mister a prévia discussão sobre dominação.

F-D-F' é o que chamamos de *dinâmica de domínio*. Esta dinâmica é típica do poder, mas pode ser encontrada em uma organização que almeje conseguir poder ou em uma resistência. Portanto, este movimento é necessário para o poder, mas nem tudo que tem tal movimento detém poder. Contudo, esta dinâmica só se repete sistematicamente com o poder. Por quê? Aquele que almeja poder e consegue repetir este movimento continuamente logo atingirá seu intento. Aquele que resiste, logo se imporá a quem o oprimia. Desta forma, quem conseguir repetir continuamente a “dinâmica de domínio” terá uma mudança qualitativa em seu status social, assumido a posição de poderoso. A resistência, por exemplo, se logo não virar poder, terá seu ciclo de acúmulo de força social interrompido por seus opositores - que detêm poder. Ninguém que tem poder deixa sua oposição acumular força social livremente e indefinidamente, pois isto significa uma perda de força relativa. Só consegue repetir este movimento continuamente quem detém poder, uma vez que quem lhe faz oposição não tem força para impedi-lo - a resistência, quando muito, consegue retardar este acúmulo.

Portanto, o poder é o único fenômeno social que consegue repetir sistematicamente a dinâmica de domínio, caso isto não ocorra, o poder estaria dando sinais de vulnerabilidade.

A *dinâmica social* engendrada pelo poder (dinâmica da ordem) é distinta da *dinâmica* interna do poder (dinâmica de domínio). A dinâmica da ordem é: uma força social (F) que se impõe e passa ter poder (P); este poder pode ou não gerar uma dependência (De) - coisa que geralmente opta por fazer - estando os subjugados dependentes, eles se deixam dominar (D); ao incorporar a força social dos dominados, o poder terá acrescido esta força à força originalmente comandada (F'). Desta forma, temos o seguinte movimento: F-P-De-D-F'. Ao final do ciclo, o agente poderoso estaria comandando mais força (F'), contudo, não aumentará seu poder necessariamente. Caso consiga aumentar este poder (P'), ele gerará mais dependência (De'), mais domínio (D') e haverá novo acréscimo na força social (F'') comandada pelo poderoso - a continuidade do movimento seria F'-P'-De'-D'-F'' - e assim, o ciclo se repetiria indefinidamente até haver uma crise na ordem. *Crise na ordem* (institucional ou não), não passa de uma interrupção no processo de acúmulo de forças pelo poder, ou seja, temos uma crise na ordem, quando a "dinâmica da ordem" não se dá - pelo menos em favor das instituições constituídas.

Mas estão enganados os que pensam que o poder só aumenta o seu domínio ao incorporar mais um agente às suas fileiras. A partir do momento em que domina um agente, o poder quer maximizar a apropriação da força social deste dominado - pois isto o torna mais forte. Portanto, o primeiro movimento é a apropriação de força social através da alienação de mais agentes. Em seguida, temos a tentativa de aumentar a alienação da força social dos próprios dominados. Se focarmos a dominação no processo capitalista de produção, isto equivaleria ao aumento de disciplina no trabalho, perseguir a maior produtividade, aumento de carga horária, entre outras medidas. Portanto, a auto-expansão necessária à perpetuação do poder encontra um novo e fértil caminho. Além de se apropriar de mais dominados, o poder aprofunda a dominação no coração dos já subordinados, conseguindo assim retirar-lhes toda força que detém até a exaustão.

As conseqüências deste processo de aprofundamento das relações de dominação sobre o indivíduo são terríveis. Então vejamos: o poder necessita aprofundar a alienação e isto só é possível se o poder aperfeiçoar (ou aumentar) os mecanismos de controle para evitar a indisciplina e a displicência, que surgirá naturalmente no dominado como forma de autodefesa. Portanto, quanto mais alienação, mais controle será necessário para efetivar o mando do poder. À medida que as relações de dominação se aprofundam, maior será o grau de

vigilância e intolerância. Os castigos poderão não aumentar, mas quando aplicados, tenderão ser cada vez mais duros e a privacidade começará a ser invadida. Foucault ilustra bem isto, ao descrever a “evolução” do poder contemporâneo:

“... enquanto durou a sociedade de tipo feudal, os problemas que a teoria da soberania se referia diziam respeito realmente à mecânica geral do poder, à maneira como este se exercia, desde os níveis mais altos até os mais baixos. Em outras palavras, a relação de soberania, quer no sentido amplo quer no sentido restrito, recobria a totalidade do corpo social. Com efeito, o modo como o poder era exercido podia ser transcrito, ao menos no essencial, nos termos da relação soberano-súdito. Mas, nos séculos XXVII e XVIII, ocorre um fenômeno importante: o aparecimento, ou melhor, a invenção de uma nova mecânica de poder, com procedimentos específicos, instrumentos totalmente novos e aparelhos bastante diferentes, o que é absolutamente incompatível com as relações de soberania

Este novo mecanismo de poder apóia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem domina.

... é o poder disciplinar.”⁹⁴

Outro conjunto de conseqüências é derivado da teoria marxista da alienação: Primeiro, o dominado se vê alienado de sua força social (força trabalho), sendo isto, seu tempo de vida fora de seu comando e que, portanto, não está à sua disposição. Segundo, o resultado da aplicação de sua força não lhe pertence. Por isso, o domínio/alienação traz o duplo empobrecimento ao mundo do dominado/alienado: 1- a vida do dominado fica mais pobre à medida que dedica seu tempo (patrimônio irrecuperável) à realização das vontades alheias. 2 - quanto mais coisas forem criadas através da força social do dominado, e que serão apropriadas ao comando do dominador, mais fraco e pobre relativamente fica o dominado.

O que falamos acima, nos parece óbvio. O poder não quer se apropriar apenas da força do subjugado, ele quer também o resultado da aplicação desta força - no caso do capital, este resultado seria a mercadoria. Ou seja, mais “coisas” sob seu comando, mais instrumentos para ampliação de sua força social. Assim o poder, ao dominar um agente, tem ganho duplo em seus instrumentos: a força social apropriada do dominado e do resultado da aplicação desta força. Em suma, mais possibilidade de poder porque se apropria da força social do dominado e porque toma para si o resultado da aplicação da força.

Não temos como seguir adiante sem falar de alienação. A formalização elaborada por José Paulo Netto em *Capitalismo e Reificação* é perfeita para nossos objetivos e, por isso, nos limitaremos a reproduzi-la. Primeiro vejamos sua definição genérica do fenômeno:

“Alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas...”⁹⁵

Antes de continuarmos a transcrição cabe um esclarecimento. Na sociologia marxista, o trabalho aparece como atividade prática onde o ser humano se constitui, se realiza pessoalmente, floresce e desenvolve suas potencialidades. Nesta sociologia, o ser humano se forja no trabalho, ou seja, o trabalho não é mera ação do ser humano sobre a natureza. Quando está trabalhando, o agente social não está apenas transformando algo, mas está se “produzindo”. Vamos mais longe, o trabalho é a atividade constitutiva do homem como agente social e seria, portanto, a base das relações sociais e a atividade social fundamental, tanto para o seu sustento como para sua integração. Para o marxismo, a visão de mundo e o seu entendimento pelo indivíduo, assim como a consciência de seu papel social, parte da atividade social concreta trabalho. De alguma forma poderíamos dizer que a ‘vontade de potência’ nietzschiana encontraria sua realização (ou práxis) no trabalho⁹⁶. Sabendo-se isso, acreditamos que esta outra passagem de *Capitalismo e Reificação* pode ajudar o leitor a apreender melhor a alienação, pois fala de tal fenômeno na sociedade capitalista:

“... O trabalhador tanto mais se empobrece quanto mais riquezas produz. O paradoxo coloca a contradição: como pode a atividade prática - o trabalho - do ser genérico consciente que é o homem conduzir não ao seu florescimento pessoal, ao despertar das suas poten-

cialidades, mas ao contrário, à sua degradação? A resposta marxiana é clara: na sociedade contemporânea, a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do ser trabalho; agora, esta atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução da sua sobrevivência física (orgânica, animal, natural). Nas condições desta sociedade, o trabalho, portanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila. O que Marx faz aqui é a fundamental distinção entre duas modalidades práticas do ser genérico consciente: a atividade prática positiva, que é manifestação de vida (*lebenäusserung*) e a atividade prática negativa, que é a alienação de e vida (*lebenstäusserung*); fazendo-o, ele distingue nitidamente - e contra Hegel - objetivação de alienação: a objetivação é a forma necessária do ser genérico no mundo - enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é unidimensional: reduz-se à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. E não só produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho - o trabalho alienado.

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente, o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perda, a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe aparece como algo alheio, autônomo. Nisto consiste a matriz da alienação...⁹⁷

Agora já deve estar claro que ser dominado significa estar obrigatoriamente alienado. O dominado não comanda suas ações, não precisa saber a razão delas e sua vontade não tem qualquer efeito. O que talvez exemplifique melhor esta relação (alienação-dominação) seja o fato de o dominado estar alienado de seu próprio tempo de vida realizando atividades de interesse de terceiros.

O ponto de partida para nossa próxima questão é a própria alienação:

“... Marx está fundamentalmente interessado em apreender o caráter distintivo e moderno da sociedade contemporânea. Este lhe parece residir na alienação generalizada: nesta sociedade, a autonomia dos indivíduos é puramente ilusória, eles estão subordinados a mecanismos e processos que não controlam e sequer reconhecem como

oriundos das suas próprias relações. A escravidão dos indivíduos resulta tanto do fenômeno objetivo da exploração econômica (de que a propriedade privada é o índice mais evidente) quanto da internalização psicossocial dos efeitos dela decorrentes, cujo resultado é sua desvinculação do todo da sociedade, do todo da existência social enquanto são agentes sociais particulares. Através do conceito de alienação, o que Marx aponta é a cisão operada entre o indivíduo, que se toma a si mesmo como unidade autonomizada e atomizada, e a coletividade, que é percebida como uma natureza estranha - a alienação conota exatamente esta fratura, este estranhamento, esta despossessão individual das forças sociais que são atribuídas a objetos exteriores nos quais o sujeito não se reconhece.”⁹⁸

Do fragmento acima, destacamos primeiro a ilusão da autonomia dos indivíduos. *Autonomia* nada mais é que não depender. Esta dependência dos indivíduos a mecanismos que não percebem, aliados ao fato destes indivíduos se acharem autônomos, acaba resultando na internalização da ideologia dominante. Mas por que estamos preocupados com a autonomia? Quando discutimos autoridade, afirmamos que seguir instruções de alguém não significa necessariamente estar dominado, pois se pode seguir a instrução de alguém para realizar um trabalho de interesse coletivo. Mas isto pode ser visto da seguinte forma: se determinado agente decide que quer obedecer voluntariamente a outro agente, não poderíamos afirmar de antemão que ele estaria alienado de sua força social. Afinal, o agente optou, teve vontade de participar de determinado projeto, e para que este projeto se realizasse, o agente achou por bem seguir o que lhe é instruído.

A princípio, portanto, a vontade do agente seria o fator distintivo entre a condição de dominado ou não. Queremos dizer, se o agente tem determinado objetivo/vontade, não podemos afirmar a priori que ele esteja sendo objeto de dominação. Ele pode estar inserido em um grupo, realizando um trabalho comunitário para alcançar objetivos comuns. Neste caso, não haveria domínio, mas uma associação livre para o alcance de determinado objetivo. Importante notar que este grupo, apesar de não se valer do domínio, poderá ter poder. Caso imponha seus objetivos contra os interesses de alguém - como, por exemplo, uma organização de sem-terra.

Mas o que vem a ser vontade:

“A vontade se me apresenta antes de mais nada, como algo complexo, algo que não possui outra unidade que seu nome (...)

(...) em cada vontade existe, antes de mais nada uma infinidade de sentimentos: o do estado do qual se quer sair, o estado ao qual se tende, a sensação destas duas direções, ou seja 'daqui' - 'até lá'; enfim, uma sensação muscular que sem chegar a pôr em movimento braços e pernas, toma parte dele assim que nos dispomos a 'querer'. Do mesmo modo que sentir, um sentir múltiplice, é evidente que um dos componentes é a vontade, contém também um 'pensar', em todo ato voluntário há um pensamento diretor e portanto, deve-se evitar a crença que se pode afastar esse pensamento do 'querer' para obter um precipitado que continuaria sendo vontade. Em terceiro lugar a vontade não é apenas um conjunto de sensações e pensamentos, mas também é antes de tudo um estado afetivo, a emoção derivada do mando, do poderio."⁹⁹

Na descrição de Nietzsche é interessante notarmos que vontade é um estado afetivo, uma emoção derivada do mando, do poderio. Muito bem, o entendimento de Nietzsche de mando é interessante, pois o autor entende que o indivíduo pode mandar a si mesmo e, portanto, a vontade pode ser autônoma, derivada do poderio próprio do agente. Mas se temos uma sociedade onde os indivíduos são forjados obedecendo, desprovidos de seu poderio (alienados de sua força), qual pode ser o pensamento diretor deste agente senão o que lhe for colocado. Onde seria o "até lá" deste indivíduo senão continuar obedecendo da forma mais confortável possível. O indivíduo que nasce enredado nas relações de poder acaba assumindo a ideologia dominante pela forma (traduzido pelo ato de obedecer) e não pelo conteúdo do que lhe é comandado - o que transmite a ideologia do poder não é ao que se obedece (conteúdo), mas não se questionar que se deve obedecer a algo. Na sociologia marxista, o trabalho é o agente constitutivo da consciência social do indivíduo, ele se entende e se forja nesta atividade concreta, se esta atividade concreta é alienada, nada mais lógico que sua consciência seja alienada e sua vontade, na verdade, seja expressão de uma vontade que lhe é exterior. Resumindo: o poder forja a vontade.

Entramos na parte mais complexa de nossa discussão. Nem sempre a decisão aparentemente voluntária do agente o livra de estar submetido a uma relação de domínio. Na verdade, o melhor meio para conseguir a dominação sobre determinados agentes é estabelecer confusão sobre seus verdadeiros interesses. E vemos isto com facilidade, por exemplo, percebam como é difícil fazermos a diferenciação de classe atualmente. Tendo esta dificuldade, os trabalhadores não conseguem perceber e defender seus verdadeiros objetivos, estando sujeitos a agirem por interesses alheios aos de sua classe, submetendo-se, portanto, ao

domínio de outra classe.

Tendo a sociedade contemporânea a capacidade de forjar vontades e objetivos nas pessoas, este aspecto deixa de ser distintivo para identificar a relação de domínio. Temos de considerar a práxis do agente. Ou seja, não importa muito o subjetivo. Se o agente deseja ou não estar na situação de colaborar com um projeto, isto não é fator distintivo para verificar se houve domínio. O estado de domínio se identifica pela falta de opção, pela coação, pela mera hierarquia, pela alienação, pela falta de voz, pela recompensa residual, tendo em vista a finalidade real do projeto - como é o caso dos salários pagos ao trabalho alienado no capitalismo. Na realidade, é a abstração teórica o melhor referencial para identificamos uma relação de dominação, como por exemplo: a identificação das classes, de seus interesses, suas características e seus conflitos. Então, mostrar como a luta de classes estabelece as relações de domínio e poder.

Desta forma podemos diferenciar pela prática: o dominado, mesmo que deseje algo diferente, é dominado se “colaborar” - alienar seu tempo ao comando do dominador. Mesmo que faça atos de sabotagem ele estará “colaborando” de forma geral. Não podemos negar que geralmente o subjugado se deixa dominar após forte coação, mas lembremos o que foi colocado por Hegel, o servo assume tal condição, pois tem medo da morte. Logo, a dominação tem um caráter de rendição do subjugado e, de alguma forma, podemos afirmar que o dominado “optou” por colaborar diante das coações que sofria. Não podemos, no entanto, dizer que o subjugado aceitou o domínio *voluntariamente*, pois isso exigiria autonomia, coisa que logicamente o subjugado não tem - não esqueçamos que o poder cria dependência para dominar.

Apesar de afirmarmos que de forma geral o dominado “colabora” com o dominador, nossa teoria é baseada em pressupostos dialéticos, onde encontramos dois pólos em luta, os quais podemos considerar tese e antítese. Neste caso, nossos pressupostos dialéticos continuam válidos, uma vez que o dominador encontrará sua antítese no desejo e na vontade dos dominados. Esses têm vontade de fazer coisas que estão em contradição com a alienação de sua força social ao dominador. Isto ameaça a disciplina necessária para a manutenção da instituição. Podemos até voltar à discussão de poder e lembrar que algumas vezes o poder não encontrará uma força social claramente definida lhe fazendo oposição, porém, a vontade dos dominados sempre se constituirá em “antítese”. Deste modo, está mais uma vez justificada a necessidade de expansão do poder. Neste caso, a expansão seria a interiorização do poder nos dominados, forjando vontades e desejos compatíveis com a manutenção do domínio. Essa é, na verdade, mais uma das estratégias do poder, que além da sabotagem à oposição e angariar mais aliados ou dominados a sua causa, tenta sistematicamente o apro-

fundamento do domínio rumo à consciência, ao subconsciente e aos sentimentos dos dominados.

A preocupação do poder em forjar as vontades não é à-toa. O desejo pode ser extremamente revolucionário. Por quê? Como vimos com Nietzsche, a “vontade de potência” dos indivíduos é desenvolver e dar liberdade a todas suas potencialidades. Muito bem, o domínio castra tal desenvolvimento, pois suga a energia vital do indivíduo, modela seu corpo, temperamento e qualidades para seu uso (uso do dominador), além de tomar todo o tempo que seria necessário ao desenvolvimento individual do dominado. O domínio nega todo o desenvolvimento sadio e natural do ser humano, transformando-o em um autômato, um “morto-vivo” cuja vontade deve ser mero reflexo do desejo do dominador. Chegamos ao ponto mais profundo e triste de nossa tese, o processo de dominação exige a alienação do próprio desejo.

Pelas razões expostas acima, podemos afirmar que o maior perigo para o poder é o “*desejo de liberdade*” de seus próprios dominados, que pode ser percebido como uma íntima vontade de não colaborar. Tal desejo pode ser expresso através da “*contrapropaganda*”, que se resume a falar contra o dominador. Já a *indisciplina*, talvez seja o primeiro sintoma do desejo de liberdade, pois é a reação de acomodação (ou desobediência) do corpo dominado, contra os rígidos procedimentos impostos pelo dominador, para maximizar a espoliação da força social do dominado - muitas vezes o corpo age antes da mente. Já a *sabotagem* é o ato de resistência (individual ou coletiva) consciente do indivíduo contra o dominador. Se a sabotagem for ativa, organizada e os dominados visarem poder temos uma *insurreição*. Caso os ex-dominados estabeleçam uma relação de poder contra seus antigos dominadores temos uma *revolução*.

Como já afirmamos, as mudanças sociais do nosso ponto de vista histórico são a alteração das relações de poder (ou de seu comando) e domínio. Contudo, apenas as alterações ao nível do domínio são relevantes quando tratamos de poder, pois as alterações no domínio, em sua forma, em sua utilização (ou não), em sua profundidade no coração dos homens, significam mudanças concretas na estrutura interna do poder, e apenas esta alteração é realmente significativa para distinguirmos duas sociedades. O que queremos dizer com isso? Quando nas eleições dos EUA o Partido Republicano ganha a presidência dos democratas, é claro que temos uma mudança histórica. Contudo, isso não altera em nada as relações fundamentais desta sociedade, uma vez que as relações de dominação permanecerão intocadas. Por exemplo, os funcionários federais continuarão a obedecer ao Estado da mesma forma, os trabalhadores continuarão comandados por suas empresas capitalistas, a ordem social continuará sendo ditada pelo poder do capital. Tudo que fundamenta aquela sociedade estará preservado,

cabendo as eleições presidenciais apenas definir quem vai administrar (ou se beneficiar) e como vai administrar o que já está definido. Uma mudança relevante no poder social seria os trabalhadores deixarem de obedecer às determinações do capital e passarem a gerir a produção - extinção de domínio¹⁰⁰. Alternativamente, a sociedade poderia deixar de ter o trabalho alienado assalariado e voltar a ter escravidão - alteração na forma de domínio. Conclusão, as alterações nas relações de poder ou comando de instituições, onde temos mera frustração de uma das partes (a parte que não conquistou o objeto desejado), são secundárias e superficiais socialmente, pois não mexem na infra-estrutura do poder, ou seja, no domínio.

Voltemos ao exemplo dos refrigerantes. Apesar de serem empresas concorrentes e do ponto de vista institucional, serem distintas, Pepsi e Coca não passam de frações da mesma forma de domínio - ou seja, do ponto de vista do domínio representam a mesma coisa socialmente. Mas, ao contrário do que poderíamos imaginar, duas frações do mesmo domínio geralmente entram em conflito (e isto ressalta a impressão de serem coisas distintas), podemos perceber isso com os exércitos, eles são constituídos da mesma forma para tentar sobrepujar o outro. Se olharmos com “olhos de quem quer ver”, a Pepsi e a Coca oferecem o mesmo produto, têm as mesmas relações de produção, organizam-se de forma similar, têm estratégias de mercado parecidas, seguem a mesma lógica de atuação - a do capital - estando submetidos às mesmas forças. Resumindo, estamos falando da mesma coisa, só que fracionadas, as quais só entram em conflito porque seus “donos” querem para si (e não para outro) um determinado objeto - neste caso, a maximização do acúmulo do capital. Representando Pepsi e Coca a mesma forma de domínio, nada de relevante socialmente acontece se ao invés da Coca, a Pepsi fornecer cola ao país Z. Se mudanças como estas não são relevantes, até porque uma instituição não dominará a outra - podem ter poder sobre a outra - onde poderíamos perceber relações significativas? É na relação de exploração da classe trabalhadora, onde estas empresas exercem seu domínio e opressão, que percebemos as relações fundamentais. Alterar estas relações, sim, pode significar alterações sociais significativas. A aparência nos conduz ao erro de ver Coca e Pepsi como coisas que se opõem e os trabalhadores como aliados de seus patrões. Mas a realidade social esconde diversas coisas propositalmente e, muitas vezes, é difícil perceber onde estão as relações relevantes e as verdadeiras oposições. Mas este fracionamento do domínio não se restringe ao ramo empresarial. Dois partidos políticos também são o mesmo poder fracionado. Dois Estados em conflito, também podem representar o mesmo poder fracionado e assim por diante.

Para que não existam dúvidas sobre o conceito de domínio é necessário com-

plementar nossa definição inicial. Lembremos dela: *Domínio* (ou dominação) é dispor da força social de outrem (do dominado), e conseqüentemente de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) - que não são os objetivos do agente subjugado. Esta definição dá margem para concluirmos que um favor é um ato de domínio. Negativo, o *domínio* só se caracteriza se houver *coação, for sistemático e racionalmente organizado*. Ou seja, quando alocamos nosso tempo para ajudar alguém em determinadas situações, não estamos sendo dominados por aquela pessoa. Até porque, seria um contra senso acharmos que estamos sendo dominados quando conduzimos um enfermo ao hospital, uma vez que alocamos nosso tempo em favor do doente - neste caso, inclusive, quem conduz o enfermo ao hospital está no comando da ação, pode não querer realiza-la, o enfermo não tem força para obrigar nada a quem lhe socorre.

Agora que já fizemos uma discussão sobre domínio, podemos abordar questões ligadas ao poder e que não puderam ser levantadas ou aprofundadas antes.

Quando falamos de sociedade capitalista, sempre surge o questionamento: Quem na verdade tem o poder? Afinal, os capitalistas não têm os meios de repressão, que em última instância, garantem a efetivação do poder. Não seria o Estado, na verdade, o grande definidor da ordem social?

O questionamento faz sentido, pois apesar da ideologia, somada ao medo e à tradição, ser o grande *meio* para manter o poder do capital, se tudo isso falhar, como o capital garante a efetivação do seu poder? Sem dúvida pela força bruta. Mas sempre questionamos: uma empresa capitalista não tem aparatos de repressão para impor sua vontade. Então, como esta empresa, mesmo assim, garante a efetivação de seu poder?

O primeiro erro já aparece na avaliação que uma empresa capitalista não tem meios de repressão para impor sua vontade. A própria engenharia de produção já é extremamente repressora. Além disso, o conflito entre capital e trabalho se dá debaixo de muita violência velada, como as ameaças de desemprego, castigo, descontos, aumento na cadência etc... Isso sem falar na visível segurança particular das empresas, que muitas vezes são verdadeiros aparatos de guerra.

Mas de qualquer modo a dúvida persiste. O capital não é um agente com a "concretude" necessária para apertar o gatilho de uma arma. Então como o capital garante a efetivação de seu poder? Parece-nos evidente que o Estado é a entidade que cumpre este papel. Mas seguindo a mesma lógica, o Estado também não tem a "concretude" necessária para apertar o gatilho. Então a efetivação do poder estaria garantida nos aparelhos de repressão do Estado. Caímos no mesmo problema da "concretude" dos aparelhos de repressão. Daí concluímos que esta efetivação é garantida pelo homem que manda nos aparelhos de repressão. Não, um general é apenas um homem, não seria ele que garanti-

ria sozinho a efetivação do poder. Chegamos então aos soldados que manejam as armas. Seriam estes que garantiriam a efetivação do poder e, desta forma, não seriam os soldados os verdadeiros detentores do poder? Claro que o soldado não detém poder algum, ao contrário, ele não realiza nada para si, é mero instrumento alienado de sua capacidade de realização e de seu tempo de vida. Ele apenas obedece a ordens conforme um operário. Desta forma chegamos a nossa resposta: o poder capitalista só se constitui quando sua ordem é efetivada e garante esta efetivação através do domínio - ou seja, através da capacidade de realização alienada de trabalhadores neste caso, dos soldados. É bom ressaltar, coerção não é poder, coerção é o produto de um trabalho alienado como outro qualquer - ou seja, é mera realização de uma força social. Em outras palavras, quem faz a coerção (neste caso) apenas realiza um trabalho alienado, pois não comanda sua ação. Quem detém o poder na verdade, são os agentes que se interessam pelos efeitos da coerção comanda aos dominados. Chegamos a uma questão muito interessante, a divisão social do trabalho trouxe consigo a especialização dos mecanismos de coerção, no entanto, estes agentes coercitivos não detém qualquer poder, pois eles são alienados - dominados. Concluímos que o Estado moderno tem em seu bojo essas organizações especializadas na repressão, exatamente para garantir a efetivação do poder que organiza e constitui esta sociedade, a saber, o poder do capital.

Outra questão que deixamos de nos aprofundar foi o totalitarismo. *Totalitária* é a sociedade onde todos seus integrantes, de alguma forma, são dominados por determinado poder. Em nossa história recente vimos isso na extinta URSS. O que isso significa? No "socialismo soviético" todos dedicavam parte de seu tempo ao Estado, e não é difícil perceber isso, se atentarmos para o detalhe, que todo cidadão só podia ser empregado daquele Estado - sendo assim, seu dependente. Desta forma, o Estado comandava e alienava a força social de seus integrantes, envolvendo-os em uma ideologia ufanista que sustentava seu poder.

Quando falamos de hegemonia, dissemos que o poder hegemônico pode dominar outros detentores de poder e domínio. Como isso pode ocorrer? Imagine-mos uma empresa capitalista, que expressa seu domínio contra os trabalhadores e seu poder monopolizando determinado mercado. Somemos à hipótese desta economia ser hegemônica pelo setor financeiro. Por necessidade de capital de giro ou endividamento, aquela empresa se vê obrigada a seguir as determinações de uma instituição financeira, a qual só concede crédito se a empresa aceitar suas determinações. Muitas vezes vemos a empresa conceder "favores" à instituição financeira. Por exemplo, uma empresa de segurança que concede segurança gratuita ao banco que a financia. Muito bem, a empresa de segurança continua tendo poder e domínio, mas em alguns pontos acaba se colocando a

serviço do banco - do qual depende. Em suma, a empresa de segurança é dominada em certa medida pelo banco, que se apresenta como parte do poder hegemônico, e nem por isso perdeu seu poder de monopólio no mercado de segurança.

Para encerrar o capítulo, podemos fazer a diferenciação entre o “modelo de poder popular” (ou autogestionário) e “modelo de poder alienado” (ou hierárquico). No “modelo de poder popular” não existe domínio. O chamamos assim, pois esta é a única forma de haver uma organização com poder, onde seus componentes não sejam meros instrumentos alienados da vontade de terceiros. Ou seja, o membro de uma organização autogestionária compõe o poder daquela organização voluntariamente: suas sugestões, vontades e força são elementos relevantes. Exatamente por esta característica, o poder popular tende a ser frágil, fugaz, instável e elementar. Afinal, uma instituição deste tipo terá em seu bojo tantos pensamentos e vontades quanto forem seus integrantes, o que normalmente destrói a disciplina necessária para a manutenção da força social que conquistou o status de poderosa. Já o “poder alienado” é composto pela força social alienada de seus componentes, logo, contém domínio. Este poder é mais complexo, uma vez que trabalha com aspectos psicológicos profundos e se estrutura escondendo do dominado a face terrível da alienação. Se compararmos o poder alienado com o popular, notaremos complexidade do primeiro, uma vez que o poder popular surge do simples interesse comum das partes que o compõem. Como no poder hierárquico, a vontade de seus componentes alienados não tem grande importância, este poder é mais homogêneo, o nível de disciplina é provavelmente maior, logo este poder tende a ser mais forte e perene - o poder hierárquico é institucional.

Capítulo 7

Aspectos psicológicos relacionados

No planejamento inicial de nosso trabalho, este capítulo viria logo após a base filosófica. Mas não teria sentido fazer uma exposição de aspectos psicológicos do poder sem defini-lo. Por isto, resolvemos transferir este capítulo para depois da exposição sobre o objeto de nosso trabalho - poder e domínio.

Mas colocar este capítulo após o desenvolvimento de boa parte de nossos trabalhos nos trouxe um problema adicional. A esta altura, o leitor já espera um desenvolvimento sistemático do tema, e não considerações gerais - como fizemos nos quatro primeiros capítulos. Contudo, tivemos grandes dificuldades de dar um tratamento sistemático e conclusivo a este capítulo por três motivos: primeiro, não encontramos autores que se dedicassem, fundamentalmente, a estudar os aspectos psicológicos do poder - muito menos com forma adequada à nossa teoria. Segundo, nossas próprias deficiências teóricas, sem dúvida dificultam este tratamento sistemático. Terceiro, um tratamento sistemático resultaria em material suficiente para outra obra. Diante disto, tínhamos duas alternativas: ou suprimíamos o capítulo, ou voltávamos a nos contentar em fazer um capítulo cheio de citações, especulações, mas que ao menos apontaria ao leitor para onde queremos ir.

O objetivo fundamental deste capítulo não é apenas estudar porque se quer poder, questão que nos parece até elementar e fácil de ser tratada. O grande desafio é saber por que os agentes sociais continuam aceitando a dominação ao longo de sua existência, já que esta é extremamente nociva à sua realização pessoal. Uma questão que poderíamos achar capital, na verdade não tem qualquer importância, a saber: por que alguém se submete ao poder de outrem? Esta questão tem resposta imediata em nossa teoria. O ser humano se submete a outro poder, porque um *quantum* de força social é maior que o seu e acaba por

submetê-lo. O único componente psicológico que poderíamos tirar daqui é a especulação nietzschiana, onde o autor acredita que o ser humano acaba lutando pela sobrevivência como pré-condição para realizar sua vontade de potência, ou seja, o agente aceita estar subjugado, para manter-se vivo, objetivando no futuro realizar sua vontade.

Se são óbvias as razões que colocam o indivíduo na condição de subjugado, não cabendo a este aceitar ou não tal realidade, não nos parece ser mais difícil desvendar as motivações que conduzem o homem contemporâneo a querer ser poderoso. Independente do que já colocamos em nossa base filosófica, enumeramos seis motivações óbvias. Primeiro, quem detém poder é o centro das atenções em seu meio social - podendo o poder ser o meio de suprir carências. Segundo, não corre o risco de não ser aceito socialmente, pois ele é quem dita o que deve, ou não, ser aceito socialmente. Terceiro, o poderoso tem maiores possibilidades de realizar suas vontades pessoais - vontade de potência. Quarto, quando se tem poder, pode-se colocar a vontade do coletivo em segundo plano com relação à vontade individual. Quinto, ser poderoso é lúdico e ajuda (o poderoso) a fugir da realidade. Por fim, o detentor de poder tem menores riscos de passar carências como fome, falta de assistência etc... Em suma, ter poder diminui o risco do agente perecer ou passar por dificuldades básicas.

No entanto, nossa discussão fica empobrecida se consideramos apenas as motivações individuais do poder. Muito simples seria se as contradições sociais se restringissem à dicotomia indivíduo/coletivo. Na verdade, as grandes razões que conduzem a luta pelo poder são sociais, fundamentalmente porque é praticamente impossível harmonizar o complexo social sem relações de poder.

Mas não nos esqueçamos que as sociedades acabam por se constituir não apenas de indivíduos, mas também de pequenos grupos (como as famílias).

Percebam como a questão é complexa. Imaginemos que um produtor agrícola tenha uma produção razoável. Ele deve estocar o excedente desta produção para a entressafra, ou doá-lo aos outros agricultores que perderam tudo por causa de uma praga. Notem, a decisão de ser altruísta socialmente pode expor a família do produtor à carestia. Então, estamos falando de decisões que não são simples, onde o certo ou errado, na verdade, não existem. O certo será forjado pelo defensor de cada interesse. Aqueles que perderam tudo defenderão a divisão do excedente. Já os familiares defenderão o estoque. Todos estão defendendo seus interesses individuais de forma legítima, pois neste caso, qualquer decisão condenará um grupamento à fome.

Existem poucas formas de harmonizar tantos interesses. Primeiro, quando o todo social percebe interesses gerais maiores, que devem se sobrepor aos interesses de parte da sociedade - como os esforços de guerra. Segundo, é quando

um grupo (ou família) convence o todo social que seus interesses particulares são, na verdade, o melhor para o todo social - ideológico. Por fim, é quando uma família ou grupo impõe seu interesse aos outros - seja por que meios for. Resumindo, para não haver desagregação social, um conjunto de objetivos comuns tem de ser escolhido, seja através de uma avaliação livre, seja através da influência de um grupo, ou ainda através da imposição. Mas não nos esqueçamos, qualquer destas formas de tomada de decisão é complexa e não deve ser vista de forma moral. Quem condenaria a família que impõe a toda a sociedade que não dividirá seus excedentes, pois precisará deles para se sustentar no rigoroso inverno da região? Ou quem poderá dizer, que estariam errados, aqueles que saqueassem os estoques para dar de comer à sua família? Portanto, não julgemos de forma moral o poder. Esta relação é natural e se multiplica à medida que a sociedade se toma mais complexa.

Todos os aspectos psicológicos do poder são relativamente superficiais até começarmos a envolver o domínio. Mesmo aquilo que parece evidente, ou seja, a psicologia do dominador, já mostra um certo grau de complexidade.

Quando se estabelece uma relação de domínio após uma guerra, e os perdedores são escravizados, imediatamente temos a justificativa para o ato de dominar. O perdedor foi subjugado e para que poupemos sua vida, ele tem que se submeter ao domínio do vencedor. Donde concluímos: em uma sociedade onde existem dominados em seu bojo, o estado de paz não passa de uma forma especial da perpetuação do conflito - esta é uma idéia nietzschiana.

Com a ascensão das ideologias humanistas, universalistas e democráticas, o domínio e suas justificativas necessitaram de grande aprimoramento. Não escravizamos mais os homens que perderam uma guerra, mas se estabelecem condições escravizantes para aquela nação, por exemplo. Contemporaneamente, a máxima "somos todos iguais" tem conseqüências psicológicas importantes. Se somos todos iguais, precisamos de uma justificativa superior "teoricamente" aos nossos interesses pessoais, para nos permitir fazer uso de alguém. Percebam, não estamos falando apenas de uma falsa justificativa que propagandeamos para que o dominado se conforme com seu status inferior. Estamos afirmando que o próprio dominador precisa desta justificativa para perpetuar seu domínio. Porque aquele que acredita ser igual a outrem, não o domina. A não ser que acredite estar, por esta via (da dominação), realizando um projeto mais importante que ele próprio e seu semelhante. A outra justificativa é simplesmente: o dominador não se achar "igual a todos os homens" e acreditar que alguns são de fato inferiores, e que, portanto, não há nada demais em dominá-los. Desta forma, o poder não apenas se alimenta de ideologias discriminatórias, como as incentiva, produz e propaga.

Não é à-toa que regimes autoritários têm propagandas discriminadoras. A inferioridade de todas as raças com relação à ariana para o nazismo. O desrespeito comunista aos direitos humanos para a “democracia” dos EUA. O racismo para o regime de *apartheid* na África do Sul. Além disto, temos várias justificativas discriminatórias em nosso dia-a-dia. Seja por raça, instrução, sexo, condição financeira ou de classe, posição profissional, origem da família, nacionalidade ou naturalidade, saúde e até apresentação estética - vejam como o gordo, o feio e o mal vestido são maltratados em nossa sociedade. Em suma, podemos usar qualquer argumento para fazer do outro um inferior e, com isto, nos sentirmos à vontade para dominá-lo.

Se já encontramos complexidade ao falarmos da psicologia do dominador, o tratamento da psicologia do dominado é muito mais difícil, pois estamos tratando de alienação, que significa algo próximo do dominado ser um “morto-vivo”. Por que este ser humano aceita perpetuar-se em tal estado de miséria?¹⁰¹

A primeira resposta é evidente: um homem não pode sentir falta de uma condição que nem conhece, ou seja, um agente que sempre esteve alienado não pode avaliar se seria melhor não estar neste estado. O que equivale a perguntar: como alguém que nunca comeu manga pode sentir falta de saboreá-la? Isto, porém, é um argumento frágil, pois apesar de não sentirmos falta, podemos ter vontade de provar a manga. Isto nos remete à questão *cultural*, ou seja, culturalmente, o dominado acha correto, natural e imutável ser comandado.

“... é mais fácil sujeitá-los, principalmente quando não estão *acostumados* a viver livres...”¹⁰²

A cultura causa um fenômeno interessante, pois o domínio e o poder passam a ser um consenso. O subjugado acha que o poder deve existir, mesmo sendo vítima dele.

A segunda razão de aceitar a dominação, sem dúvida é o *medo*.

Desafiar uma rede de domínios pode ser desastroso individualmente. O filho que desafia o pai ou o operário que encara a empresa etc... é severamente punido, tendo risco de cair na indigência ou até ser morto. Estas atitudes não são apenas formas de recolocar nos “eixos” o dominado, mas são formas de vingança extremamente irracionais por parte do dominador, pela audácia que tiveram em desafiar ou questionar seu domínio. Para o poderoso, não existe nada que lhe fira mais a vaidade do que ser desafiado por um dominado. A destruição total do insubmisso, além de satisfazer ao ego do dominador, que se sente um injustiçado por aquele que considera um traidor (argumenta que fez tudo pelo dominado), também tem uma forte carga simbólica para os outros dominados. O castigo exemplar é algo importante no cotidiano do domínio.

La Boétie destaca o medo normal que se tem dos detentores do poder. Já Maquiavel aconselha aos poderosos trabalhar para incutir na psique dos subjugados o temor.

“... que sob tiranos as pessoas facilmente se tornam covardes e efeminadas.”¹⁰³

“... é muito mais seguro ser temido que amado.

O amor cria vínculo de gratidão que se rompe facilmente, porque o homem é de mau caráter, enquanto o temor é seguro pelo liame do *receio do castigo*, que traz o homem submetido.”¹⁰⁴

Mas não são apenas temores de castigos físicos e da indignação que tem o dominado. Na psique daquele que foi sempre dominado, existe um certo medo de ficar sem quem lhe comande e assuma as responsabilidades. Seria uma espécie de “medo de liberdade” - conceito bastante trabalhado por Erich Fromm. Estas passagens de Reich ilustram bem isso, além de descrever o processo pelo qual se dá.

“Não podia haver mais nenhuma dúvida de que o povo se tornava neurótico em larga escala.

Os pais reprimem a sexualidade das crianças pequenas e dos adolescentes, sem saber que o fazem obedecendo às injunções de uma sociedade mecanizada e autoritária. Com a sua expressão natural bloqueada pelo ascetismo forçado, e em parte pela falta de uma atividade fecunda, as crianças desenvolvem pelos pais uma fixação pegajosa, marca da pelo desamparo e por sentimentos de culpa. Isso, por sua vez, impede que se libertem da situação de infância, com todas as suas inibições e angústias sexuais concomitantes. As crianças educadas assim tornam-se adultos com neuroses de caráter, e depois transmitem as suas neuroses aos próprios filhos. Assim de geração em geração. Dessa forma é que se perpetua a tradição conservadora, que teme a vida.

O treinamento estrito e prematuro quanto à limpeza, a insistência no ‘bom comportamento’, o autocontrole absoluto e as boas maneiras têm um efeito prejudicial no primeiro estágio. Tornam a criança dócil para a proibição mais importante do período seguinte, a proibição da masturbação. Outras obstruções ao desenvolvimento da criança podem variar, mas são típicas. A inibição da sexualidade natural na infância em todas as camadas da população propicia um solo mais

fértil para a fixação ao lar neurótico e à sua atmosfera. Essa é a origem da falta de independência do homem, em pensamento e em ação.”

105

Um homem que tem deficiência para ter pensamento e ações independentes, claramente é um homem que se sentirá mais à vontade em ser comandado. Mas não é apenas a dependência infantil terreno fértil para o desenvolvimento da dominação. Como colocamos no capítulo anterior, todas espécies de coisas que causam dependência conduzem os agentes a se submeterem à condição de dominados - desde água, amor, drogas até vaidade, sexo e ambição. Fé ou crença, por exemplo, também constituem terreno fértil para dominação. Quem tem fé, acredita alcançar determinado objetivo através do objeto de sua fé. Esta avaliação coloca o crente predisposto a servir, ou dedicar-se, à vontade de seu objeto de devoção, uma vez que ele seria o suposto meio para o alcance dos objetivos do crente. Ou melhor, a permissão da entidade para a qual dedicamos a fé seria condição necessária, mas não suficiente, para o crente receber suas graças. Contudo, talvez seja a ideologia a forma mais importante de criar um clima favorável à dominação. A ideologia não é apenas meio de se manter o poder - ver capítulo Poder - pois é através dela que se constitui o domínio tradicional ou ideológico - ver capítulo Domínio. As ideologias que propagandeam finalidades, objetivos, causas, lutas maiores que o próprio indivíduo ajudam a constituir tal clima. Aquele que acredita, por exemplo, que o bem do país é mais importante que sua própria vida e, por isto, morreria em uma guerra por seu Estado, está pré-disposto a se colocar sob o domínio do governo daquele Estado. O mesmo se pode dizer das lutas revolucionárias como dos marxistas e das causas da Igreja.

Engana-se quem pensa que a manutenção de um clima favorável à dominação é algo que ocorre naturalmente. Ao contrário, este trabalho é programado e contínuo, pois quem domina sabe que somente quem se sente impotente, inferior e dependente se submeterá sistematicamente ao seu comando. Por isso, existem os símbolos de poder, a ostentação e as demonstrações de conhecimento e força - como as paradas militares. Isto também explica a forte propaganda de desvalorização humana por parte do poder, onde os indivíduos são colocados como imperfeitos, egoístas, sem visão, fracos etc..., em oposição às instituições que são superiores, poderosas, e mais importantes que o indivíduo. Além disso, o poder sempre trabalha para criar idolatrias, o que, psicologicamente, coloca o homem comum como relativamente inferior. Essa propaganda se completa quando a moral forjada pelo poder afirma que não se deve gostar dos inferiores e sem valor. Pronto, o poder criou o homem que não gosta de si. Daqui rompe-se com o fundamental: como o ser humano não gosta de si, ele também não

gostará de seu semelhante (a quem será atribuída toda sorte de defeitos), o que inviabiliza qualquer solidariedade - que dificulta a articulação de insurreições. A consequência é óbvia: como o ser humano passou a não gostar mais de si, ele não terá qualquer pudor em fazer algo ofensivo ao seu semelhante. Ou melhor, usa ou elimina o outro sem o menor peso na consciência, pois aquele que sofre a ação nada representa, ou não merece consideração¹⁰⁶.

O grande mérito da obra de Foucault foi mostrar que não são apenas as instituições poderosas que trabalham em prol e reproduzem a ideologia da dominação - como demos a entender acima. As “micro-relações” sociais também têm papel fundamental.

As “micro-relações” se dão entre um número limitado de pessoas, as quais se relacionam diretamente - sendo dentro de uma instituição ou não - estando em jogo todos os sentimentos e afetos. Falamos desde a relação informal entre dois amigos ou namorados, passando pela família, escola, Igreja, empresa, partidos e até dentro do exército. Por que é importante o nível “micro das relações”? Porque é aqui onde o indivíduo tem seu cotidiano concreto. São nestas relações do dia-a-dia onde os indivíduos têm seus envolvimento afetivos, onde ele expressa sua vontade e aplica sua força social. E a cada momento sofre ou reproduz os efeitos do domínio e do poder. São nas micro-relações que o ato de comando, coerção e controle parecem naturais, como o pai que manda nos filhos. O padre que dá a penitência ao fiel. O sargento pune o soldado. O policial que vigia o cidadão. O homem que impõe sua vontade à esposa. O gerente que demite o operário etc...

O que garante a efetivação deste mando do pai, padre, sargento... Em Primeiro lugar, o agente obediente não tem força para resistir só, aquilo que seu comandante representa: o filho, quando jovem, não tem como resistir fisicamente e depende do pai para sua subsistência. O sargento representa todo um aparato que facilmente reprimirá um soldado. O gerente tem a instituição atrás de si. Em segundo lugar, as relações micro-sociais acabam envolvendo os indivíduos afetivamente. O filho teme deixar de ser gostado pelo pai. O operário teme que seu patrão deixe de apreciar seu trabalho. A mulher teme perder o amor de seu marido e o fiel teme perder a bênção do padre. Mas a razão mais importante (terceira), é a internalização da obediência por parte do filho, do cidadão, do fiel, da esposa etc... Esta internalização da obediência não passa do componente ideológico que considera natural, normal ou certo: o filho obedecer ao pai, o soldado obedecer ao sargento, o cidadão obedecer ao policial etc...

“A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos, mediante controles repressivos, não é imposta pela natu-

reza, mas pelo homem. O pai primordial, como arquétipo da dominação, inicia a reação em cadeia de escravização, rebelião e dominação reforçada, que caracteriza a história da civilização. Mas, desde a primeira e pré-histórica restauração da dominação, após a primeira rebelião contra esta, a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental. A luta contra a liberdade reproduz-se na psique do homem, como a auto-repressão do indivíduo reprimido, e a sua auto-repressão apóia, por seu turno, os senhores e suas instituições. É essa dinâmica mental que Freud desvenda como a dinâmica da civilização.”¹⁰⁷

Aqui é onde vemos a grande alma das relações de poder. Todos estes pequenos domínios são usados e articulados para garantir a efetivação de macropoderes. Isso irá reafirmar a idéia de Foucault, para o qual a classe dominante não se interessa pelos desajustados como loucos e delinquentes, estes não representam ameaça nem contribuem para o crescimento do seu poder,

“mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente.”¹⁰⁸

As “micro-relações” de domínio têm dupla função: além de serem articuladas em prol das “macro-relações”, elas reproduzem a ideologia do domínio, pois qualquer detentor desses pequenos domínios os considera imprescindíveis para sua vida. No final das contas, qualquer detentor de domínio apóia a sua existência, fazendo uma rede ideologicamente sólida de opressão cotidiana. Mesmo que um homem seja oprimido em sua fábrica, ele nunca abriria mão de sua autoridade sobre o filho e sobre sua esposa.

É óbvio que todo aquele que tem um domínio, pequeno que seja, como do menino sobre o cão, e acha correta esta relação, também concebe como natural obedecer quando submetido a outras relações. O menino que acha correto mandar em seu cão também entenderá e aceitará a autoridade paterna. Mas a internalização da obediência não necessita, obrigatoriamente, que o subjugado tenha algum domínio para aceitar ideologicamente a dominação. Como já dissemos, basta achar correto ou natural a obediência. Aqui chegamos a um ponto interessante: *nós apreendemos a ideologia da dominação pela forma e não pelo conteúdo.*

A chave do poder contemporâneo é a ideologia que começamos a absorver na infância. Na infância aprendemos que nos submetendo conseguimos algo em troca, que a desobediência é castigada e que somos dependentes de nossos

progenitores para sobreviver. Trazemos inconscientemente da infância que precisamos nos submeter para ter algo em troca, neste caso, a mera manutenção das condições de sobrevivência. Ou seja, aprendemos a ideologia pela forma e não pelo conteúdo. Queremos dizer que o discurso (o conteúdo) é secundário na transmissão ideológica relevante para as relações de domínio. O aspecto psicológico engendrado na educação infantil é muito mais importante para a reprodução das relações de dominação.

Um exemplo. Não importa se a ideologia discursa que devemos respeitar os estrangeiros. O importante é o castigo que se dá ao garoto que maltrata um estrangeiro. Por que digo isso? Porque a ideologia que diz: porcos são os estrangeiros, também castigará o garoto que for solidário a um estrangeiro. Resumindo, apesar das ideologias terem discursos opostos, o tratamento dado ao desobediente pode ser o mesmo. Neste caso, estamos forjando psicologicamente indivíduos parecidos no que tange à ideologia necessária para a reprodução das relações de domínio. Por isso podemos ter dois presidentes, um xenófobo e outro não, porém, igualmente autoritários para alcançar seus objetivos. Os discursos ideológicos são nossos objetivos. No entanto, sem que ninguém perceba, agimos da mesma forma para alcançar objetivos muitas vezes opostos. Apesar do conteúdo ser distinto, a forma de tratamento é preservada. É esta forma de tratamento é que traz, subliminarmente, as mensagens importantes para a reprodução da ideologia da dominação e poder.

As conseqüências são óbvias. O trabalhador acha natural alienar sua força de trabalho para ter em troca os meios para sobreviver. Assim como o fiel não vê nada demais no fato de a Igreja castigar um pecador. Mas natural ainda soa um cidadão ser processado pelo Estado por não ter pago os impostos. Isso ocorre porque os “agentes” nascem em relações sociais já dominados - ou ao menos subjugados à ordem de algum poder. Somente com a tomada de consciência é que o dominado pode se tornar um sabotador. Não existe qualquer chance de o homem nascer livre. As idéias de que o homem só perde a sua liberdade após conflito onde foi derrotado, ou pior, pensar que este homem trocou voluntariamente sua liberdade pelos benefícios de viver em sociedade, não passam de romantismo sem qualquer sentido histórico e científico.

Aproveitemos para definir *liberdade*. Estado onde o indivíduo não está submetido a qualquer comando ou ordem. Atenção, para não estar submetido a uma ordem, o agente não precisa estar isolado ou desorganizado - teoricamente é possível organização sem poder ou domínio. O estado de total liberdade significa não haver poder ou domínio sobre o agente. Mais que isso, ser totalmente livre significaria que este agente também não exercesse qualquer domínio ou poder sobre outros agentes. Por quê? Dominar ou manter poder exige do agente

dominador ou poderoso uma certa disciplina, da qual ele também é prisioneiro. Somente um longo processo de educação autoritária pode conduzir o dominador a achar que não está dependente daquela relação¹⁰⁹. Hegel aponta esta dependência quando fala da distinção entre “senhor” e “servo”:

“Mas, nesse tipo de relação, desenvolve-se um movimento dialético que acaba por levar a subversão dos papéis. Com efeito, o senhor acaba por se tornar ‘dependente das coisas’, ao invés de independente, como era, porque desaprende a fazer tudo o que o servo faz...”¹¹⁰

Aqui encontramos outro aspecto da psicologia do dominador.

Além de achar que está livre por não ser comandado, o dominador se sente inseguro com a possibilidade de não ter mais domínio. Ele não vê como viver sem dominar, ele acaba criando dependência do domínio. Mas concluindo a discussão de liberdade, estar livre de forma genética nos parece ser utópico, contudo, o uso relativo da palavra é válido e simples, por exemplo, os negros estão livres da escravidão nas Américas.

Voltando ao ponto fundamental de nossa discussão, a psicologia do dominado. Existem duas últimas razões para os agentes aceitarem a dominação: é cultivada, de alguma forma, no dominado, a esperança de ascensão social. O dominado sonha em um dia ter chance de ser dominador. O preço para lhe darem esta chance é ser obediente, disciplinado, em suma, aceitar de forma mais que perfeita a alienação que lhe impõem. Isso chega ser ridículo, pois o dominado acha que um dia ganhará domínio de alguém (como se domínio fosse transferível) por reconhecimento a sua capacidade de aceitar a própria alienação. Em suma, ele acha que será dominador se for obediente. O último ponto é bem expresso por Etienne de La Boétie:

“... o tirano subjuga os súditos uns através dos outros e é guardado por aqueles de quem deveria se guardar...”¹¹¹

Por que os súditos ajudam o tirano a subjugar? Porque estes súditos colaboracionistas acabam se beneficiando da proximidade do poderoso ou dominador. É claro que estas duas últimas motivações para aceitação do domínio nascem da vontade de ser igual a quem domina ou, ao menos, usufruir parte de suas facilidades: Esses dois aspectos são, na verdade, fruto deste componente psicológico, ou seja, o domínio cria a vontade de ser dominador. Quem domina tem um status invejado socialmente. Vários agentes aceitam os comandos do dominador porque essa é a única forma de se aproximar do centro do poder. E somente

com esta proximidade o agente pode se beneficiar do prestígio e das facilidades materiais, cultivando, também, a esperança de chegar a ser dominador.

A grosso modo, poderíamos resumir os grandes motivos pelos quais se aceita a dominação assim: a garantia de manutenção da vida, a possibilidade de ascensão social - e com isto, a realização de alguns sonhos e a obtenção de prazeres efêmeros - a inveja do dominador, a ideologia do sacrifício (ideologia da alienação) e a convicção de que não tem como mudar a realidade. Em suma, o dominado é induzido a não querer muito mais que a manutenção de sua sobrevivência. O empobrecimento e o controle do desejo do dominado é condição indispensável para a perpetuação desta relação. Não basta o dominado desejar coisas pequenas, ele tem que desejar coisas que interessem ao dominador. Por exemplo, não querer ser comandado é um desejo simples, porém não serve ao dominador. É melhor que o dominado deseje comprar coisas no *shopping* e, para isso, encare com indiferença as horas de trabalho que tem de se submeter para conseguir o dinheiro.

Outros aspectos psicológicos importantes e que complementam nossa discussão são as conseqüências da alienação - as quais já abordamos - e do fetichismo - que trataremos quando nos aprofundarmos no pensamento marxista - sobre os indivíduos.

No início deste capítulo, alertamos o leitor que não conseguimos dar um tratamento sistemático à psicologia relacionada ao nosso tema. Acreditamos que as especulações levantadas são importantes para embasar nossa teoria, contudo insuficientes. Por isso, convidamos ao leitor para não deixar de ver o anexo que traz o resumo de uma parte do livro *A Função do Orgasmo*, de Wilhelm Reich, intitulada de "O irracionalismo fascista" e depois traz alguns fragmentos do livro *Eros e Civilização*, de Herbert Marcuse. Fizemos a opção por colocar esses textos em anexo, por eles serem relativamente longos e acharmos que a leitura dos autores é fundamental para complementar, reforçar e dar um enfoque mais profundo sob a luz da psicologia ao nosso tema.

Capítulo 8

Os modelos de poder

Modelo de poder popular ou autogestionário

No capítulo sobre domínio, definimos o poder popular como aquele que não contém domínio em seu bojo. A justificativa de chamarmos esta forma de poder como popular, consiste no fato de esta ser a única forma de organização onde seus componentes não são meros instrumentos alienados submetidos à vontade de terceiros. Isto significa que, para existir de fato um poder popular, as vontades e sugestões dos que compõem voluntariamente aquela força social têm de ser elementos relevantes no planejamento e na tomada de decisão da organização. Quando o denominamos “poder popular”, estávamos querendo realçar que esta é a única forma de o povo se organizar e ter poder sem cair nas mãos de um comandante, dominador, chefe, dono, déspota, príncipe, tirano, seja lá o nome que receba, aquele que impõe sua vontade a todos na organização. Isso não significa, no entanto, que a ordem determinada pelo poder exercido dessa forma, terá obrigatoriamente grande popularidade. Por quê? A diferenciação de dois modelos de poder não se deve a alguma alteração em sua lógica ou dinâmica. O poder popular, assim como o alienado, tem a mesma natureza. Contudo, sua composição interna é diferente. Por isso, poderíamos encontrar um “poder popular” que imponha uma ordem violenta ao resto da sociedade, não tendo qualquer popularidade e, em contrapartida, ter um poder alienado que consiga, na medida de seus limites, promover um “bem-estar” social.

Disto concluímos que se a diferenciação entre os dois modelos se dá graças à sua estrutura interna, ou seja, como se organiza e do que se compõe (agentes alienados ou não), talvez utilizar conceitos que expressem caráter organizativo seja mais apropriado. Por isso, o “modelo de poder popular” fica mais bem definido como autogestionário. Mas afinal, o que é autogestão? *Autogestão* significa gerir

a si próprio. Autogestionária seria aquela organização que permitisse a todos os componentes a participação no planejamento e nos seus processos decisórios. Sendo a organização autogestionária a expressão da vontade geral daqueles que a compõem.

Não é fácil forjar uma organização autogestionária, uma vez que a todo o momento seus membros devem estar atentos para que não surja alienação e domínio. Existem aspectos culturais e psicológicos que conduzem os membros de qualquer organização a não quererem discutir tudo o que é necessário, além disso ser, por certo, cansativo. Não assumir as responsabilidades pelo que foi decidido também é uma tendência dos indivíduos. A tentação para se criar uma direção é grande, uma vez que pouparia a maioria do trabalho de discussão, elaboração, responsabilidade pela execução e fracasso do que foi planejado/decidido. Para haver uma organização autogestionária, as informações devem ser de acesso a todos; a totalidade dos membros tem que participar, de alguma forma, dos processos decisórios de questões relevantes; o coletivo tem de assumir as responsabilidades, conseqüências e a execução do deliberado por ele mesmo. Autogestionária é a organização onde as conseqüências e a responsabilidade pela execução recaem sobre aqueles que deliberaram.

É claro que o pré-suposto fundamental para existir uma autogestão de fato é a autonomia de seus integrantes. Qualquer relação de dependência, onde um componente pode coagir ou influenciar na decisão de outro é algo que desvirtua a autogestão. Da mesma forma, a autogestão só pode ser composta por pessoas que entrem livremente na associação, assim como a organização autogestionária deve permitir que seus membros se desliguem a qualquer momento, não consolidando desta maneira uma relação de dominação. Concluimos, que a autogestão é uma forma de organização onde a individualidade é muito respeitada, ou seja, não se pretende diminuir a liberdade individual pelo fato do indivíduo pertencer àquela associação. Muito pelo contrário, a autogestão tenta ser uma potencializadora desta liberdade, possibilitando ao indivíduo fazer coisas que não conseguiria sozinho.

Se a autonomia do indivíduo é importante, a autonomia do coletivo também é fundamental. Primeiro, não podemos admitir que a vontade de um indivíduo se sobreponha à vontade do coletivo. Isto seria dar a condição de domínio a alguém. Segundo, não podemos admitir que as decisões do coletivo sejam guiadas por vontades ou lógica externa. O que significa isso? Se temos uma organização produtiva que se pretenda autogestionária, ela terá sérios problemas para agir dentro do capitalismo, uma vez que ela terá de seguir a lógica de uma empresa capitalista se quiser sobreviver à concorrência. Logo, o coletivo não estará tomando as grandes decisões, pois estas já estarão tomadas pela

tendência geral da concorrência e, neste caso, as assembléias não elaborariam políticas de ação, apenas diriam sim ao que tem de ser feito. Aproveitamos para ressaltar um ponto importante. Não vamos confundir autogestão com “burocratismo”, ninguém tem que reunir uma assembléia para tomar decisões de pouca importância, tal como a cor que se deve pintar o banheiro da fábrica. Quem estiver responsável por este tipo de execução, deverá ter o bom senso e decidir. O fundamental na autogestão são as grandes decisões. Por exemplo, numa unidade produtiva: o que vamos produzir, para quem vamos produzir, qual o volume que pretendemos, com que tecnologia, com que cadência, com que matérias-primas, como será a relação de cada trabalhador com o processo, como se dividirão os resultados...

Podemos esboçar uma forma de organização autogestionária.

Historicamente, a auto gestão surgiu no movimento operário, algumas das tentativas para sua implementação se deram nas fábricas. Por isso, achamos que seja mais fácil e relevante dar o exemplo de uma fábrica. É condição indispensável que não levemos em conta as condições externas, pois isto é um fator complicador.

Imaginemos uma fábrica de bicicletas autogestionária. Antes de sua constituição, um conjunto de trabalhadores decidiu partir para implementação deste projeto. Estes chamaram um número de homens que julgavam ser razoável para a constituição desta fábrica. Com a participação de todos os interessados, eles decidirão tudo que tange à forma de produção (como cadência e tecnologia) e como se dará a participação no processo decisório e nos resultados. Sendo uma organização autogestionária, eles não fugirão muito da realização de assembléias ordinárias uma vez por semana. Estas tomarão as decisões estratégicas na condução dos negócios. Para a coordenação diária das atividades, os operários elegerão diretamente uma comissão com mandato temporário (digamos dois anos), a qual poderá ser revogada deste papel executivo a qualquer momento que a assembléia desejar. Esta coordenação geral terá como obrigação fundamental levar a cabo as decisões estratégicas determinadas em assembléia e deverá convocá-la toda vez que decisão relevante tiver de ser tomada. A autoridade da coordenação é meramente executiva, cabendo-lhes decisões de menor relevância. É claro que algumas vezes, determinar o que é importante ou não é difícil, contudo, a coordenação terá de prestar contas sempre a uma comissão fiscalizadora e esta a uma assembléia. Ao final do mandato de dois anos de uma coordenação, outra deve assumir, devendo ser vedada a recondução de qualquer de seus integrantes por pelo menos quatro mandatos - dando oportunidades a outros para conhecerem esta função e não criando vícios que levem ao domínio. Outra coisa que deve ser comum numa organização autogestionária é o rodízio

nas funções, para que todos aprendam tudo na fábrica. Tudo mesmo: um membro da coordenação geral hoje, poderá estar integrando o corpo de faxineiros no futuro.

Fica evidente que a autogestão tem um caráter local. Além disto, para que ela ocorra, devemos ter um número limitado de integrantes. E é desta forma que tem de ser mesmo, a ação direta de cada operário, só pode se manifestar em sua localidade e este só poderá se expressar diante de um contingente limitado de companheiros. Mas imaginemos que quiséssemos ter uma organização que coordenasse os trabalhos de todos os fabricantes de bicicletas de uma região extensa como o Brasil. Neste caso, as unidades de produção autogestionárias terão de constituir uma federação. O que é uma *federação*? É uma organização onde seus componentes coordenam suas atividades sem perder a autonomia. Isto significa que cada unidade autogestionária filiada à uma federação compõe tal organismo voluntariamente, poderá se retirar no momento que quiser e não estará submetida a qualquer comando da federação.

Explicuemos o último ponto. No modelo de poder alienado ou hierarquizado, a esfera de decisão ocorre no topo da pirâmide da organização. Se nossa organização nacional de produtores de bicicleta fosse hierarquizada, o planejamento e as decisões estratégicas de todo este setor seria da diretoria nacional da organização. Isto, claro, acarretaria em comando da diretoria aos filiados da organização. Comando tem como contrapartida obrigatória a alienação da base - os trabalhadores. Logo, esta não pode ser a forma de atuação de uma federação, pois esta deve existir exatamente para preservar a autonomia das unidades autogestionadas.

Aqui aparece o questionamento natural: como se dará o processo decisório em uma federação? O grande fórum para tomada de decisão da federação é seu congresso - anual ou quantos forem possíveis realizar. Antes de cada congresso as unidades autogestionadas mandarão sugestões para uma comissão escolher a pauta. Esta pauta deverá ser enviada a cada filiado para ser discutida em suas assembleias. Cada assembleia tirará seus delegados - proporcional ao seu número de trabalhadores. Este delegado será enviado ao congresso da federação com a responsabilidade de defender apenas as deliberações da assembleia. O delegado encaminhará e votará (se for o caso) em prol do que foi decidido na assembleia¹¹² afinal ele não está ali por si, mas pelo coletivo. Para garantir a atuação coerente do delegado, haverá sempre uma comissão fiscalizadora - também eleita pela assembleia. As deliberações do congresso devem ser levadas às assembleias. Caso exista algum ponto em que a deliberação da federação não contemple as posições da unidade filiada - ou seja, a proposta da unidade foi derrotada - caberá à assembleia decidir se acata e colabora na execução, se não acata - logo não co-

labora - mas permanece na federação (aguardando oportunidade de recolocar a questão) e em último caso, se não acata e se retira da federação.

Percebam que, em última instância, as decisões sempre serão tomadas por uma assembléia. Esta é a única forma de garantirmos a manutenção da autonomia das unidades autogestionadas e evitar o aparecimento da alienação, uma vez que quem executará (o trabalhador), estará participando efetivamente do processo decisório em sua assembléia. Aqui aparece o primeiro problema deste modelo de poder: por ele ter espaço para a participação efetiva de todos no processo decisório, as deliberações são lentas e cansativas. Não esqueçamos que muitas vezes a rapidez na tomada de decisão é decisiva num conflito. Como podemos ver pela descrição que fizemos, o sucesso da autogestão depende da participação de seus integrantes, mas isto é difícil de ser conseguido, exatamente por causa da natural demora nos processos deliberativos. Mesmo quando encontramos a participação efetiva de todos, as organizações autogestionárias acabam por desperdiçar muitas energias para garantir que não esteja havendo comando - um exemplo disso, é a constante fiscalização para verificar se as deliberações das assembléias estão sendo respeitadas.

Para não haver alienação em uma organização, as sugestões e vontades de cada um de seus componentes devem ser respeitadas e encaminhadas ao coletivo. Como já colocamos, uma instituição deste tipo terá em seu bojo tantos pensamentos e vontades quanto forem seus integrantes, o que normalmente destrói a disciplina necessária para a manutenção da força social que conquistou o status de poderosa. E mais, isto torna os processos de decisão maçantes, o que desestimula a participação. Voltamos à conclusão que já havíamos tirado: o poder popular, por essas características, tende a ser frágil, fugaz, instável e elementar. Constituir um poder nestes moldes que fosse duradouro, exigiria uma formação muito consistente de seus componentes, muita vontade e uma boa dose de autodisciplina e senso de coletivo. Ou seja, uma verdadeira revolução cultural e psicológica.

Em contrapartida, os componentes de uma organização autogestionária poderão se realizar através do coletivo, em sua atividade produtiva, o que dará um sentido de comunidade e solidariedade. Os assuntos gerais deixariam de ser o futebol e as novelas. Todos passariam a falar sobre produção, questões sociais e até estariam preocupados com o bem-estar de cada um dos componentes da comunidade. Isto porque, o que cada um pensa sobre estas questões poderá ser encaminhado em assembléia. Logo, teríamos uma sociedade onde suas questões fundamentais estariam sendo discutidas diariamente.

Modelo de poder alienado ou hierarquizado

Como já mencionamos, o “Poder alienado” é composto pela força social alienada de seus componentes, logo, contém domínio. Este poder é mais complexo, uma vez que trabalha com aspectos psicológicos profundos e sua estrutura escondendo do dominado a face terrível da alienação. Se comparado com o popular, notaremos sua complexidade, uma vez que o poder popular surge do simples interesse comum das partes que o compõem. A estrutura do poder alienado só pode ser hierárquica, onde o “topo” da organização (diretor, presidente, príncipe etc...) é responsável por todas as decisões estratégicas que caberiam à assembléia de uma organização autogestionária. Esta é a mais importante distinção entre modelos: na autogestão quem executa participa da decisão, na hierarquia alguém decide para outros executarem. É claro que no modelo hierarquizado quem decide, delibera em proveito próprio e da manutenção de sua posição, nunca em benefício do coletivo.

Percebemos, então, os limites das pretensões de “bem-estar social” das estruturas verticalizadas (com hierarquia). Nunca um poderoso concederá benefícios aos seus subjugados a ponto de comprometer sua posição. As acusações de que as oligarquias dirigentes preferem manter sua população na ignorância, amedrontadas e dependentes ilustram bem isto. Na verdade, nas chamadas democracias, os atos de cunho social são muito mais de interesse eleitoral que um projeto ou preocupação de fato. Ou seja, por estar preocupado em manter seu *status*, o presidente comanda ações que agradem os eleitores, de forma a conquistar seus votos no próximo pleito eleitoral.

Em contrapartida, é óbvia a vantagem deste modelo na luta por poder se consideramos a possibilidade de tomada de decisões mais rápidas e coerentes - uma vez que as diversas vontades dos seus componentes alienados não são consideradas. Este poder será mais homogêneo e provavelmente conseguirá manter maior disciplina tendo um melhor aproveitamento das forças que o compõem. Por isso, o poder hierárquico é mais eficiente na conquista e manutenção de seus objetivos, sendo mais estável, terá mais facilidade de se perpetuar e se institucionalizar.

Se o prejuízo da organização hierarquizada é dos trabalhadores, que se vêem aliçados de participar das decisões, os benefícios são colhidos por aqueles que ocupam o topo da organização. Este modelo é tipicamente autoritário, independente se a figura que ocupa o lugar mais alto na hierarquia é eleito ou não. Não importa se estamos tratando da hierarquia de uma empresa capitalista, onde o dono dá a última palavra - e não foi eleito para tal posto - ou da hierarquia de um Estado “democrático”, onde o presidente dá a última palavra - e foi eleito para

o posto. Em ambas as situações, aqueles que terão de executar as deliberações, somados aos que sofrerão as ações, não participaram das decisões. Conforme nossa teoria, o presidente ou o dono da empresa comanda seus dominados (empregados) e, se a instituição tiver poder, ele será a personificação deste poder, ou seja, aquele que ocupa o topo da hierarquia será poderoso. Isto é completamente distinto da autogestão, onde nunca haverá um poderoso, uma vez que o poder sempre será da assembléia - da coletividade.

O poder hierárquico é alienador, conduz ao culto da personalidade, esvazia a vida dos trabalhadores, uma vez que estes não poderão participar de decisões relevantes para suas vidas. As conseqüências são óbvias: cada vez menos os agentes discutirão assuntos relativos à produção e à sociedade, colocando em seus lugares futilidades do tipo futebol e novelas. Isto é algo importante, pois o que aproxima os seres humanos é terem assuntos em comum para tratar e conversar. Logo, se cada agente está completamente alijado da participação dos processos gerais da sociedade, estes deixarão de falar de tais assuntos, e arrumarão algo que possa servir de ponte para o contato com seus semelhantes na sociedade. É aqui que está a importância da mídia no sistema, pois é ela que determina os assuntos gerais a serem tratados e que todos irão se ocupar, sob pena de não terem como entrar em contato com seus pares. Este processo é grave, pois os agentes tenderão a depender cada vez mais de seus dirigentes para se organizarem e gerirem a produção - em suma, dar uma ordem para aquele "bando de gente". O que deveria ser um processo de autodeterminação dos trabalhadores, passa ser comandado e ordenado. As conseqüências psicológicas deste processo são profundas e geralmente irreversíveis. A sensação de vulnerabilidade, o hábito de dependência e a apologia da autoridade forjaram um ser humano que sequer questiona sua condição existencial - quando muito, lamenta sua pobreza material. Nada é mais escravizador que o agente achar que não sabe se organizar para produzir o mínimo para sua manutenção e de sua comunidade. Toda a vontade de potência, confiança e realização de um homem deveria passar por aqui, ou seja, na certeza de saber como se auto-organizar para produzir e fazê-lo de fato.

Antes de fechar este capítulo, cabe um esclarecimento: não nos estendemos dando um exemplo de modelo de poder hierarquizado, uma vez que todas as pessoas conhecem algum tipo de organização hierárquica, sejam os exércitos, escolas, empresas capitalistas, "Igrejas", Estados ou sindicatos. Existem várias formas de se organizar hierarquicamente, assim como autogestionariamente, mas o fundamental poderá ser observado em todas: o domínio de quem está no topo da hierarquia sobre os outros componentes da organização. Ao contrário disto, esboçamos o funcionamento de uma organização autogestionária imaginária,

uma vez que poucos conhecem exemplos históricos de autogestão.

Parte 3

Aplicação dos Modelos

Capítulo 9

Um exemplo hipotético

Para consolidar os conceitos e facilitar a compreensão da lógica e da dinâmica do poder, vamos criar um exemplo hipotético, o qual é simplificado, porém bastante ilustrativo.

Imaginemos um bairro tranqüilo, em uma grande cidade, chamado Anárquia. Lá habitam pessoas que não querem estar muito distantes dos seus trabalhos, mas não abrem mão de estar longe do trânsito e do tumulto em seus momentos de descanso.

Em Anárquia os moradores têm a saudável prática de participar da associação de moradores e de tomar decisões coletivamente. Foi decidido unanimemente transformar um terreno baldio em uma praça arborizada. Este projeto seria executado através da participação voluntária dos moradores - notem que ignoramos a existência do Estado. Disto, concluímos que para realizar algo não necessitamos compulsoriamente estabelecer uma relação de poder ou ter algum domínio (ou alienação).

Coloquemos um fator complicador: digamos que a decisão não foi unânime e que algum morador quisesse transformar a área em um estacionamento. Este morador, sendo minoria, acabou sendo derrotado e tendo sua vontade contrariada.

Mesmo estando em uma reunião formalmente estabelecida, onde todos que participam concordam com o fórum, vemos nascer com o fim da unanimidade uma relação de poder. Neste caso, o poder da maioria frustrou as pretensões da minoria. Em outras palavras, uma força social se impôs à vontade de uma outra força social mais débil, frustrando-a. Esse exemplo é bastante interessante, pois deixa bem claro que nem sempre o que entendemos por poder é algo necessariamente contra o povo. Neste caso, antipopular seria a vontade de um homem se sobrepor ao desejo de toda comunidade.

Logo, nosso modelo é de conflito social, onde qualquer agente tem um de-

terminado *quantum* de força. Mas ser força social não significa ter poder, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito contra alguma resistência - ou ao menos, poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito.

Até esta parte de nossa história temos uma “saudável” relação de poder, mas sem ter sinais daquilo que consideramos maléfico socialmente, ou seja, dominação. Uma relação de dominação surgiria se o agente derrotado fosse obrigado a trabalhar na construção da praça. Em outras palavras, a força social mais débil se viria obrigada (seja por qual for meio) a alocar seu tempo de vida em proveito de outra força social configurando-se a alienação de seu trabalho, logo a dominação.

Digamos que a força social derrotada resolva impor seu projeto aos demais mediante a violência. Imaginemos que ele vá armado para o terreno e não deixe começar os trabalhos de construção da praça. Neste caso, temos uma força social ampliando-se através de um instrumento (o revólver), para sobrepujar a outra força - a qual passa a ser a força débil da relação. Agora está mais explícita a relação de poder, porém, por mais autoritária que seja a ação, não se estabeleceu qualquer dominação.

A reação da outra força social será ir armada à praça para garantir a deliberação da assembléia. Mesmo havendo tiros e mortos, não teremos qualquer relação de dominação, apenas um violento conflito entre forças sociais. Cabe ressaltar aqui que não devemos ficar fazendo julgamentos se a ação de determinado agente é justa ou injusta, moral ou imoral. Quando tratamos de relações de poder estes parâmetros subjetivos desaparecem, pois tais parâmetros são elementos ideológicos das próprias relações de poder. O que é válido: duas forças sociais têm objetivos antagônicos e elas usam todos os instrumentos necessários para sua força sobrepujar a força opositora. Por mais que isto fira nossa formação humanista, é assim que devem agir, pois estão submetidas à lógica do poder.

Voltemos ao exemplo. Como os partidários da praça são em maior número, tiveram mais homens armados, logo eles ampliaram sua força social além do que havia conseguido o partidário do estacionamento e, assim, acharam que haviam imposto a continuidade do projeto da praça. Mas o partidário do estacionamento não se dá por vencido e contrata alguns jagunços armados para ampliar sua força, garantindo a imposição de seus objetivos¹¹³. Foi impossível aos moradores do bairro sobrepujar a força social mobilizada pelo partidário do estacionamento, graças ao número e à destreza dos jagunços com as armas. Logo podemos dizer que o partidário do estacionamento tem o *poder* de construir um estacionamento naquela área, tendo em vista a oposição apresentada até o momento. Teria o mesmo efeito se incluíssemos o Estado no modelo e o partidário

do estacionamento, mediante a propina para prefeitura, conseguisse que a polícia garantisse a realização de seu projeto. Os moradores que protestassem ainda seriam chamados de desordeiros.

Como se deu esta reversão de poder? O partidário do estacionamento, através de uma relação de *domínio* sobre os jagunços ou policiais (pois estes são alheios aos objetivos do patrão), ampliou sua força social de modo que teve o poder de impor seu projeto à comunidade. Concluimos que *o domínio é um instrumento para agentes sociais mais débeis ampliarem sua força* (através do trabalho alienado de outros) para obter *poder*.

O defensor do projeto do estacionamento teria outros meios para conseguir o instrumento de que necessitava para ampliar sua força social. Vejamos, o instrumento de que ele necessita é dominar outros agentes sociais, para incorporá-los à sua débil força. Em nosso exemplo anterior, este agente fez uso do dinheiro. Digamos agora, que o defensor do projeto do estacionamento seja um comerciante. Nosso comerciante passa a fazer a seguinte propaganda: a construção do estacionamento será um benefício para todos, porque com uma pequena mensalidade todos terão seus carros em segurança. Desta forma, os agentes que apóiam o projeto da praça começam a se dividir. Com a propaganda, alguns dos defensores da praça passam a defender o projeto do comerciante e começam a trabalhar por este. Assim se estabelece uma nova relação de domínio. Só que desta vez, o prejuízo para os defensores da praça é duplo, perderam um aliado e ganharam um inimigo.

Mas por que se estabeleceu uma relação de dominação? Os dissidentes não mudaram de opinião voluntariamente? Na verdade, a propaganda confundiu os agentes que mudaram de lado. Estes perderam a clareza de seus reais objetivos e começaram a trabalhar por um projeto, em que o verdadeiro beneficiário será o comerciante, o qual se apropriará da renda do estacionamento. Os dissidentes, quando muito terão um benefício residual do projeto.

Para os que ainda não estão convencidos, continuemos com a análise de nosso bairro fictício. O comerciante por certo, quer construir o estacionamento para conseguir lucros e não está se importando se isto trará poluição ou tumulto naquela pacata localidade. É claro que ele não disse isso em sua propaganda. Nossos dissidentes sofreram uma espécie de propaganda enganosa - como enganosas são todas as propagandas - pois eles terão de pagar o estacionamento, perderão a área de lazer e a tranqüilidade no bairro - motivo que os levou a fixar residência ali. Logo, o agente perdeu a noção de seus reais objetivos e mesmo achando que mudou de opinião voluntariamente, ele estará trabalhando em benefício de outro (e contra si), estando se submetendo a uma relação de domínio.

Como já dissemos: nem sempre a decisão aparentemente voluntária do a-

gente o livra de estar submetido a uma relação de domínio. Na verdade, o melhor meio para conseguir a dominação sobre determinados agentes é estabelecer confusão sobre seus verdadeiros interesses. No capitalismo, por exemplo, se fez isto ao tomar gradativamente obscura a diferenciação das classes sociais. Sendo assim, os trabalhadores não conseguem mais se distinguir como classe e, conseqüentemente, não percebem e nem defendem seus verdadeiros objetivos, estando sujeitos a agirem por interesses alheios aos de sua classe, submetendo-se, portanto, ao domínio de outra classe.

Concluindo, podemos dizer que a ideologia de determinada força social confunde, e até cria desejos em outros agentes. Desta forma, temos as pré-condições para o estabelecimento das relações de dominação. Apenas uma boa base teórica, acompanhada de espírito crítico e a conscientização dos agentes, podem fazê-los distinguir se estão sendo instrumentos (dominados), ou não, de uma relação de poder.

Capítulo 10

Considerações históricas e poder

A história oficial sempre foi usada como instrumento para ampliação da força social dos dominadores. A versão histórica dos poderosos é um fator relevante na composição de sua ideologia que, como sabemos, é um importante meio para o poder. A história oficial é a versão do poder, logo, não vai expor sua anatomia. As relações de poder e dominação são os verdadeiros motores da história, só através delas podemos de fato entender tudo que ocorreu e ocorre conosco. Quando os marxistas estudam a história através das relações de produção, não estão fazendo nada mais que focar uma relação específica de dominação e poder. Sendo assim, teríamos a necessidade de rever tudo o que foi escrito sobre a história universal e pior, temos que identificar por quem foi escrito e qual poder achou “interessante” divulgar tal versão¹¹⁴.

Um estudo da história focando o poder teria de mostrar como se dá a dominação em cada momento histórico e suas metamorfoses. Como e através de que se instituem, ou seja, criam-se regras para sua perpetuação. Quais são os subterfúgios psicológicos que se valem para esta dominação e manutenção. Como se dão a expansão e aprofundamento deste poder. O que lhe opõe, quais os perigos que o ameaçam e por que terminou determinada relação de poder. Quais suas transformações e qual a nova relação de poder que a substituiu. A partir daí podemos compreender a condição existencial de todos aqueles que eram submetidos à ordem de determinado poder, em um dado momento histórico.

Se fôssemos fazer uma análise histórica do capitalismo, todas as questões a seguir teriam de ser tratadas: as relações de dominação eram servis e passaram a ser do trabalho “livre” alienado. Instituiu-se através das empresas capitalistas e criou suas regras através de Estados e instituições reguladoras como o FMI. A alienação, a deturpação da história, o monopólio dos meios de comunicação por grandes capitalistas, a manutenção de um clima de insegurança e a dependência dos empregos, são alguns dos subterfúgios psicológicos para a manutenção do

status quo. A expansão do capital é a forma com que o poder capitalista se expande. Somente a resistência dos proletários, principalmente trabalhadores, lhe faz oposição. A maior ameaça para o capitalismo é a articulação destes trabalhadores. O capitalismo primeiramente foi mercantil, depois industrial, atualmente é hegemonizado pelo capital financeiro. Ainda não sabemos o que levará o capitalismo à exaustão, e muito menos, podemos adivinhar como será o poder que o substituirá. Mas já poderíamos fazer um quadro da condição existencial de todos os submetidos à ordem capitalista.

Mas não é isto que pretendemos neste capítulo. Queremos fazer uma reinterpretção de algumas passagens históricas à luz de nossas teorias, mostrando sua aplicabilidade na realidade e sua capacidade de explicar os acontecimentos históricos.

As últimas grandes alterações históricas do ponto de vista da dominação surgiram com o aparecimento do trabalho “livre” alienado, em substituição às relações servis, à escravatura e aos artesãos autônomos. Todos os acontecimentos, desde então, mantêm preservada a base de dominação do sistema capitalista. Exclui-se deste grupo, apenas, algumas tentativas revolucionárias que por serem nesta forma de dominação, foram encaradas como um grande perigo para o sistema e, por isso, houve grandes conjunções de forças sociais para impedir o avanço destas tentativas revolucionárias. Podemos citar: o fim dos soviets autônomos na Rússia, a traição e o extermínio do exército revolucionário de Nestor Makhno¹¹⁵; o massacre dos marinheiros e operários de Kronstadt¹¹⁶ - todos no processo revolucionário russo -; o esmagamento da “Comuna de Paris” e da revolução na Guerra Civil Espanhola¹¹⁷; e as intervenções soviéticas na Europa Oriental para sufocar as insurreições dos trabalhadores como exemplos da reação violenta destes poderes à tentativa de abolir, ou ao menos alterar, a forma de dominação do trabalho alienado.

A URSS nos oferece uma história rica para ser analisada do ponto de vista do poder. Após o processo revolucionário e a tomada da instituição Estado pelos bolcheviques, esse poder caminhou rapidamente para a centralização, o cerceamento das liberdades, o fim da autonomia dos trabalhadores, o autoritarismo, até atingir o estágio totalitário¹¹⁸. Vemos neste período histórico na URSS um crescente endurecimento do regime até atingir seu ápice no stalinismo. Talvez não exista no século 20 exemplo mais cristalino da lógica expansionista do poder¹¹⁹. Na URSS podemos identificar um Estado que se agigantava a cada dia e, logicamente, ia controlando cada vez mais os detalhes das vidas de seus subjugados e dominados. Sem dúvida, o aspecto ideológico servia para isso, à medida que todo cidadão era convocado para ser um vigia do sistema, assim como faziam os EUA com relação aos comunistas durante o período do “macar-

tismo”.

A história da URSS provou outra coisa: *além desta expansão. Inerente ao próprio poder; o poder; de fato, precisa se expandir para se perpetuar.* A era Gorbatchov marcou um momento histórico para a qual temos duas hipóteses: primeira, aquele modelo de dominação se exauriu e, por isso, o poder soviético ruiu; segunda, por atitude deliberada, seus líderes pararam de expandir o poder do Estado soviético e, com isto, veio a inevitável queda. Este último ponto é interessante, pois mostra que uma instituição que detém poder realmente tem um impulso para auto-expansão, contudo, uma decisão de seus comandantes pode acabar com a trajetória expansionista. No caso soviético, provavelmente, os mecanismos de propaganda do sistema foram paralisados, ou se tomaram ineficazes, quando o próprio líder do Estado começou a fazer questionamentos públicos sobre a sociedade soviética. Talvez no caso da URSS tenhamos a conjunção dos dois fatores, um modelo de poder que se exauriu, aliado à decisão de seus dirigentes de paralisar a expansão necessária para a manutenção do poder. O óbvio, portanto, aconteceu. O fim do aumento de forças comandadas pelo poder da URSS, deu espaço para o fortalecimento das resistências internas, principalmente de movimentos nacionalistas de libertação. O resultado não poderia ser outro senão o fim da URSS, o ressurgimento de algumas nações, tendo a Rússia (personificada em Yeltsin), em boa medida, herdado o poder do Estado Soviético (que Gorbatchov personificava).

Não podemos deixar de fazer uma nota absolutamente pessoal sobre o desfecho da história da URSS. É muito suspeita a atuação de Gorbatchov neste processo. Definitivamente, ele colaborou com a queda de seu próprio poder que, convenhamos, é um sinal de desprendimento estranho. Talvez nunca saibamos toda a verdade sobre esta história, mas não temos dúvidas de que algo está muito bem escondido. No caso URSS, a personificação do poder era tão forte, que o pronunciamento de seu líder fazia diferença.

Se a URSS não soube manter sua expansão, o capitalismo Norte-americano soube fazê-lo com maestria. O caso do Brasil é de certo a prova maior do expansionismo neo-imperialista dos EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA, novo “dono” do mundo, resolveu que deveria investir no Brasil por várias razões: abundância de matérias-primas, oportunidades de investimento com expectativas de retorno fantásticas e garantir que este país não fugisse de seu espaço de influência. Planejado e executado. Com a colaboração das oligarquias políticas locais - primeiramente com Juscelino - os EUA apoiaram o plano desenvolvimentista do país. Obviamente, as contradições sociais foram se acirrando e surgiram questionamentos sobre a posição subserviente do país com relação aos EUA. Esta onda antiimperialista, obviamente, começava a obstruir a expansão do poder norte-americano no Brasil. Dentro deste quadro, a única saída para

manter a expansão do poder norte-americano foi promover o golpe militar em 1964, onde o Estado brasileiro (instituição) foi assumido por líderes coniventes (dominados) com o poder dos EUA. Como descreve Eduardo Galeano em *Veias Abertas da América Latina*, após o golpe, várias empresas norte-americanas ganharam concessões para exploração de minério no território brasileiro - coisa que estava sendo questionada pela onda antiimperialista pré-golpe. Podemos compilar na história vários outros exemplos da expansão do poder norte-americano, principalmente no que tange ao controle de fontes de energia como o petróleo - vejam como os EUA se aproveitaram da tomada do Timor Leste pela Indonésia.

Mas os EUA não visam apenas a expansão de seu poder. A permanente patrulha que este Estado promove em todo o mundo visa destruir dentro de qualquer nação, o menor esboço de articulação de resistência antiimperialista. Isto explica por que uma potência como os EUA agem com tanta violência, a qualquer sinal de insubordinação em países insignificantes belicamente, economicamente e territorialmente como o Panamá, Nicarágua, El Salvador... A preocupação norte-americana aqui se resume na figura das “maças podres que contaminam todo o saco” usada por Noam Chomsky¹²⁰.

No fim dos anos 40 (século 20) os EUA tinham 6% da população mundial, mas utilizavam 50% dos recursos globais (5, p. 60). Não precisamos entrar na análise de tamanha desproporção para sabermos que alguém era penalizado com esta situação. Toda diretriz da política internacional norte-americana do pós-guerra estava voltada para a manutenção deste status. A grande preocupação com o controle daqueles pequenos países não está associada a alguma riqueza natural vital para a economia dos EUA mas à possibilidade de uma política independente de qualquer dessas pobres nações resultar em progressos sociais substantivos. Um pequeno país que se rebelde e consiga usar seus escassos recursos para seu próprio desenvolvimento, pode incentivar os povos de países mais relevantes a procurar o caminho antiimperialista. A generalização de movimentos antiimperialistas-nacionalistas entre os países “subdesenvolvidos” é o que os EUA temem, pois seria um desafio concreto à sua ordem. Então, em qualquer episódio que um país (ou seu povo) tenta libertar-se da dominação norte-americana, a reação é muito violenta, não apenas para debelar qualquer foco de resistência, mas para dar um exemplo a todos os dominados. Ou seja, os EUA usam sua força para espalhar o terror pelo mundo, mostrando em qualquer oportunidade, como na Guerra do Golfo, o que ocorre com os que ousam desobedecê-lo.

É óbvio que esta tática nem sempre é possível. A Guerra do Vietnã é o melhor exemplo histórico de como os custos de manter uma dominação podem se elevar a tal ponto, que inviabiliza sua manutenção. O ônus econômico, humano, social,

político passou a ser tão alto que não compensaria manter a agressão ao pobre país Oriental. Outros exemplos históricos onde o custo da manutenção da dominação se elevou a ponto de inviabilizá-la, foram os antigos impérios português e espanhol. Em boa medida, esses exemplos também premiam as organizações de resistências nacionais que no longo prazo acabaram superando a força dos colonizadores. Isto não é acidental, é claro que à medida que a resistência ganha corpo, o poderoso tem de despender cada vez mais recursos para combatê-la. A manutenção desta luta por grandes períodos de tempo pode ter um preço muito alto para o dominador, que muitas vezes não estará disposto a pagá-lo, pois isso poderia comprometer a saúde de todo o poder, o qual teria de empenhar forças que são necessárias para manter o poder em outro setor.

A história do movimento libanês Hezbollah prova como a manutenção de uma resistência organizada no longo prazo, pode derrotar o poder de uma grande instituição como o Estado israelense que no ano 2000 retirou-se do Líbano¹²¹. O IRA (Exército Republicano Irlandês) também mostra como são concretas as chances de uma resistência bem articulada no longo prazo. Não bastou ao IRA a independência da Irlanda do Sul do Estado britânico; o movimento se perpetua na resistência na Irlanda do Norte e conseguiu (em 1999) que o governo inglês cedesse em diversos pontos. O Exército Zapatista de Libertação Nacional, que teve seu berço no sul do México, foi uma organização nascida do movimento histórico de resistência do povo mexicano. Conforme nossa teoria, se esta organização conseguir se perpetuar por longo período, ela estabelecerá uma relação de poder sobre as oligarquias políticas locais ou, no mínimo, forçará o Estado mexicano à negociação mas isto, talvez, seja a coisa mais perigosa para a integridade do movimento.

Neste pequeno capítulo, mostramos como é possível reinterpretar qualquer passagem histórica através da análise das relações de força, poder e dominação que movem a humanidade. Esperamos que sejam historiadores que se dediquem a este tipo de reinterpretação, mesmo assumindo parâmetros analíticos do poder distintos dos determinados em nosso trabalho.

Capítulo 11

Poder e marxismo

O uso do pensamento de filósofos ou cientistas sociais para fins políticos¹²² invariavelmente resulta em deturpação ou, no mínimo, empobrecimento na divulgação e estudo da obra dos autores. O exemplo mais medonho talvez tenha ocorrido com Nietzsche, que por fraude de sua irmã Elizabeth, acabou sendo interpretado como um protonazista. O envolvimento de pensadores com a política costuma ser igualmente negativo, pois suas desastrosas atuações neste campo acabam comprometendo a imagem de suas obras. Martin Heidegger, por exemplo, ao dar “boas vindas” ao nazismo no seu discurso de posse como reitor da Universidade de Freiburg (12, p. VII), de certo, arranhou sua credibilidade como autor. O pensamento marxista também foi vítima da política, tanto na I Internacional com a atuação autoritária do próprio Marx, como na II Internacional na qual transformaram (através Kautsky e Plekhanov) o pensamento do autor em um evolucionismo social positivista, que a partir da análise econômica tentava sustentar a inevitabilidade da transição socialista.

No caso de Marx o prejuízo foi triplo: confundiu-se o conteúdo de suas obras científicas com sua postura política (e talvez pessoal), deturpou-se e esvaziou-se o conteúdo de sua obra. O que havia de mais rico para ser explorado em Marx, as conseqüências sociológicas e pessoais (psicológicas) do desenvolvimento do modo de produção capitalista, acabou sendo propositalmente deixado de lado. Afinal, o partido Social Democrata Alemão - que comandava a II Internacional - e o Partido Comunista da URSS - que tomou a III Internacional - não se interessariam em discutir questões como alienação e fetichismo. Esta discussão poderia ser especialmente espinhosa, pois sempre conduziria à conclusão de que no chamado “socialismo real” os trabalhadores continuavam tão alienados quanto no capitalismo.

Questões fundamentais levantadas pelo marxismo deixaram de ser consideradas propositalmente em prol dos interesses dos partidos que se reivindicavam

marxistas. Por exemplo, será que o operário da URSS tinha uma condição melhor de vida que o operário da Itália? - uma vez que a tecnologia utilizada na produção era similar. E a visão de mundo deste trabalhador soviético? Era mais ampla que a visão de seu irmão operário italiano? - uma vez que também não participava dos processos de deliberação de sua fábrica, assim como na Itália.

Se, tivesse havido o mínimo de preocupação em estudar as propostas sociológicas do marxismo, nunca se poderia adotar num país “socialista” a *simplificação das funções de um operário* em seu trabalho como forma de aumentar a produtividade. Para o marxismo, a visão de mundo do ser humano passa por suas atividades concretas (sendo o trabalho a mais relevante)¹²³, a simplificação de funções de um operário a meras operações mecânicas repetitivas, resultaria no estreitamento de sua visão de mundo. As conseqüências destas soluções, tipicamente capitalistas, adotadas nos países da “cortina de ferro” são: dependência para se organizar, necessidade da autoridade para comandar, sensação de desvalorização pessoal, percepção de ser dispensável e substituível como uma coisa. Estas soluções são alienantes, típicas do modelo de poder hierárquico¹²⁴, que em nada está preocupado com o bem-estar dos dominados.

Para a constituição de uma nova sociedade, temos de ter em sua base um novo homem. Como poderia nascer este novo homem, se os processos alienantes do capitalismo se instalaram nos países socialistas? Voltamos à questão já abordada no capítulo “Aspectos psicológicos relacionados”. A ideologia do poder não se apreende pelo conteúdo, mas pela forma, pela execução e suas conseqüências práticas. Portanto, se o trabalhador russo obedecia, trabalhava, era remunerado, comunicado, informado, participava e produzia da mesma forma que o trabalhador italiano, como eles poderiam ter mentalidades diferentes?

O *comunismo* seria a livre relação entre produtores autônomos, onde haveria uma base produtiva comunitária, visando atender às necessidades de toda sociedade. Se perpetuarmos a alienação, ou seja, a situação em que o trabalho e seu produto não pertencem ao trabalhador, o comunismo não se concretiza. O trabalho e seu produto devem ser do trabalhador e de seu coletivo, não devendo pertencer a terceiros. O trabalhador tem de decidir o que vai produzir, como vai produzir, com o que vai fazê-lo, em que cadência - isto só é possível com a autogestão. Deve possuir e reconhecer no produto (fruto de seu trabalho) a materialização de seu esforço, sendo algo que pertence a si e àqueles com quem trabalhou. O trabalhador deve criar uma nova cultura, pondo fim ao fetiche das mercadorias. Reconhecer que cada um dos produtos de uma sociedade é mera obra do esforço do conjunto dos trabalhadores. Perceber as coisas como seu trabalho e avaliar cada objeto (a ser trocado) pelo número de horas de trabalho que foram despendidas na sua confecção.

O fetichismo é uma percepção marxista com conseqüências psicológicas e sociais profundas. Ninguém melhor para explicar o entendimento de Marx de fetichismo, senão o próprio.

“O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio de duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalho, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho, por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhadores individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornaram mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos.

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. E o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. E inseparável da produção de mercadorias.¹²⁵

Para pôr fim ao fetichismo, faz-se mister que os produtos do trabalho humano não sejam mais encarados como mercadorias. Tarefa complicada em uma sociedade que encontramos a divisão social do trabalho. Contudo, não chega ser impossível. O planejamento, a produção e distribuição dos produtos podem ser feitos diretamente e previamente entre os interessados sem a necessidade de constituir um mercado. Ou seja, se planeja produzir X, porque a sociedade demanda X, e não porque se quer receber outra coisa em troca. Difícil? Sem dú-

vida, mas fundamental para a libertação humana do mundo das coisas e superar a mentalidade que só favorece a ordem do capital.

Afirmamos isso porque o fetichismo acaba reforçando a posição do capital na sociedade, através das conseqüências psicológicas que gera, servindo como um seu componente ideológico. Explicamos. O fetichismo significa não haver a relação direta entre os indivíduos em seus trabalhos e, mais que isso, significa que não percebemos a relação entre os trabalhos humanos realizados ao trocarmos as mercadorias. Isto destrói a possibilidade de relações comunitárias com base na solidariedade e que objetivam atingir o bem-estar humano. A produção deveria se constituir o alicerce das relações humanas. No entanto, esta relação que deveria ocorrer face a face, deixa de existir e em seu lugar, para sustentar as necessidades humanas, vemos a fantasmagórica relação entre as mercadorias. Vivemos num mundo onde as coisas parecem se relacionar entre si e dependemos desta relação mercadológica para conseguirmos os artigos necessários ao nosso sustento. Todas estas coisas, “com vida própria”, com valores e qualidades próprias, aparecem como resultado da organização produtiva capitalista. Ou seja, parece que dependemos da organização e da produção capitalista para sobreviver. Ir ao mercado parece ser uma coisa natural e inevitável.

O isolamento é a primeira conseqüência, uma vez que não necessitamos e não somos obrigados a nos relacionar com nossos semelhantes para sobreviver. Isolado, o homem médio tem cada vez mais dificuldade para reverter esse quadro. A segunda conseqüência é óbvia, como todas as coisas aparecem como resultado da organização da produção capitalista, onde o homem médio se vê alheio às decisões, cada vez mais este ser humano não conseguirá se imaginar organizando a produção - muito menos se sentirá apto a fazê-lo. Sem o capital, este homem não sabe mais como se organizar, relacionar socialmente, em suma, viver.

Acreditamos que alguns tenham tido dificuldade em entender o fetichismo. Agora entraremos na análise do processo de produção do capital proposto por Marx, e para isso, teremos de falar um pouco das mercadorias, o que deve ajudar a elucidar as dúvidas que por ventura tenham permanecido.

No Primeiro livro de O Capital¹²⁶, Marx se propõe a desvendar “o processo de produção de capital”¹²⁷ partindo da análise da mercadoria. Para o autor:

“O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que contém, mas essa quantidade é socialmente determinada”¹²⁸

Em outras palavras, o valor das mercadorias é expressão do número médio de horas de trabalho que uma sociedade necessita para sua produção. A

mercadoria corporifica, transforma em coisa, a quantidade de força social (o trabalho) despendida na sua produção. Portanto, quando Marx fala da circulação das mercadorias, ele acaba descrevendo o processo capitalista de circulação e distribuição da força social de uma localidade.

O passo seguinte de Marx é analisar o dinheiro, o qual não passa de uma mercadoria que assume o papel de parâmetro de valor para todas as outras mercadorias, facilitando as avaliações e a própria circulação. Sendo o dinheiro mais uma mercadoria, ou melhor, a expressão do valor das mercadorias, as quais não passam de um quantitativo de horas trabalhadas, logo de força social despendida, podemos concluir que o dinheiro nada mais é que a expressão de *um quantitativo de força social comandada* - horas do trabalho social. Portanto, a riqueza (ou dinheiro) significa horas de domínio sobre seres humanos (trabalhadores). Quando comandamos o trabalho de um profissional autônomo, como um pedreiro, ele está alienando horas de sua força de trabalho para ter em troca o dinheiro. O que significa isso? Ele está trocando o comando de sua força social - por determinado período - ao realizar o trabalho (ou seja, sua capacidade de realização), pelo dinheiro, que nada mais é que a expressão de outra força social comandada. Ou seja, ele troca o comando de uma força social por outro - troca de equivalentes¹²⁹. Na verdade, mais que trocar sua força social a realizar por outra já comandada (corporificada na mercadoria dinheiro), o pedreiro sabe que se as condições normais da sociedade forem mantidas, ele poderá comandar com o dinheiro outra força social. Por exemplo, ele poderá comandar os serviços de um mecânico.

Tendo explicado o que são as mercadorias e o dinheiro, Marx já tem base para expor a circulação das mercadorias. Na circulação das mercadorias, o autor mostra como se dá a dinâmica do capital: dinheiro é posto em circulação para adquirir mercadorias, para se transformar em mais dinheiro (D-M-D'). Esta dinâmica de auto-expansão mostra que o movimento do capital é de acúmulo sistemático de força social "comandável" através do dinheiro. Se compararmos isso com a nossa teoria do poder, podemos afirmar que o capital é uma expressão do poder, uma vez que acumula força social, domina e tem a mesma dinâmica. Como expusemos, a dinâmica do poder é F-D-F', onde F é força social que engendra um domínio D, que somado com a força original resultará em mais força social F'. Percebam que o movimento é o mesmo. Dinheiro é a expressão de força social. E a mercadoria é exatamente a expressão do domínio, uma vez que a mercadoria mais importante para o acúmulo do capital é a mão-de-obra alienada (ou dominada). O objetivo do capitalista será conseguir, ao final do processo, mais dinheiro do que havia posto em circulação originalmente, ou seja, obter mais força social que antes. Estas três etapas constituem o capital, assim como o po-

der.

Mas como se dá este auto-acúmulo do capital:

“... nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade peculiar, de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria especial: é a capacidade de trabalho ou força de trabalho.”¹³⁰

Daqui Marx deixa, por hora, a esfera da circulação focando a produção, para desvendar a mais-valia capitalista, através da qual o capital se acumula. Como vimos, para criar valor, o capital necessita de uma mercadoria especial, a força de trabalho. A mercadoria trabalho só pode ser especial para o movimento do capital, uma vez que ela corresponde ao domínio desta relação de poder. Se somente o trabalho é capaz de acrescentar valor nos produtos, somente o domínio é capaz de multiplicar o poder de um único homem. O domínio é um instrumento de ampliação da força social especial, pois por mais que você use outros instrumentos, um único homem terá um limite físico em seu manejo. Diferente dos outros instrumentos, o domínio pode multiplicar infinitamente a força social de um agente. Os outros instrumentos, digamos, potencializam a força social do agente, mais somente o domínio tem a capacidade de multiplicá-la. Outras mercadorias, que não são força de trabalho, encontram seus equivalentes em outros instrumentos para ampliação da força social que não são domínio. No capítulo sobre domínio falamos: quanto mais coisas forem criadas através da força social do dominado, e que serão apropriadas ao comando do dominador, mais fraco e pobre relativamente fica o dominado. Ou seja, mais “coisas” sob o comando do dominador e mais instrumentos para ampliação de sua força social. Se este acréscimo de força social (equivalente ao acréscimo de valor da mercadoria) vai se constituir em mais poder, isto é outro passo a ser percorrido. Este passo é equivalente à realização (venda) das mercadorias pelo capitalista. Somente quando completamos o ciclo D-M-D', podemos dizer que o capital se realizou, assim como seu poder.

Tendo isto, podemos dizer o que é a mais-valia. Do ponto de vista do valor (o capital), o capitalista paga (remunera) um valor de troca pela força de trabalho inferior ao seu valor de uso. Em horas de trabalho, o capitalista paga valores correspondentes a seis horas/dia de trabalho ao operário, mas o faz produzir durante 12 horas/dia. Assim, o capital vai acumulando valor. Como o valor corresponde a horas de trabalho (ou seja, força social), temos aqui a fórmula

através da qual a expressão de poder capital se acumula enquanto força social. Do ponto de vista do poder, a mais-valia é a apropriação de força de trabalho do trabalhador, corporificada na mercadoria, sem lhe dar em contrapartida o equivalente em trabalho comandável. Ou seja, o pedreiro aliena sua capacidade de realização para receber um equivalente comandado. O capitalista suga uma força social superior ao que entrega aos seus empregados, logo acumula força social. Então, o capital pode ser entendido como movimento de acúmulo constante de força social (capacidade de realização) extraída dos trabalhadores. Este acúmulo de força social, que se dá através do domínio sobre seus operários e propriedade das mercadorias produzidas por eles, dá ao capital possibilidade de aumentar seu poder sobre outras parcelas da sociedade.

A maioria das relações sociais no capitalismo é derivada do fluxo de riqueza (o qual é a representação do mando e ordem capitalista) gerado na produção. Ou seja, várias das relações de cada indivíduo têm sua origem nos fluxos de pagamentos capitalistas, sendo assim, tais relações acabam sendo mera extensão, reprodução, reforço e complemento das relações de produção (ou domínio) capitalista. Isso torna o capitalismo um sistema envolvente, eficiente e difícil de ser enfrentado, uma vez que ele obriga cada agente social a reproduzi-lo no ato do consumo - que é indispensável para a sobrevivência humana. Assim, temos de estar atentos para algumas confusões que a sutileza deste sistema gera. O dinheiro que o homem comum traz na carteira é o símbolo do domínio do capital sobre os trabalhadores e não o domínio do detentor do dinheiro sobre os trabalhadores. A relação de dominação não se dá do "consumidor comum" contra o trabalhador, mas do capital (ou do sistema capitalista) contra o trabalho.

Mas o sistema estende a possibilidade de comandar trabalho (ou seja, dominar) a qualquer um que tenha dinheiro. Por isso que se quer tanto o dinheiro. Quem o possui, tem a possibilidade de dispor de horas da vida alheia ao seu serviço - como se um escravo tivesse - além da propriedade e acúmulo de todas coisas produzidas durante aquelas horas alienadas. Isto aprofundará nossa visão sobre a reificação (ou coisificação) das relações sociais. Não são apenas as coisas que parecem estar se relacionando entre si de forma fantasmagórica, mas seres humanos que se relacionam entre si, como se coisas (mercadorias) fossem. As conseqüências psicológicas são o indivíduo enxergar a si e aos outros como coisas, desta forma, ele não terá qualquer pudor em fazer algo ofensivo ao seu semelhante. Usará ou eliminará o outro sem o menor peso na consciência, pois aquele que sofre a ação é apenas uma coisa.

Mas apesar das questões éticas que envolvem a alienação e o domínio, existe um argumento sedutor para se almejar riqueza dinheiro. Se quem aliena sua força de trabalho, perde seu tempo de vida, aquele que adquire uma força alie-

nada está ganhando este tempo. Ou seja, quem tem dinheiro, tem capacidade de realizar muito mais coisas em sua vida que aquele que não tem. Por exemplo, quem tem dinheiro pode estar construindo uma mansão à beira-mar e concomitantemente estar curtindo férias em Paris. Como? Simples, ele está construindo a mansão através da força social alienada de outras pessoas. Mas o questionamento surge. Não são os trabalhadores que estão realizando? A resposta é não. Quem está realizando é aquele que comanda, o fato desta realização ocorrer através da mão-de-obra alienada não muda o sujeito beneficiário da realização. Quem realiza tem de fazê-lo para si. Ou seja, se um pedreiro ao longo de sua vida construiu uma centena de casas para os outros, ele nada terá realizado. Mas, se através do dinheiro que conseguiu, ele comprou um carro, podemos considerar que esta foi sua realização.

Apesar de não ser a fórmula da juventude, o dinheiro possibilita realizações a um único homem, impossíveis de serem atingidas por seu próprio esforço, mesmo que vivesse séculos. Este é o grande segredo que está por trás do domínio em todos os tempos. O tempo de vida é um objeto irrecuperável, cada minuto que alocamos em algo, significa que deixamos de realizar outras coisas. Quando alguém usa o tempo de outro para suas realizações e objetivos, esta pessoa está consumindo a própria vida do alienado, somando este tempo à sua vida. Este é o perfil das sociedades com domínio (inclusive a capitalista), ou seja, o consumo da maioria das vidas humanas em benefício de umas poucas pessoas. Ou seja, esses sistemas transformam o grosso da população em mortos-vivos¹³¹ para dar uma “longa vida em realizações” para os dominadores.

Por tudo que vimos, podemos dizer que o poder do capital, através do qual estabelece sua ordem, está na possibilidade de comandar cada vez mais força social através do acúmulo de dinheiro. Ou seja, não estamos falando apenas na força social que já extrai naturalmente de seus operários (dominados), mas da possibilidade de poder comandar (dominar) mais força que aquela necessária ao seu processo produtivo - e cada vez em maior quantidade. Aqui devemos abrir um parêntese. Enganam-se os que não consideram a miséria humana útil. Não se trata apenas da discussão do exército de reserva industrial, que forçaria a remuneração do trabalho para baixo, ou seja, se consegue dominar mais oferecendo menos. Quando encontramos miséria, temos pessoas que se dispõem a realizar qualquer tarefa, mesmo que sórdida, ilegal, imoral, que nada têm a ver com o trabalho aplicado à produção. São pessoas que acabam dispondo de sua força social para matar, coagir, destruir, mentir, denegrir, mesmo que isso tenha conseqüências sobre si. A miséria é o caso mais profundo de dependência, e como vimos, a dominação está na razão direta do grau de dependência.

Capital é poder. É a forma mais importante da contemporaneidade que assu-

miu o movimento do poder - e sua dinâmica. Poderíamos dizer que, olhando a sociedade de todas os tempos, esta é a mais perfeita do ponto de vista do poder. O poder/capital ordena e pode comandar praticamente tudo. E mais, o poder é praticamente invisível na forma de capital - tomando-o menos vulnerável. Se existe desenvolvimento na história, poderíamos dizer que a sociedade capitalista é o pináculo do desenvolvimento das sociedades baseadas no domínio. -Aliás, podemos concluir que em qualquer sociedade que tenha em sua base o domínio - e o poder que resulta deste domínio - um dia desenvolverá alguma espécie de capitalismo. Por que afirmamos isso? Porque o capitalismo comanda os agentes, se apropria dos meios de produção - indispensáveis para a sobrevivência destes meios - e tem como finalidade o próprio acúmulo de sua força, aprofundando assim a dependência. O domínio nos conduz a tudo que o capitalismo realiza ou realizou. Ou seja, mantendo-se o domínio e seu poder, o ressurgimento do capitalismo ou de algo similar parece inevitável. Por isso, todos que almejam construir uma sociedade melhor que a capitalista, não podem se apoiar no domínio, ou seja, na força social alienada apropriada através do domínio, para gerar seu poder. Parece-nos evidente que somente a luta através de organizações autogestionárias poderá fazer uma revolução que institua uma sociedade com poder realmente popular.

Para finalizar este capítulo, não podemos deixar de mencionar um mecanismo tipicamente capitalista para a manutenção do *status quo*, a saber: a “*cota de sacrifício*”. São medidas paliativas, onde o capital concede alguns benefícios ao trabalho, exatamente para não sufocá-lo demasiadamente. Afrouxando o garrote às vezes, o capital garante a conformidade do trabalho e a manutenção da ordem que lhe privilegia. Tais medidas são: a caridade, a participação nos lucros, festinhas de fim de ano, algumas atitudes redistributivas (como a garantia de renda mínima). É claro que tais medidas desaceleram a acumulação do capital, mas elas garantem a perpetuação de sua ordem/domínio.

Os mais atentos perceberam não apenas a aplicação de nosso modelo de poder ao capitalismo, mas como ele engloba e amplia a aplicação da teoria marxista. A concepção de nossos estudos, principalmente no que tange à lógica e dinâmica do poder, nasceram, em boa medida, da inferência das percepções de Marx sobre o capital para o poder de forma geral. Marx, sem se dar conta, acabou sendo um dos importantes autores a serem observados para tratarmos de poder. É uma pena que os “marxistas” não se deram conta disso, pois eles teriam explorado o que há de melhor no autor. Temos ciência que estamos fazendo, de alguma forma, uso político do pensamento de Marx, contudo não estamos falsificando, reduzindo e muito menos atribuindo ao autor algo que não disse. Por isso, temos certeza de estar contribuindo para o engrandecimento do

legado marxista.

Parte 4

Luta pela libertação

Capítulo 12

Modelo de Resistência

Não haveria outra forma de começar a última parte de nosso trabalho (“Luta pela liberdade”) senão esboçarmos um modelo de resistência aos “grandes poderes instituídos”. A importância deste capítulo no trabalho é mostrar um pouco das fraquezas e problemas desses “grandes poderes”, abrindo uma perspectiva de resistência e luta para libertação de todos os oprimidos. Falaremos também dos que resistem, suas dificuldades e qualidades para resistir e reverter o quadro de poder.

Devido à lógica de auto-expansão do poder, o simples fato de um subjugado não se deixar dominar, já significa estar resistindo ao poder. Ao não aceitar a dominação, o subjugado está (mesmo que individualmente) impossibilitando o poder constituído de se expandir, pois este poder não estará somando a força social do subjugado ao seu comando. Por isso, a resistência mesmo quando passiva e isolada pode ser um incômodo para o poder. Por quê? Para o poder instituído, o tempo é um grande inimigo. Depois de se estabelecer a relação de poder, por todo o tempo este mesmo poder estará lutando para perpetuar seu *status* - contra qualquer resistência independente de onde surja - e a única forma de um agente preservar seu poder no longo prazo é continuar acumulando força social. Existem duas razões para isso: primeiro, porque o poder será mais difícil de ser derrubado, uma vez que conta com mais força social mobilizável; segundo, a expansão do poder evita que outras forças sociais se somem à resistência. Se o poder se estagnar em seu acúmulo de força social, ou seja, não se expandir, com o passar do tempo é grande a possibilidade da resistência estar se articulando, acumulando forças, que logo poderão desafiar o poder. Essa é uma lei: *se o poder não trata de tomar para si toda a força social possível, a resistência o fará.*

Além dos problemas externos, a não expansão do poder traz problemas internos. Para manter a disciplina interna e conseguir tirar o máximo da força social dominada, o poder precisa se expandir no coração de seus dominados. Se

isso não for feito, naturalmente surgirá a acomodação, a indisciplina, o desejo de liberdade. Isso significa que apesar do poder contar com o mesmo número de dominados, estará provavelmente contando com menos força social, uma vez que estes dominados não estarão aplicando toda a capacidade de realização que têm na execução de seus comandos e, assim, poderão estar sabotando ao não executarem o que foi comandado. Esta paralisação da expansão interna é perigosíssima, pois o custo para recuperar tal disciplina pode ser alto a ponto de desestabilizar o poder. À medida que o poder vai se mantendo estagnado, ele vai se desarticulando/esfacelando sem que o alto comando perceba. Essa decomposição interna se acelerará caso exista uma resistência externa (como deve ocorrer), uma vez que os dominados poderão ser contagiados pela contra-propaganda da resistência. Os dominados contagiados poderão seguir dois caminhos: serem encorajados a passar para a resistência (deixando ser dominado), ou se insurgir dentro da organização.

Não é à-toa que algo tão subjetivo como o tempo tenha grande importância na anatomia do poder. E por vivermos em um mundo estruturado pelas relações de dominação e poder, temos um tratamento neurótico com o tempo. Engana-se quem acha que temos uma relação neurótica com o tempo por razões humanitárias - por exemplo, os produtores de trigo não estão preocupados se um atraso na colheita causará fome, mas ficam loucos quando isto acontece por causa dos prejuízos que tal atraso pode acarretar. Só percebemos a neurose com o tempo nos assuntos concernentes ao poder - no exemplo dos produtores de trigo, falamos, do poder de uma fração do capital. O detentor de poder é um neurótico com o tempo, pois se sente continuamente ameaçado, seja pela resistência, seja por outros poderes; a todo o momento sente que pode cair ou ser engolido. Por isso, o poderoso sente que tem de crescer para se fortificar e consolidar sua posição e, se possível, debelar a resistência e engolir outros poderosos. Sem saber, o poderoso está seguindo a lógica do poder e, agindo desta forma, está afastando a possibilidade que a resistência tem para subverter a ordem: resistir de forma articulada por grande período. É isso mesmo, a resistência no logo prazo é a receita para derrubar um grande poder - pequena resistência em grande período pode resultar em vitória sobre um grande poder. Por quê? Como já colocamos, sempre terá o poder aquele que empenhar a maior força social, em determinado conflito, até aquele momento histórico. Logo, uma pequena força social que se mantém articulada por longo período, resulta em uma grande força se a observamos historicamente.

Não podemos esquecer que o poder é uma relação social que está localizada no espaço, tempo e na sociedade. Ou seja, uma determinada relação que se estabelece em determinado lugar, em determinada época e envolve determinado

grupo de agentes. A instituição que é poderosa hoje pode falir no longo prazo. A principal razão disto é a dificuldade natural que o poder encontra em se autoexpandir indefinidamente. Existirá um momento em que o modelo de dominação utilizado pelo poder chegará ao seu limite, perdendo sua eficiência no processo de acúmulo de força social. Isto irá tornando o poder ineficaz e haverá dois caminhos a serem seguidos: Primeiro, o poder se reorganiza e se adapta à nova realidade; segundo, este poder cairá, ou diante da força social que lhe resiste ou diante de outro poder - que o absorverá.

O conceito fundamental para esse modelo de resistência é o de espaço: Trabalharemos com três espaços. O Primeiro destes espaços é o “geofísico”, o qual pode ser medido pelo sistema métrico. No entanto, quando a este nos referimos, estamos incluindo toda a espécie de recursos naturais existentes como: água, terra, minerais, vegetais, vento - todo o *meio natural*. O segundo espaço é o local ocupado pelo agente na rede de relações sociais, ou em cada relação especificamente - *meio social*. O último espaço é a localização de determinada ação dos agentes no meio social (segundo espaço) interagindo sobre o meio natural (Primeiro espaço). Este terceiro espaço é consequência da existência dos outros dois espaços, sendo, portanto, subjetivo. Como as relações dos dois primeiros espaços são dinâmicas e impossíveis de serem paralisadas, o deslocamento neste terceiro espaço significa transformações compulsórias nos primeiros - este é o meio temporal.

Por estar vivo, o indivíduo já ocupa algum espaço e, conseqüentemente, tem uma localização nestes espaços.

As variáveis recursos naturais (1º espaço), recursos humanos (2º espaço) e tempo (3º espaço) são fundamentais para a produção (capacidade de realização) e são parcialmente substituíveis. Podemos realizar algo com menos recursos humanos e mais tempo, ou com mais recursos humanos e menos materiais, ou mais materiais e menos tempo. Em suma, temos uma infinidade de combinações possíveis destes espaços para obtermos quaisquer resultados.

Os conflitos surgem quando os agentes sentem a necessidade de aumentar o espaço por onde podem se deslocar para maximizarem as possibilidades de uso de suas potencialidades. Quanto mais espaço um ser humano tem à sua disposição, maiores são suas possibilidades de realização. E é a própria vida que traz consigo a vontade, os desejos, as necessidades e, conseqüentemente, os conflitos pelos recursos (espaços). O poder gera conflito, uma vez que tem necessidade de expandir constantemente seu espaço, isto vai espremendo os subjugados, que naturalmente resistirão ou serão aniquilados - ou absorvidos.

Tratemos dos conflitos, mas antes alguns alertas: A existência garante que todos ocupem algum lugar no espaço, mas estes não são iguais. Não existe

igualdade de condições quando se estabelece um conflito, muito menos devemos estar julgando se existe algum resultado que seja mais justo. Não existe nada que determine previamente a vitória de uma das partes. A vitória de uma das partes não significa fim do conflito. O conflito pode se perpetuar sem haver um vitorioso - ou seja, sem se estabelecer o poder.

O equacionamento do conflito - que se dá ao se estabelecer uma relação de poder - será o definidor do espaço dos agentes com relação ao meio social (2º espaço). Conforme nossa teoria, podemos caracterizar os agentes do conflito como forças sociais. O agente vitorioso será aquele que tiver mais força social para se impor e, por isso, o batizaremos de "agente forte". Chamamos de vitorioso aquele agente que consegue no embate (com outro agente) a maior parte ou a totalidade do objeto do conflito (ou espaço). Em outras palavras, o agente forte seria aquele que em determinada época (um ponto do 3º espaço) impõe sua vontade sobre os outros agentes (2º espaço) em determinado lugar (1º espaço). O que significa que o agente forte tem poder sobre o meio social - 2º espaço.

Comparativamente, o agente da força social derrotada deve ser considerado "débil". Não por ser fraco em si, mas por ter conseguido parte minoritária do objeto (espaço) pelo qual se embateu, após um pequeno deslocamento de espaço subjetivo (ou seja, após um tempo de conflito).

Os conflitos podem ser de vários tipos, mas, por ora, nos deteremos no mais simples. Este conflito é aquele que ocorre em um ponto do primeiro espaço, com grandes conseqüências no segundo e com pequeno deslocamento no terceiro. Este é o caso da Revolução Francesa, ou da Revolução de 1917 na Rússia. Conflitos estes onde o espaço geofísico era limitado, mas tiveram profundas repercussões na rede de relações sociais e ocorreram num pequeno período de tempo.

Nestes conflitos onde podemos encontrar um vitorioso, duas coisas podem ocorrer com o agente débil. Primeiro, ser eliminado. Segunda, permanecer como resistência. Caso venha se concretizar a primeira hipótese, o conflito deixa de existir por razões óbvias. Já se tratando da segunda hipótese, o agente débil permanece no embate, perpetuando sua condição de força. Apesar da derrota em um primeiro momento, o agente débil permanecerá se opondo à vontade da primeira força. O boicote, a resistência passiva, a sabotagem, a contra-propaganda, entre outras formas de luta, são estratégias que vão minando o agente forte.

Este processo de resistência caracteriza um segundo tipo de conflito, que atua principalmente através do espaço subjetivo (ou temporal). É óbvio que este conflito também engendrará uma nova cisão no segundo espaço (social).

Este segundo tipo de conflito mostra o seguinte: o agente débil que se perpetua como resistência após longo deslocamento no espaço temporal, em relação a

este novo espaço (temporal), pode estar se colocando como forte. E o agente que caracterizamos como forte no primeiro gênero de conflito, pode ter suas bases deterioradas com o deslocamento no terceiro espaço (temporal). Em suma, se em determinado momento histórico um agente social se apresenta como forte, e por isto detém poder, não significa que com o deslocamento no espaço temporal ele também possa ser entendido como forte. Portanto, não nos enganemos, quando caracterizamos uma força social como relativamente fraca, estamos julgando-a em determinado ponto do terceiro espaço. Se levarmos em conta um espaço temporal mais amplo, poderemos considerar que o agente forte é aquele que conseguiu se manter como força social ativa em vários pontos do terceiro espaço¹³².

Esta visão é interessante pois, historicamente, só se avalia quem tem força em determinado momento. Nunca se avalia quem tem força por um longo período. Resumindo, um agente não precisa ter mais canhões para se impor socialmente. Canhões podem garantir uma vitória fugaz. Mas se um agente resiste por longo tempo, poderá se mostrar tão forte ou mais forte que seu oponente neste terceiro espaço. Daí tiramos que um bom trabalho de resistência poderá encontrar êxito com o passar do tempo, pois por esta perspectiva as forças tendem a se equilibrar¹³³.

Até este ponto não observamos nenhuma dominação, apesar das relações de poder. A dominação geralmente surge quando o agente forte consegue uma coação tão contundente, que seus opositores acabam sendo obrigados a servi-lo em troca de uma miserável compensação. A dominação desvia o agente débil de seu objetivo inicial desarticulando sua resistência. De forma geral, a dominação inviabiliza a atuação do agente débil no espaço subjetivo. Mais grave, nestes casos onde o agente "derrotado" acaba se submetendo à dominação, é porque dificilmente sobreviveria para atuar no terceiro espaço (temporal).

A ideologia tem papel importante para persuadir os subjugados à dominação e, assim, desarticular a resistência. É do senso comum expressões como: "sejamos práticos", "pragmatismo", "vamos melhorando aos poucos", "mais vale um pássaro na mão que dois voando", "o amor à vida acima de tudo"¹³⁴. Isto tudo é acompanhado de uma propaganda de valorização daquilo que se dá em troca da não resistência e pela dominação - como a paz, por exemplo. Estas propostas são típicas da ideologia dominante, ou seja, o agente débil ganha a sobrevivência em troca de sua escravidão. É claro que o agente débil sempre tem a opção de não colaborar e encarar a força repressiva do poder.

A dominação é a perda por parte do agente débil de sua capacidade de atuação no espaço subjetivo. Esta perda se dá através da lei, amor, orgulho, ética, medo, entre outras coisas. Mas o dominado tem uma compensação como a

sobrevida ou um salário. Com esta compensação, um agente outrora autônomo passa ser alienado de seus objetivos, de sua força e de seu tempo de vida. Desta forma, o agente débil deixa de desempenhar seu papel de resistência e a dominação se caracteriza de forma completa, ou seja, quando este perde o mando sobre sua capacidade de realização no espaço subjetivo (tempo). Em outras palavras, o agente subjugado começa a realizar tarefas para seu subjugador, muitas vezes contra seus próprios interesses. Reforçando, desta maneira, a posição de seu dominador e tornando mais distante a realização de seus sonhos.

É neste instante que o agente dominado perde a noção de seu papel na sociedade e de seus objetivos - efeito típico da alienação. Nasce uma inversão dos valores que reafirmam a ideologia dominante, onde o dominado se vê como dependente de seu subjugador. E pior, não se enxerga vivo sem as condições através das quais é dominado - como o operário que dá graças por estar empregado. Isto é tão grave que o dominado deixa de perceber sua própria sujeição, muito menos vê algum conflito, ou tem forças para reagir - uma vez que esta já foi esgotada a serviço do dominador.

A contrapartida é o poderoso ter multiplicado sua capacidade de realização, pois comanda a capacidade de realização alheia, se tomando o dominador.

Nunca podemos esquecer que para haver a dominação, deve existir a aceitação, por parte do agente débil, da compensação oferecida diante da transitória derrota e da ameaça de repressão. Caso não haja tal aceite, não será caracterizada a dominação, mas somente o poder, e o agente débil se perpetuaria no embate até ser eliminado fisicamente.

A estratégia mais usada pelos agentes débeis é simular que aceitam a compensação para continuar no embate. Isto é muito perigoso, contudo, não só é possível, como algumas vezes é a única forma de resistir. Em contrapartida, os poderosos criam todo tipo de salvaguardas para evitar esses "meio-dominados", entre elas: a vigilância, a observação, a classificação, separação, o condicionamento e o controle sistemático dos corpos, tempos e movimentos. Além disto, o clima de terror é sempre muito propício à manutenção da dominação. Em suma, os poderosos estão a todo o momento tentando desarticular qualquer possibilidade de atuação dos subjugados no espaço subjetivo. E o fazem, pois sempre sentem insegurança e incerteza, o perigo está no ar.

Todos os dias os agentes sociais dominados podem exercer pequenos atos de sabotagem ao poder que eles mesmos compõem. Não esqueçamos, o dominado é um subjugado. A sabotagem, a quebra de hierarquia, a contra-propaganda, entre outros, se constituem em atos de resistência destes "meio-dominados" que, apesar de estarem alienados de sua força, continuam resistindo à tomada de seus corações pelo poder.

Muitos trabalhadores conseguem ter atitudes de resistência relevantes contra o capital, fora de seus ambientes de trabalho, por exemplo, articulado uma greve. Este indivíduo se encontra em uma condição interessante, ele é dominado (colabora) pelo poder do capital durante seu expediente e resiste a expansão desta dominação no restante do tempo. Este homem não interessa ao poder. Logo, ele será “queimado”. Não apenas será afastado formalmente do quadro de dominados (empregados) de onde trabalhava, como dificilmente arrumará outro lugar que possa alienar (submeter-se ao domínio) sua força de trabalho (força social). Desta forma, nosso querido “resistente nas horas vagas” terá sua subsistência e de sua família ameaçada. O poder trata de forma implacável àqueles que ousam resistir, principalmente, se forem dominados (que se deixaram dominar para subsistir) que se rebelaram.

Além do medo que impõe (como do desemprego), o poder tem outro efeito interessante. A partir do momento em que domina um agente, o poder quer maximizar a apropriação da força social (no caso do capital voltado para a produção) deste subjugado - pois isto o torna mais forte. Com isto, o poder acaba sugando ao máximo todas as energias do agente dominado. Sugando todas as energias dos agentes, o poder acaba se beneficiando ao não deixar forças para o agente articular alguma resistência. Em suma, estar dominado prostra. Logo, ao condenar aqueles que não têm qualquer atitude de resistência, podemos estar exigindo de um agente uma força vital que já foi sugada. Os malefícios do domínio não terminam aí. Estar sugado em suas energias vitais significa que o agente também tem prejuízos em sua vida sexual e tem pouco prazer em qualquer lazer. O agente passa a usar seu tempo disponível para repor as energias que serão novamente sugadas pelo poder. Pior ainda são os malefícios à personalidade do agente. O agente dominado não gosta de estar nesta condição, mas não tem como se libertar. Por isso, vive eternamente dividido em sua alma. Por um lado tem de ficar sujeito à disciplina do poder, e por outro odeia aquilo. O agente dominado, muitas vezes acaba se tomando um mentiroso, conformado, dissimulado e infeliz em troca apenas de sua sobrevivência.

Uma ação contra o mecanismo global de dominação seria a adesão à “não obediência” por *grande* parte dos dominados. A “não obediência” de poucos inviabiliza a ação, pois a ação deste pequeno grupo de resistentes seria sufocada pelos aparatos de repressão e pela própria conformidade que cerca os resistentes, tendo conseqüências graves para a manutenção da sobrevivência destes. A adesão de grande quantidade de dominados à “não obediência” necessita de uma coordenação difícil de se constituir - pois se teria de coordenar muitos. Tudo que possa vir a constituir esta coordenação é abatido no nascedouro violentamente. Não apenas através da violência, mas também através da propaganda, da calú-

nia, da intimidação e do terror. Logo, as teorias de resistência passiva são difíceis de se concretizarem, assim como as idéias de adesão à resistência voluntárias e individuais - como de Etienne De La Boétie são impossíveis.

“Como o fogo de uma pequena chama torna-se grande e sempre cresce, e quanto mais lenha encontra mais está disposto a queimar; e sem que se jogue água para apagá-lo, é só não pôr mais lenha que ele, não tendo mais o que consumir, consome-se a si mesmo e vem sem força alguma, e não mais fogo - assim também, por certo, os tiranos quanto mais pilham mais exigem, quanto mais arruinam e destroem, mais se lhes dá, quanto mais são servidos, mais se fortalecem, e se tomam cada vez mais fortes e dispostos a tudo aniquilar e destruir, e se nada se lhes dá, se não se lhes obedece, sem lutar, sem golpear, ficam nus e desfeitos, e não são mais nada, como o galho se torna seco e morto quando a raiz não tem mais humor ou alimento.”¹³⁵

A outra forma de ação contra os mecanismos de dominação é acumular força social suficiente para sobrepujar a força dos aparelhos oficiais de repressão. Porém, a organização e articulação de uma resistência forte é demorada e espalhafatosa, portanto, fácil de identificar. Assim, o poder terá tempo para agir antes que a articulação passe ser ameaçadora. Apenas se o detentor do poder for muito descuidado e desatento ao crescimento de sua oposição, ou se houver colaboração dos “meio dominados” que compõem o poder, haverá a possibilidade deste acúmulo de força por parte da resistência. Por este motivo, são raros os instantes na história que tivemos uma resistência ativa articulada armada, que realmente ameaçasse quebrar o domínio e os poderes existentes. A questão fundamental parece ser esta, além do instrumento ideológico eficiente que o sistema detém, os resistentes não parecem ter muito como lutar (e se organizar) contra os poderes constituídos.

Para o poder é importante debelar as tentativas de articulação em seu nascedouro, pois é melhor encarar seus inimigos um a um - separados e desarticulados. Desta forma, o poder teria toda sua organização contra apenas um agente e evitaria a associação - que é um importante instrumento de ampliação de força social. Por isso, o poder investe pesado em mecanismos de controle e informação. A articulação da resistência deve ser evitada de qualquer jeito, até porque, o custo de se manter uma vigília sobre as tentativas de articulação dos opositores é muito menor que ter de entrar em embate com uma força social já estruturada e fortalecida. O poder talvez não crie o individualismo, a falta de comunicação, a segregação, os preconceitos, as “tribos”, a falta de solidariedade, a competição,

a desconfiança generalizada, o isolamento e até a individualização, mas com certeza faz uso de todos estes fatores. Além disso, o poder tenta punir, de forma exemplar, um a um os resistentes que tentam se articular, a fim de inibir novas iniciativas dos subjugados.

Por todos estes fatores, nosso modelo de resistência aponta para o caminho de manter uma organização bem estruturada, composta por militantes dedicados e conscientes, articulada com setores simpatizantes dentro do poder. Esta organização, mesmo que pequena, se conseguir se perpetuar por longo período e souber ir se fortalecendo e minando as bases do poder, terá chances de assumir o “status de poderosa” ou mesmo promover uma revolução, caso saiba o momento certo de radicalizar suas ações.

Capítulo 13

O anarquismo e sua luta

“O socialismo não é mais que um meio de agitação do individualismo: entende que, para conseguir alguma coisa, é preciso organizar uma ação comum, uma ‘potência’¹³⁶. Ele quer atingir, não a sociedade como finalidade do indivíduo, mas a sociedade como meio para tomar possíveis muitos indivíduos. Este é o instinto dos socialistas, a respeito do qual eles freqüentemente se enganam (sem esquecer que para conseguir seus fins é preciso muitas vezes enganar os outros).

O anarquismo, por seu turno, é apenas um meio de agitação do socialismo; com seus processos desperta o temor, com o temor inicia a fascinar e a aterrorizar: de antemão atrai para o seu lado homens corajosos e audaciosos, até no domínio espiritual.”¹³⁷

Trilhamos um longo caminho até chegar a este capítulo. Na apresentação de nosso trabalho deixamos claro que tínhamos um público-alvo, os militantes do movimento anarquista. Logo, o planejamento inicial deste capítulo era de fazê-lo mais sucinto e objetivo. Mas por obra do acaso, este texto pode ser lido por curiosos que nada sabem sobre anarquismo. Se déssemos o tratamento a princípio planejado, este leitor curioso nada entenderia e, pior, acabaria reforçando uma visão equivocada do anarquismo¹³⁸, o que seria lamentável. Por isso, acabamos optando por fazer uma breve introdução do que é o anarquismo, para então entrarmos na discussão e revisão dos princípios e objetivos do movimento sob a luz do que desenvolvemos neste trabalho.

Os detentores do poder e seus intelectuais

“têm procurado associar a palavra anarquia ao caos e à desordem. Mas a noção de bagunça total e generalizada está muito longe do seu sentido original. A palavra ‘anarquia’ tem sua origem no grego

'anarckos' ('an' = não + 'arckos' = poder). Ou seja, anarquia significa sem poder, sem governo, sem autoridade e sem hierarquias. Negando o princípio da autoridade-poder, os anarquistas lutam por uma futura organização de sociedades livres (autogestionárias), baseadas na solidariedade, na igualdade, na socialização política e na harmonia com o meio ambiente. Sociedades fundamentadas no socialismo - socialização dos meios materiais e intelectuais das decisões políticas. Isto implica a transformação da propriedade privada em propriedade comum, não havendo lugar para a exploração de nenhum ser humano, ao mesmo tempo produzindo novas formas de organização sócio-políticas e uma mudança nos valores, na ética e comportamento"¹³⁹

No que pesem todas as especulações sobre a origem do anarquismo, como, por exemplo, considerar a "Escola Filosófica Cínica" como sua precursora, o anarquismo como movimento sócio-político surgiu apenas no século 19. O capitalismo criou uma nova classe, a classe operária e, com ela, a insatisfação com as precárias condições de vida, a exploração e os sonhos de emancipação. É neste caldo cultural que surgem, dentro da "Primeira Internacional Socialista" (AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores), idéias que convergiriam naquilo que foi caracterizado posteriormente como anarquismo. Nas discussões da Primeira Internacional havia a divergência quanto à tática a ser adota da pela associação. Aqueles que seguiam Marx e Engels, principalmente trabalhadores do norte europeu e Inglaterra, achavam que o Estado deveria ser tomado e usado como instrumento pós-revolucionário até atingir o comunismo. Já os trabalhadores principalmente da Europa meridional, junto a Bakunin, acreditavam que a verdadeira revolução teria que aniquilar o Estado também, uma vez que os trabalhadores acabariam sendo escravizados por esta instituição; esta corrente viria ser identificada como anarquista.

A diferença dos anarquistas com relação aos marxistas, é que os últimos não têm qualquer compreensão da lógica do poder. Ou seja, eles acham que o poder é um instrumento neutro, que dependendo de quem o detenha, ele poderá ser bom ou ruim. Como já vimos, o poder tem uma lógica independente da vontade de seu comandante. Quem detém poder, tem de se submeter à sua lógica se quiser que sua força se perpetue como poder. Desta forma, os marxistas acham que acabando com o poder do capital e tomando o aparelho de Estado poderão construir sua Utopia. Talvez acreditem nisto com boa intenção, mas não deixa de ser ingênuo.

A história mostrou que os anarquistas tinham razão; no entanto, o movi-

mento ficou marcado como um “bando de loucos” que eram simplesmente contra o Estado. Não é nada disso. Assim como os marxistas, os anarquistas almejam o comunismo, mas já tinham clareza que as propostas marxistas reconduziriam a classe trabalhadora à escravidão, como ocorreu nos países do leste europeu. A caracterização do anarquismo apenas como um movimento que luta contra a existência do Estado, acabou por gerar todo tipo de absurdo. Liberais contrários à interferência do Estado na economia acabaram se dizendo simpatizantes do anarquismo. Estes pulhas se esquecem de mencionar que o anarquismo pressupõe também o fim do capitalismo. Outros são os partidários da social democracia, que são simpáticos às idéias libertárias e respeitam nossa história, mas não acham que ela seja exequível e, por isto, se reivindicam “meio anarquistas”. Estes, coitados, não entenderam nada. Como pode um simpatizante do anarquismo se filiar a um partido político que vai lutar pelo controle do Estado? Mas o pior não é o efeito no exterior do movimento. Os próprios anarquistas acabaram se confundindo e limitando seu discurso à oposição ao Estado, se esquecendo da luta maior contra o capitalismo. - luta que ficou sendo praticamente monopolizada pelos marxistas.

Começamos nossa revisão exatamente pela questão do Estado. O Estado é apenas mais uma estrutura de dominação e de poder do capitalismo. A simples derrubada do Estado terá como conseqüência a criação de exércitos privados sob o comando de um homem (como no tráfico de drogas no Brasil) que garantiriam a propriedade privada em uma área e, conseqüentemente, a manutenção do *status quo*. Isto sem a fachada democrática e constitucional. Ou seja, chegamos a um momento histórico em que o poder capitalista pode prescindir do Estado, assim como o capital não necessita mais da personificação do capitalista. Em suma, já estamos no caos, pois nossa realidade (com o Estado) não é muito diferente de uma provável situação em que um homem mande com mão-de-ferro em toda uma área.

Do ponto de vista de um anarquista, a revolução não pode se limitar à derubada do Estado, tampouco à mera tomada dos meios de produção. Estas medidas se constituem parte do processo revolucionário. Então, o que vem a ser revolução? Dissemos no capítulo “Domínio” que revolução é a virada do poder pelos ex-dominados. E é isto mesmo, só existe uma revolução quando mudamos a estrutura de domínio da sociedade, alterando a relação de poder que estabelece a ordem. Ou seja, não existe revolução sem a participação de dominados. Muito bem, mas uma revolução pode tirar um grupo da dominação e colocar outro em seu lugar. Contudo, o anarquista não luta por qualquer revolução. O anarquista luta contra a ordem imposta pelas instituições que dominam e, conseqüentemente, alienam. Ou seja, para o anarquista, a sociedade pós-revolucionária não

deve admitir que nenhuma organização tenha poder graças à força social obtida através da alienação de qualquer agente. *A sociedade revolucionária admitirá o poder; mas não tolerará de forma alguma o domínio.* O único poder legítimo é o constituído pela soma da força social de agentes autônomos, que livremente escolheram integrar uma organização para construir um projeto. Assim deverá se constituir o poder revolucionário. Em suma, a verdadeira revolução social deve pôr fim nas relações de domínio.

Neste caso, a sonhada sociedade anarquista teria conflitos, luta por poder, opressão, insatisfação de alguns, porém ninguém seria usado para construir aquilo que não defenda voluntariamente, uma vez que todas as organizações seriam autogestionadas. A autogestão tem de ser percebida como o meio de organização social tipicamente anarquista, pois através dela podemos ter a relação de poder sem domínio.

A principal mensagem deste trabalho aos anarquistas é a revisão de nossos objetivos. O poder não é algo necessariamente antipopular - apesar de ser sempre opressivo. O poder popular legítimo deve existir para oprimir os planos de tirania, que sempre surgem nas cabeças de alguns agentes. A submissão ao poder é uma relação social natural e que pode ser saudável - apesar de não ser desejável. Logo, não somos contra o poder (que pode ser popular) e a opressão (que pode ser contra um tirano) em si. Nossa grande luta é para acabar com as relações de domínio. Isto engloba a derrubada do Estado e a tomada dos meios de produção, além de mostrar que outras instituições também precisam ser revolucionadas como os sindicatos hierarquizados, diretórios centrais de estudantes autoritários etc. Esta posição firme contra a dominação se deve à condição desumana que ela impõe aos agentes. O dominado perde a capacidade de se definir como força oponente, como sabotador, como dono de interesses contrários, em suma, é a perda da capacidade de se colocar como resistência. E isto significa a anulação do dominado como agente nas relações sociais. Não se colocando socialmente, castra sua vontade, perde a iniciativa e a criatividade. Em suma, ele não existe como agente. Ou seja, ele se torna não-força social para si, para que esta mesma força seja usada por outrem. O domínio é um processo de consumo de vidas sem haver homicídio¹⁴⁰.

Sabemos da polêmica que estamos começando, principalmente porque afirmamos que os sonhos cândidos dos anarquistas em construir uma sociedade sem relações de poder e com liberdade total são inexequíveis. Teoricamente é possível haver uma sociedade sem domínio e poder, logo sem opressão e com liberdade social total. Mas na prática, isto seria impossível, pois estaríamos almejando uma sociedade em que todos concordassem em tudo. Onde não haveria divergências de idéias e de prioridades. Talvez isso seja exequível em um

pequeno vilarejo, sob a batuta de um líder messiânico, mas nunca em uma sociedade maior. O poder tem de existir, porém, de forma pulverizada e sem o domínio. Queremos dizer que cada indivíduo deve carregar apenas sua força social e o poder deve surgir naturalmente quando um grupo maior de pessoas impuzer algo a outro.

Quanto à idéia de liberdade social total para todos, não serve sequer para propaganda política. O homem médio não é tolo e percebe que isto é impossível, além de associar esta proposta com bagunça. Liberdade total para todos nunca existirá, mesmo em uma sociedade autogestionária, pois todos deverão estar submetidos ao poder das instituições autogestionadas. Logo, existirá uma ordem social sim, mas estabelecida por instituições que não têm sua força social constituída por dominados/alienados.

A liberdade que devemos pregar é a liberdade relativa ao domínio, à alienação e ao comando. Além das liberdades relativas ao bem-estar social, que necessariamente deverão existir para que todos os agentes sociais tenham autonomia para agir. Ou seja, os seres humanos deverão estar livres da fome, da miséria, da falta de assistência médica, da falta de saneamento, do racismo, da discriminação de gênero e credo... Em suma, estamos tentando redefinir nossos horizontes, acertando as lentes para que fique claro aquilo que estava embaçado. Contudo, continuamos na senda para uma sociedade preocupada em promover o "bem-estar" do ser humano, e não o acúmulo do capital ou o domínio totalitário do Estado. Aproveitamos, desta forma, aquilo que os marxistas deixaram de lado nas idéias de Marx. Em uma nova sociedade não pode haver alienação, senão não teremos nenhuma melhora na condição humana, não havendo, assim, qualquer desenvolvimento social.

Aproveitemos para rever algumas das visões equivocadas de todos os movimentos revolucionários - entre os quais os anarquistas estão incluídos.

Aristóteles em *A Política* dispara:

"Um segundo motivo de perturbação ocorre quando alguns estão na extrema indigência e outros na opulência..."¹⁴¹

Aristóteles tem uma visão formal do mundo, não percebe as coisas da perspectiva do poder. Do ponto de vista formal, realmente a miséria pode causar perturbações, contudo elas são instrumentalizadas pelo poder. O triste desta história, no entanto, são os movimentos revolucionários caírem no discurso da formalidade institucional e acharem que tais perturbações possam ser revolucionárias. Aquele que sempre esteve na miséria não se revolta, na verdade, a miséria prostra. E a reação do miserável, se houver, é no máximo redistribuidora

de renda. As reações redistributivas são furto, assalto, prostituição, matadores de aluguel etc... - que do ponto de vista formal podem ser interpretadas como perturbações da ordem. Mas precisamos analisar a questão do prisma do poder. A miséria resulta em um perfeito estado de dependência, o miserável é muito mais fácil de ser dominado, logo, a manutenção da miséria é interessante ao poder. Ou seja, o poder se aproveita da condição miserável de alguns agentes para conseguir comandar a execução dos serviços mais sórdidos como dos matadores e das prostitutas. Além disso, as reações “perturbadoras” da ordem, como os assaltos, justificam a existência de um aparelho de repressão. Na verdade, em nenhum momento estas reações dos miseráveis põem em risco a estrutura do sistema, muito pelo contrário, são instrumentalizadas por este.

Daqui podemos complementar com Maquiavel:

“O apoio do povo é indispensável. E um dos mais poderosos remédios que um príncipe tem contra os conspiradores é não ser odiado pelo povo, pois sempre quem conjura acredita que o aniquilamento do príncipe satisfaz ao povo.”¹⁴²

É comum o revolucionário achar que todo aquele que não ocupe as posições mais altas da pirâmide social está descontente com seus governantes e, conseqüentemente, com a ordem vigente. Pior ainda é acreditar que este desprestigiado irá apoiar uma ação revolucionária apenas por ser pobre. Nada mais equivocado. A miséria por levar à completa dependência, cria a condição ideal para a completa alienação e dominação. Assim, o miserável poderá ter verdadeira adoração pelo governante que cria um refeitório público que distribui “sopa aos necessitados”¹⁴³. Ou seja, se compra a admiração de um miserável com quase nada. Além disso, os aspectos psicológicos que conduzem um indivíduo a apoiar um príncipe são dissociados de sua condição material.

Outra mania ridícula dos movimentos revolucionários são as personificações falidas. Enquanto elas são utilizadas apenas como propaganda primária e panfletária, tudo bem. Mas o pior é quando o movimento começa a acreditar nestas personificações. O poder no mundo contemporâneo não necessita mais das figuras do capitalista, do estadista, do líder etc... A substituição de nomes não alterará em nada as instituições que eles representam. Mesmo assim, vemos demonstrações sinceras de ódio pessoal, como as dirigidas a alguns empresários ou políticos. Apenas matá-los, por exemplo, pode render alguns dividendos políticos, nada mais que isso. A única forma disso ter alguma eficiência desestabilizadora, é o homicídio sistemático de todos os que assumirem a liderança de uma instituição, mas a realização desta tarefa é um verdadeiro trabalho de

Hércules. Mesmo assim, a ação não recairia sobre um homem, mas sobre todos que ocupassem determinada posição na instituição.

Como começamos com Nietzsche este capítulo, vamos encerrá-lo com ele.

“Querem a liberdade quando ainda não têm a potência. Logo que principiam a tê-la querem a preponderância. Se não têm êxito (se são fracos demais para isso), pedem justiça, quer dizer, direitos iguais.”¹⁴⁴

É uma tolice achar que alguém vai ceder algo se não for obrigado a isto. A choradeira por justiça e direitos iguais é poética, mas não passa de discurso de quem está fraco. Nada disso tem efeito se não houver uma força social para impor. E quem tem força social para se impor não vai querer direitos iguais para todos, pois irá querer impor suas vontades. Portanto, a revolução não ocorrerá quando a consciência dos poderosos pesar. Muito menos através do espontaneísmo das massas. Somente a organização e o acúmulo de força social será capaz de suplantiar no longo prazo o poder constituído. Quanto aos direitos iguais, em alguma medida, também não somos seus partidários, pois achamos que todos os trabalhadores têm os mesmos direitos, mas seus exploradores só têm o direito a um buraco com sete palmos de terra em cima.

Estamos encerrando este trabalho, agradecendo a todos que alocaram tempo em sua leitura. Aos companheiros do movimento anarquista, esperamos ter contribuído para nossas discussões. Aos que estudam as relações de poder, torcemos para que a leitura tenha enriquecido suas reflexões. Por fim, àqueles que por outra motivação qualquer tenham nos acompanhado, esperamos ao menos ter instigado interesse sobre o tema e o anarquismo, com esperanças de ter ganhado mais um simpatizante à causa ácrata. Mais um simpatizante é mais um a ser influenciado por nossa mensagem, é mais uma porta que se abre ao movimento.

Anexos

Aspectos psicológicos relacionados

Wilhelm Reich - Função do Orgasmo - pg. 200 a 213 - O Irracionalismo Fascista (resumo).

A era autoritária e patriarcal da história humana tentou manter sob controle os impulsos anti-sociais por meio de proibições morais compulsivas. E dessa maneira que o homem civilizado, se na verdade pode ser chamado civilizado, desenvolveu uma estrutura psíquica que consiste em três estratos. Na superfície, usa a máscara artificial do autocontrole, da insincera polidez compulsiva e da pseudo-socialidade. Essa máscara esconde o segundo estrato, o "inconsciente" freudiano, no qual sadismo, avareza, sensualidade, inveja, perversões de toda sorte etc... são mantidos sob controle, não sendo entretanto provados da mais leve quantidade de energia. Este segundo estrato é o produto artificial de uma cultura negadora do sexo e, em geral, é sentido conscientemente como um enorme vazio interior e como desolação. Por baixo disso, na profundidade, existem e agem socialmente e a sexualidade naturais, a alegria espontânea no trabalho e a capacidade para o amor. Este terceiro e mais profundo estrato, que representa o cerne biológico da estrutura humana, é inconsciente e temido. Está em desacordo com todos os aspectos da educação e do controle autoritários. Ao mesmo tempo, é a única esperança real que o homem tem de dominar um dia a miséria social.

(...) Se o homem é um ser anti-social ou uma massa de protoplasma reagindo de um modo peculiar e irracional depende de que as suas necessidades biológicas básicas estejam em harmonia ou desacordo com as instituições que ele criou para si. Em vista disso, é impossível libertar o trabalhador da responsabilidade que carrega para a regulação, ou falta de regulação, da energia biológica, isto é, para a economia social e individual da sua energia biológica. Uma das suas características mais essenciais veio a ser essa de sentir-se felicíssimo em atirar a sua responsabilidade si mesmo para cima de *algum führer* ou político -, pois não se compreende mais e, na verdade, teme a si mesmo e às suas instituições. Está desamparado, é incapaz para a liberdade e suspira pela autoridade porque não pode reagir espontaneamente; está encouraçado e quer que se lhe diga o que deve fazer, pois é cheio de contradições e não pode confiar em si mesmo.

(...) Após a Primeira guerra mundial que destruiu muitas instituições autoritárias compulsivas, as democracias europeias queriam "conduzir o povo à liberdade". Mas esse mundo europeu lutando pela liberdade cometeu um grandíssimo erro de cálculo. Não conseguiu ver o que milhares de anos de supressão das energias vitais no homem haviam produzido por baixo da superfície. Não conseguiu ver o defeito universal da neurose de caráter. A séria catástrofe da chaga psíquica, isto é, a catástrofe da estrutura irracional do caráter humano,

varreu vastas partes do mundo sob a forma da vitória das ditaduras. O que o verniz superficial da boa educação e um auto controle artificial haviam refreado durante tanto tempo irrompia agora em ação, completado pelas próprias multidões em luta pela liberdade: nos campos de concentração, na perseguição aos judeus, na aniquilação de toda a decência humana, na destruição sadística e divertida de cidades inteiras por aqueles que só são capazes de sentir vida quando marcham o seu passo de ganso, como em Guernica, em 1936; na monstruosa traição às massas por governos autoritários, que alegam representar o interesse do povo; na subversão de dezenas de milhares de jovens que ingênua e desamparadamente, acreditavam estar servindo a uma idéia; na destruição de bilhões de dólares de trabalho humano: simples fração do que seria suficiente para eliminar a pobreza do mundo inteiro. (...).

(...) No fascismo, tomou-se patente a doença psíquica das massas.(...).

Os oponentes do fascismo - democratas liberais, socialistas, comunistas, economistas marxistas e não marxistas etc... - procuravam a solução do problema na personalidade de Hitler ou nos erros políticos formais dos vários partidos democráticos da Alemanha. Qualquer das soluções significava reduzir o transbordar do flagelo à miopia individual ou a brutalidade de um só homem. Na realidade, Hitler era meramente a expressão da contradição trágica entre o anseio da liberdade e o medo real à liberdade.

O fascismo alemão deixou bem claro que não operava com o pensamento e a sabedoria do povo, mas com suas reações emocionais infantis. Nem o seu programa político nem qualquer das suas muitas e confusas promessas econômicas levou o fascismo ao poder e o garantiu aí no período seguinte: mas sim, em grande parte, foi o apelo a um sentimento mítico e obscuro, a um desejo vago e nebuloso mas extraordinário e poderoso. Aqueles que não entenderam isso não entenderam o fascismo que é um fenômeno internacional.

O *irracionalismo* nas ações das massas do povo alemão pode ser ilustrado pelas seguintes *contradições*: as massas do povo alemão queriam liberdade. Hitler prometeu-lhes autoridade, liderança estritamente ditatorial, com exclusão explícita de qualquer liberdade de expressão. Dezesete milhões, em trinta e um milhões de eleitores, levaram exultantes Hitler ao poder em 1933. Aqueles que observavam os acontecimentos com os olhos abertos sabiam que as multidões se sentiam desamparadas e incapazes de assumir a responsabilidade da solução dos problemas sociais caóticos, dentro da antiga estrutura política e do antigo sistema de pensamento. O *führer* podia fazê-lo, e o faria, por elas.

Hitler prometeu eliminar a discussão democrática das opiniões. Milhões de pessoas congregaram-se em torno dele. Estavam cansadas dessas discussões porque essas discussões haviam sempre ignorado as suas necessidades pesso-

ais diárias, isto é, aquilo que era subjetivamente importante. Não queriam discussões a respeito do “orçamento” ou dos “altos interesses partidários”. O que queriam era um conhecimento verdadeiro e concreto a respeito da vida. Não podendo consegui-lo atiraram-se às mãos de um guia autoritário, e à ilusória proteção que se lhes prometia.

Hitler prometeu liquidar a liberdade individual e estabelecer a “liberdade nacional”. Milhões de pessoas trocaram entusiasticamente a possibilidade da liberdade individual por uma liberdade ilusória, isto é, uma liberdade através da identificação com uma idéia. Essa liberdade ilusória livrava-se de toda responsabilidade individual. Suspiravam por uma “liberdade” que o *führer* ia conquistar e garantir para elas: a liberdade de gritar; a liberdade de fugir da verdade para as mentiras de um princípio político; a liberdade de serem sádicos; a liberdade de jactar-se - a despeito da própria nulidade - de serem membros de uma raça superior; a liberdade de atrair mulheres com os seus uniformes, em vez de sacrificar-se pela luta concreta por uma vida melhor etc...

O fato de que milhões de pessoas foram sempre ensinadas a reconhecer uma autoridade política tradicional, em vez de uma autoridade baseada no conhecimento dos fatos, constituiu a base sobre a qual a exigência fascista de obediência pôde agir. Por isso, o fascismo não era uma nova filosofia de vida, como os seus amigos e muitos dos seus inimigos queriam fazer o povo acreditar; ainda menos tinha qualquer coisa que ver com uma revolução racional contra condições sociais intoleráveis. O fascismo é meramente a extrema consequência reacionária de todas as anteriores formas não democráticas -de liderança dentro da estrutura do mecanismo social. Mesmo a teoria racial não era nada nova; era apenas a continuação lógica e brutal das velhas teorias da hereditariedade, e da degeneração.(...).

O que o era novo no movimento fascista das massas era o fato de que a extrema reação política conseguiu usar os profundos desejos de liberdade das multidões. Um anseio intenso de liberdade por parte das massas mais o medo à responsabilidade que a liberdade acarreta produzem a mentalidade fascista, quer esse desejo e esse medo se encontrem em um fascista, ou em um democrata. Novo no fascismo era que as massas populares asseguraram e completaram a sua própria submissão. A necessidade de uma autoridade provou que era mais forte que a vontade de ser livre.

Hitler prometeu a supremacia do homem. As mulheres seriam relegadas para o plano da casa e da cozinha; ser-lhes-ia negada a possibilidade de independência econômica e seriam excluídas do processo de formação da vida social. As mulheres, cuja liberdade pessoal havia sido esmagada durante séculos, que haviam desenvolvido um medo especialmente forte de levar uma existência

independente, foram as primeiras a aclamá-lo.

(...) O desapontamento por parte de milhões de pessoas quanto às organizações liberais mais a crise econômica mais um irresistível desejo liberdade produzem a mentalidade fascista, isto é, o desejo de entregar-se a uma figura autoritária de pai.

(...) A pregação a respeito da liberdade conduz ao fascismo a menos que se faça um esforço decidido e consistente para inculcar nas multidões uma vontade firme de assumir a responsabilidade da vida de todos os dias; e a menos que haja uma luta igualmente decidida e consistente para estabelecer as pré-condições sociais dessa responsabilidade.

(...) Mas a crise econômica mundial entre 1929 e 1933 defrontou as massas populares com amarga pobreza mundial. Não lhes era nem social nem individualmente possível dominar essa pobreza por si mesmos. Hitler apareceu e declarou ser um *führer mundial*, onipotente e onisciente, enviado por Deus, que poderia afastar essa miséria do mundo.

Durante anos a Alemanha havia lutado nas suas escolas e universidades pelo princípio de um sistema escolar liberal, pela atividade espontânea e pela autodeterminação dos estudantes. Na ampla esfera da educação, as autoridades democráticas responsáveis agarraram-se ao princípio autoritário, que instilava no estudante um medo à autoridade e, ao mesmo tempo, o incitava a entregar-se a formas irracionais de rebelião. As organizações educacionais liberais não desfrutavam de nenhuma proteção social. Pelo contrário, eram totalmente dependentes do capital privado, além de estarem expostas a graves perigos. Não era de surpreender, portanto, que esses movimentos incipientes em direção à reestruturação não compulsiva das massas populares permanecessem reduzidos como uma gota no oceano. A juventude congregava-se em torno de Hitler, aos milhares. Ele não lhes impunha qualquer responsabilidade; apenas construiu sobre as suas estruturas, que haviam sido previamente moldadas pelas famílias autoritárias. Hitler estava vitorioso no movimento da juventude porque a sociedade democrática não havia feito tudo o que fora possível para educar o jovem no sentido de levar uma vida responsável e livre.

No lugar da atividade espontânea, Hitler prometeu o princípio da disciplina compulsiva e do trabalho obrigatório. Vários milhões de trabalhadores e empregados alemães votaram em Hitler. Às instituições democráticas não apenas não haviam conseguido enfrentar o desemprego, mas, quando ele sobreveio, se haviam mostrado claramente temerosas de ensinar as multidões trabalhadoras a assumir a responsabilidade pela realização do seu trabalho. Educados para não entender nada a respeito do processo do trabalho (impedidos, na verdade de entendê-lo), acostumados a ser excluídos do controle da produção, e a re-

ceber, apenas, o seu salário, esses milhões de trabalhadores e empregados podiam aceitar facilmente o velho princípio, de forma intensificada. Podiam agora identificar-se com “o estado” e “a nação”, que eram “grandes” e “fortes”. Hitler declarou abertamente nos seus escritos e nos discursos que, porque as massas populares eram infantis e femininas, apenas repetiam o que era incutido nelas. Milhões de pessoas o aclamaram, pois aí estava um homem que queria protegê-las.

Desde os tempos antigos, a “preservação da família” fora, na Europa, um abstrato chavão, por trás do qual se escondiam os pensamentos e ações mais reacionários. Alguém que criticasse a família autoritária compulsiva, e a distinguísse do relacionamento natural de amor entre os filhos e os pais, era um “inimigo da pátria”, um “destruidor da sagrada instituição da família”, um anarquista. À medida que a Alemanha se foi tornando cada vez mais industrializada, os laços familiares entram em agudo conflito com essa industrialização coletiva. Não havia uma só organização oficial que ousasse apontar aquilo que era doentio na família e resolver o problema da repressão das crianças pelos pais, dos ódios familiares, etc. A família alemã autoritária típica, particularmente no campo e nas cidades pequenas, incubava a mentalidade fascista, aos milhões. Essas famílias moldavam a criança de acordo com o modelo do dever compulsivo, da renúncia, da obediência absoluta à autoridade, que Hitler sabia como explorar brilhantemente. Apoiando a “preservação da família” e, ao mesmo tempo, afastando o jovem - da família para os grupos da juventude -, o fascismo levava em consideração tanto os laços familiares quanto a rebelião contra a família. Saliendo a identidade emocionam entre “família”, “nação” e “estado”, o fascismo tornou possível uma transição suave da estrutura da família para a estrutura do estado fascista. É verdade que nem um só problema da família, nem as necessidades reais da nação eram resolvidos por essa transição: mas esta permitia a milhões de pessoas transferirem os seus laços da família compulsiva para a “família” maior, a nação. O fundamento estrutural dessa transferência havia sido bem preparado durante milhares de anos. A “mãe Alemanha” e o “Deus pai Hitler” tomaram-se os símbolos de emoções infantis profundamente arraigadas. Identificados com a “forte e única nação alemã”, cada cidadão, por mais estranho ou miserável que se sentisse, podia significar algo, mesmo que fosse de uma forma ilusória. Finalmente, o interesse da “raça” era capaz de absorver e de dissimular as fontes soltas da sexualidade. Adolescentes podiam entregar-se agora às relações sexuais se alegassem estar propagando filhos no interesse do aperfeiçoamento racial.

(...) O anseio inconsciente do prazer sexual na vida e da pureza sexual, unido ao medo da sexualidade natural e ao horror da sexualidade perversa, produz o

fascismo e o sadístico anti-semitismo.(...).

(...) Os fascistas afirmam estar efetuando a “revolução biológica”. A verdade é que o fascismo evidencia totalmente o fato de que a função vital no homem se tornou neurótica. (...).

Herbert Marcuse - Eros e Civilização (fragmentos)

A repressão é um fenômeno histórico. A subjugação efetiva dos instintos, mediante controles repressivos, não é imposta pela natureza, mas pelo homem. O pai primordial, como arquétipo da dominação, inicia a reação em cadeia de escravização, rebelião e dominação reforçada, que caracteriza a história da civilização. Mas, desde a primeira e pré-histórica restauração da dominação, após a primeira rebelião contra esta, a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental. A luta contra a liberdade reproduz-se na psique do homem, como a auto-repressão do indivíduo reprimido, e a sua auto-repressão apóia, por seu turno, os senhores e suas instituições. É essa dinâmica mental que Freud desvenda como a dinâmica da civilização.

Segundo Freud, a modificação repressiva dos instintos, sob o princípio de realidade, é imposta e mantida pela 'eterna luta primordial pela existência... que persiste até hoje'. As carências ou necessidades vitais ensinam ao homem que não pode gratificar livremente seus impulsos instintivos, que não pode viver sob o princípio do prazer. O motivo da sociedade, ao impor a modificação decisiva da estrutura instintiva, é, pois, econômico; como não tem meios suficientes para sustentar a vida de seus membros sem trabalho por parte deles, [a sociedade] trata de restringir o número de seus membros e desviar as suas energias das atividades sexuais para o trabalho.¹⁴⁵

A carência, ou escassez, predominante tem sido organizada de modo tal, através da civilização (embora de modos muito diferentes), que não tem sido distribuída coletivamente de acordo com as necessidades individuais, nem a obtenção de bens para a satisfação de necessidades tem sido organizada com o objetivo de melhor satisfazer às crescentes necessidades dos indivíduos. Pelo contrário, a distribuição da escassez, assim como o esforço para superá-la, o modo de trabalho, foram impostos aos indivíduos primeiro por mera violência, subseqüentemente por uma utilização mais racional do poder.

(...) embora qualquer forma do princípio de realidade exija um considerável grau e âmbito de controle repressivo sobre os instintos, as instituições históricas específicas do princípio de realidade e os interesses específicos de dominação introduzem controles adicionais acima e além dos indispensáveis à associação civilizada humana. Esses controles adicionais, gerados pelas instituições de dominação, receberam de nós o nome de mais-repressão¹⁴⁶.

Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho; o interesse de dominação adicionou mais

repressão à organização dos instintos, sob o princípio de realidade. O princípio de prazer foi destronado não só porque militava contra o progresso na civilização, mas também porque militava contra a civilização cujo progresso perpetua a dominação e o trabalho esforçado e penoso¹⁴⁷.

O trabalho tornou-se agora geral, assim como as restrições impostas à libido: o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio do prazer. A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis¹⁴⁸.

As restrições impostas à libido parecem tanto mais racionais quanto mais universais se tornam, quanto mais impregnam a sociedade como um todo. Atuam sobre o indivíduo como leis objetivas externas e como uma força internalizada: *a autoridade social é absorvida na 'consciência' e no inconsciente do indivíduo, operando como seu próprio desejo, sua moralidade e satisfação*. No desenvolvimento 'normal', o indivíduo vive a sua repressão 'livremente' como sua própria vida: deseja o que se supõe que deve desejar; suas gratificações são lucrativas para ele e para os outros; é razoavelmente e, muitas vezes, exuberantemente feliz.

A repressão desaparece na esplêndida ordem objetiva de coisas, que recompensa mais ou menos adequadamente os indivíduos cumpridores e obedientes, e que, ao fazê-lo, reproduz de modo mais ou menos adequado à sociedade como um todo.

O conflito entre sexualidade e civilização desenrola-se com esse desenvolvimento da dominação¹⁴⁹.

A incorporação econômica e política dos indivíduos no sistema hierárquico do trabalho é acompanhada de um processo instintivo em que os objetivos humanos de dominação reproduzem sua própria opressão. E a crescente racionalização do poder parece refletir-se na crescente racionalização da repressão. *Ao reter os indivíduos como instrumentos de trabalho, forçando-os à renúncia e à labuta, a dominação já não está apenas, ou primordialmente, defendendo privilégios específicos, mas sustentando também a sociedade como um todo, numa escala em contínua expansão*. Por conseguinte, a culpa de rebelião é grandemente intensificada. A revolta contra o pai primordial eliminou uma pessoa individual que podia ser (e foi) substituída por outras pessoas; mas quando o domínio do pai se expandiu, tornando-se o domínio da sociedade, tal substituição não parece ser possível, e a culpa torna-se fatal. A racionalização do sentimento de culpa foi completada.

A rebelião aparece agora como o crime contra a sociedade humana, em seu todo...¹⁵⁰

Com a racionalização do mecanismo produtivo, com a multiplicação de funções, toda a dominação assume a forma de administração. No seu auge, a con-

centração do poder econômico parece converter-se em anonimato; todos, mesmo os que se situam nas posições supremas, parecem impotentes ante os movimentos e leis da própria engrenagem. O controle é normalmente administrado por escritórios em que os controlados são os empregadores e empregados. Os patrões já não desempenham uma função individual. Os chefes sádicos, os exploradores capitalistas, foram transformados em membros assalariados de uma burocracia, com quem seus subordinados se encontram, como membros de outra burocracia ¹⁵¹.

Citações Bibliográficas

1. ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
2. BAKUNIN, Mijail. *Escritos de Filosofia Política*. Compilación de G. P Maximoff, Madrid Alianza Editorial, 1978.
3. CHALITA, Gabriel Benedito Isaac. *O Poder*. São Paulo: Saraiva, 1998.
4. CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
5. CHOMSKY, Noam. *Um Olhar Sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.
6. CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
7. CORTOIS, Stéphane e outros. *O Livro Negro do Comunismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
8. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
9. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
10. GALBRAITH, John Kenneth. *Anatomia do Poder*. São Paulo: Pioneira, 1986.
11. GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
12. HEIDEGGER, Martin. *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
13. HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Moraes, 1983.
14. LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
15. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Moraes, s.d. (1a edição).
16. MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Guanabara Koogan, s.d. (83 edição).
17. MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

18. NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
19. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Hemus, 1976.
20. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Genealogia da Moral*. São Paulo, Moraes, 1991.
21. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do Bem e do Mal*. Rio de Janeiro: Tecnoptint, s.d.
22. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, Demasiado Humano*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.
23. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Vontade de Potência*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.
24. REALE, Giovanni e ANTISERI, Dado. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulinas, 1990.
25. REICH, Wilhelm. *A Função do Orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
26. STIRNER, Max. *El Único y su Propiedad*. Valencia: Ediciones Estudios, s.d.
27. WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994
28. WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Notas

- ¹2, p.190
²20, p. 3
³8, p. 24
⁴23, p. 227
⁵24, vol. I, p. 269
⁶23, p. 28
⁷23, p. 229
⁸23, p. 28
⁹8, p. 179
¹⁰8,p.180
¹¹8, p. 12
¹²8, p. 14
¹³1, p. 4
¹⁴1, p. 5
¹⁵1, p. 6
¹⁶15, p. 84
¹⁷2, p. 177
¹⁸2, p. 183
¹⁹25, p. 201
²⁰Uma vez que para ser feliz, basta buscar esta felicidade dentro de si.
²¹1, p. 5
²²24, vol. I, p. 249
²³24, vol. III, p. 151
²⁴1, p. 12
²⁵1, p. 13
²⁶1, p. 14
²⁷13, p. 192
²⁸24, vol. I, p. 265
²⁹14, p. 17
³⁰14, p. 14
³¹1, p. 114
³²1, p. 114
³³24, vol. III,p.159
³⁴23, p. 289
³⁵23, p. 288
³⁶23, p. 286
³⁷23, p. 287
³⁸23, p.287

³⁹23, p. 255

⁴⁰23, p. 240

⁴¹23, p. 241

⁴²21, aforismo 259

⁴³23, p. 189

⁴⁴23, p. 227

⁴⁵23, p. 240

⁴⁶23, p. 228

⁴⁷23, p. 241

⁴⁸21, aforismo 13. *Grifos nossos*.

⁴⁹Usada como sinônimo de poder

⁵⁰23, p. 244

⁵¹23, p. 245

⁵²23, p. 245

⁵³23, p. 249. Nesta passagem Nietzsche mostra que o desprazer não impede o movimento, diferente disso, o agente procura sem cessar suplantar as resistências, logo o desprazer não pode ser visto como o elemento determinante para a ação.

⁵⁴23, p. 242

⁵⁵23, p. 254

⁵⁶23, p. 265

⁵⁷23, p. 266

⁵⁸23, p. 197

⁵⁹23, p. 183

⁶⁰23, p. 193

⁶¹23, p. 164

⁶²23, p. 183

⁶³23, p. 322

⁶⁴1, p. 77

⁶⁵23, p. 293

⁶⁶23, p. 183

⁶⁷23, p. 185

⁶⁸8, p. 5

⁶⁹8, p. 8

⁷⁰8, p. 183

⁷¹8, p. 174-5

⁷²8, p. 176-7

⁷³8, p. 182

⁷⁴27, p. 33

⁷⁵Porém, como veremos mais adiante, os instrumentos mais importantes são a associação e o domínio.

⁷⁶É claro que estamos tratando de fenômenos sociais, onde nem sempre os agentes agem de forma racional e lógica.

⁷⁷O episódio da baía dos Porcos confirma esta tese.

⁷⁸Não podemos nos esquecer que os aliados cubanos detinham amplo arsenal nuclear, logo arriscar uma reação deste poderio destrutivo poderia trazer conseqüências incalculáveis ao povo norte-americano.

⁷⁹Este ponto ficará mais claro no próximo capítulo quando definiremos conceitualmente “comando”.

⁸⁰Quando tratarmos de domínio, este ponto será complementado. Mostraremos que mesmo dentro da organização do poder, existem atos de resistência dos dominados - as sabotagens. Desta forma continuamos dentro de um quadro social conflituoso.

⁸¹Atenção, não confundir este estágio com a lógica do poder que é autoritária.

⁸²Ou seja, se estabeleceu uma relação de poder. Toda disputa só é equacionada quando se estabelece uma relação de poder.

⁸³Neste caso, tenderíamos à perpetuação da disputa por longo período, ou seja, o conflito não se equacionaria e, conseqüentemente, nenhuma das partes atingiria seu objetivo.

⁸⁴Não havendo conflito, não se estabelece poder.

⁸⁵Como pudemos perceber, o poder no estágio autoritário pode ser influenciado pelas atitudes do poder hegemônico sem comprometer seu Status.

⁸⁶Se este medo é causado pelo poder, aliar-se a ele significa fim deste desconforto; se o medo é causado por outro agente, aliar-se ao poder pode significar proteção.

⁸⁷8, p. 183

⁸⁸“... o importante numa ideologia não é aquilo que ela afirma, mas sim o que ela oculta.” - Prof Gustavo Bayer.

⁸⁹27, p. 33

⁹⁰Se o dominado é subjugado, logo o dominado sofreria uma relação de poder.

⁹¹24, vol. III, p. 118

⁹²14, p. 24

⁹³16, p. 52

⁹⁴8, p. 187

⁹⁵18, p. 74

⁹⁶Atenção, o trabalho aqui descrito é distinto do “trabalho alienado”.

⁹⁷18, p.56-7

⁹⁸18, p. 69

⁹⁹21, aforismo 19

¹⁰⁰Neste caso, extinção do domínio do capital.

¹⁰¹Miserável quanto à possibilidade de realização de suas potencialidades.

¹⁰²15, p. 34

¹⁰³14, p. 25

¹⁰⁴15, p. 90

¹⁰⁵25, p. 172-3

¹⁰⁶Isto talvez ajude a explicar por que o sexo virou mercadoria. O corpo do outro passou a ser visto como, apenas, mais um objeto. Logo, o próprio ser humano passa a ser considerado como coisa consumível. Esta visão só reforça a tendência de desvalorização humana.

¹⁰⁷16, p. 37

¹⁰⁸8, p.186

¹⁰⁹Quando educamos, estamos preparando o educando para os dois papéis fundamentais na relação de poder: subjugador e de subjugado. Para os dois papéis existe uma coisa em comum: a reprodução das relações de poder e da cultura do domínio.

¹¹⁰24, vol.III p. 118

¹¹¹14, p. 32

¹¹²Inclusive nos nomes para compor a executiva da federação.

¹¹³Até este ponto a única organização que tínhamos (dos moradores) era autogestionária. Com a aparição da figura alienada (o jagunço) - pois sem qualquer interesse nos assuntos do bairro, irão defender a vontade de seu patrão - vemos o nascimento de uma organização hierarquizada.

¹¹⁴Aquelas versões que não foram interessantes para o poder, provavelmente caíram no esquecimento.

¹¹⁵Período de 1917 a 1921 na região da Ucrânia.

¹¹⁶"... para os meses de abril a junho de 1921, 2.103 condenações à morte e de 6.459 condenações a penas de prisão ou campos de concentração. (...) ... dos 5 mil detentos de Kronstandt enviados a Kholmogory, menos de 1.500 permaneceram ainda vivos na primavera de 1922." (7, p. 41).

¹¹⁷Iniciada em 1936

¹¹⁸É bom ter claro que os dirigentes bolcheviques já tinham esta concepção de Estado centralizado e autoritário.

¹¹⁹Como sabemos, o movimento expansionista do capital também é um outro exemplo, mas certamente menos claro.

¹²⁰5

¹²¹O Hezbollah surgiu em 1982 exatamente para combater as forças israelenses que invadiram o Líbano.

¹²²Entendemos como política na contemporaneidade, as ações relativas ao poder da instituição Estado.

¹²³Ver capítulo 6 - Domínio.

¹²⁴Ver capítulo 8 - Os modelos de poder.

¹²⁵17, vol I, p. 80-1

¹²⁶São três livros que compõem a obra originalmente.

¹²⁷Este é o título deste primeiro livro

¹²⁸17, vol. I, p. 235

¹²⁹Esta circulação da força social é condição indispensável nas sociedades onde encontramos a divisão social do trabalho.

¹³⁰17, vol. I, p. 187

¹³¹Mortos-vivos, pois aquele que aliena sua capacidade de realização (trabalho) em benefício de outro, está como um morto - durante o período que alienou - que não tem mais a possibilidade de realizar nada para si.

¹³²Ou seja, este agente acabou empenhando a maior força social durante a história do conflito.

¹³³Tendem a se equilibrar, pois o poder já se mostrou débil na tentativa de debelar a resistência ou mesmo impedir seu fomento.

¹³⁴“O bem da totalidade exige o abandono do indivíduo ... Ora, não existe semelhante totalidade! ...” (23, p. 89).

¹³⁵(14, p. 15)

¹³⁶Potência aqui é igual a força.

¹³⁷23, p. 264

¹³⁸O fragmento do texto de Nietzsche acima ilustra a imagem que o homem comum tem do anarquismo.

¹³⁹Retirado do documento-manifesto “Luta e Organização” de 1996, lançado no processo de “Construção Anarquista Brasileira”.

¹⁴⁰Existe uma consequência prática deste princípio em nossa militância. O delegado, quando enviado a um congresso, deve se pronunciar apenas na defesa do que acredita, caso contrário estará alienado e dominado. Mas ao votar deve seguir aquilo que foi determinado pela assembléia, uma vez que o voto não é seu, mas daqueles que o enviaram.

¹⁴¹I, p. 219

¹⁴²15, p. 96

¹⁴³Logo, o lumpen não é revolucionário.

¹⁴⁴23, p.264

¹⁴⁵(16, p. 37)

¹⁴⁶16, p. 52

¹⁴⁷16, p. 54

¹⁴⁸16, p. 58

¹⁴⁹16, p. 59

¹⁵⁰16, p. 93. Os próprios dominados acabam voltando-se contra o companheiro que sair da ordem.

¹⁵¹16, p. 98



Faísca Publicações Libertárias
Biblioteca Virtual
www.editorafaisca.net